



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS DE PORTO NACIONAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ESTUDOS LITERÁRIOS**

ALBÂNIA CELI MORAIS DE BRITO LIRA

**INSUBMISSAS LÁGRIMAS DE MULHERES:
NARRATIVAS DE RESISTÊNCIA E ENFRENTAMENTO EM CONCEIÇÃO
EVARISTO**

**PORTO NACIONAL
2020**

ALBÂNIA CELI MORAIS DE BRITO LIRA

INSUBMISSAS LÁGRIMAS DE MULHERES:
NARRATIVAS DE RESISTÊNCIA E ENFRENTAMENTO EM CONCEIÇÃO
EVARISTO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Tocantins como requisito para obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientadora: Dr^a. Maria Perla Araújo
Morais

PORTO NACIONAL

2020

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

- L768i Lira, Albânia Celi Moraes de Brito .
Insubmissas lágrimas de mulheres: narrativas de resistência e
enfrentamento em Conceição Evaristo . / Albânia Celi Moraes de Brito
Lira. – Porto Nacional, TO, 2020.
98 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do
Tocantins – Câmpus Universitário de Porto Nacional - Curso de Pós-
Graduação (Mestrado) em Letras, 2020.
Orientadora : Maria Perla Araújo Moraes

1. Conceição Evaristo. 2. Escrivência. 3. Interseccionalidade. 4.
Lugar de fala. I. Título

CDD 469

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de
qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que
citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime
estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da
UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

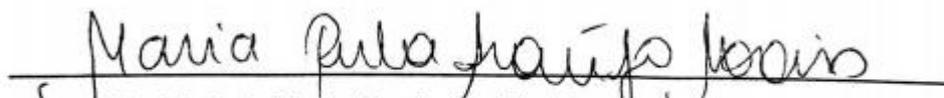
ALBÂNIA CELI MORAIS DE BRITO LIRA

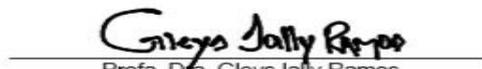
**INSUBMISSAS LÁGRIMAS DE MULHERES: NARRATIVAS DE RESISTÊNCIA E
ENFRENTAMENTO EM CONCEIÇÃO EVARISTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Tocantins como requisito para obtenção do título de Mestre em Letras.

Data de aprovação: 18 / 06 /2020

Banca Examinadora


Profª. Drª. Maria Perla Araújo Morais (Orientadora)


Profª. Drª. Gleys Ially Ramos
Matricula 2680666

Profª. Dr. Gleys Ially Ramos dos Santos (UFT)



Prof. Dr. Carlos Roberto Ludwig (PPG- Letras)

*Ao meu pai:
que pensava em me autorizar, enquanto resistia;
A minha mãe:
que era autorizada e me via resistir;
Aos meus filhos: Rafael e Pedro
para que saibam:
mulheres só pertencem a si mesmas.*

AGRADECIMENTOS

Às mulheres que me seguraram pelas mãos, me trouxeram até aqui e me apontam para além. Em cada mulher, mãos do trabalho, da atenção, do cuidado, do carinho, da partilha e da vivência.

A D Josefa Ribeiro, a Ribeirinha, que me mostrou como são grandiosos os caminhos da literatura.

A Glória Azevedo, Lola, por ser minha irmã de corpo e alma e por dividir comigo suas teorias e leituras.

A Albetânia e Irma por termos dividido as melhores conversas a caminho das aulas e por termos descoberto uma irmandade de diferentes.

Ao Programa de Pós-graduação em Letras, professores e funcionários, especialmente a prof^a Olívia, que me apresentou Conceição Evaristo.

A minha orientadora, prof^a Perla Morais, pelo trabalho minucioso e pela tranquilidade com que me deixou dar corpo a esta pesquisa.

A Conceição Evaristo, por ter me devolvido a Albânia-mulher que estava se perdendo de mim.

RESUMO

A presente dissertação tem por objetivo analisar a construção narrativa de personagens femininas negras na obra *Insubmissas lágrimas de mulheres*, de Conceição Evaristo, a partir do diálogo com o feminismo negro. O recorte temporal do feminismo como movimento político nos mostrou como a mulher negra permaneceu silenciada ao longo de parte das lutas feministas. A partir da década de 1970, feministas negras reivindicam a necessidade de a mulher negra escrever e teorizar acerca das relações de opressão às quais estão submetidas. Para fundamentar o argumento da escrita de resistência e de enfrentamento ao sistema literário, que silencia e invisibiliza personagens femininas negras, a abordagem teórica parte de conceitos próprios do feminismo negro como lugar de fala, interseccionalidade. A escrevivência como chave de leitura da escrita de mulheres negras, orienta as narrativas ao resgate da oralidade e da memória das personagens femininas alcançadas pela violência. A narradora enquanto categoria narrativa, analisada a partir da contemporaneidade e do conceito de descentramento narrativo, se aproxima da ancestralidade africana, como forma de resistência. Essa pesquisa nos levou a compreender a narrativa de Evaristo como ato de resistência ao silenciamento imposto a escritoras negras pelo sistema literário e de enfrentamento aos estereótipos à mulher e à escritora negras.

Palavras-chave: Conceição Evaristo. Escrevivência. Interseccionalidade. Lugar de fala. Feminismo negro.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the narrative construction of black female characters in the work *Insubmissas lágrimas de mulheres* (Non submissive tears of women), by Conceição Evaristo, from the dialogue with black feminism. The time frame of feminism as a political movement has shown us how black women remained silent throughout part of feminist struggles. From the 1970s onwards, black feminists demand the need for black women to write and theorize about the oppressive relationships to which they are subjected. To support the argument of the writing of resistance and confrontation with the literary system, which silences and makes black female characters invisible, the theoretical approach starts from concepts specific to black feminism as a place of speech, intersectionality. Writing from experience as a key to reading the writing of black women, guides the narratives to the rescue of the orality and the memory of the female characters reached by the violence. The narrator as a narrative category, analyzed based on contemporaneity and the concept of narrative decentralization, approaches African ancestry as a form of resistance. This research led us to Evaristo's narrative as an act of resistance to the silencing imposed on black writers by the literary system and to confront stereotypes of black women and writers.

Keywords: Conceição Evaristo. Writing from experience. Intersectionality. Place of speech. Black feminism.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	9
1	O FEMINISMO COMO MOVIMENTO POLÍTICO	15
1.1	Movimento feminista: do trabalho ao voto das mulheres.....	16
1.2	Movimento feminista: da mulher de casa para as mulheres na rua.....	21
1.3	Movimento feminista: das mulheres e seus corpos entrecruzados pela violência.....	29
2	ESCRITAS DE RESISTÊNCIA: LITERATURA FEMININA DE AUTORIA NEGRA E FEMINISMO NEGRO	39
2.1	Lugar de fala e autorrepresentação: ferramentas para uma narrativa feminista.....	40
2.2	Interseccionalidade: a reorientação narrativa de personagens femininas negras.....	56
2.3	A escrevivência e os rastros da ancestralidade	67
3	INSUBMISSAS NARRATIVAS: UMA ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO NARRATIVA DE PERSONAGENS NEGRAS EM INSUBMISSAS LÁGRIMAS DE MULHERES.....	80
3.1	A narradora em Insubmissas lágrimas de mulheres: descentramento narrativo para o enfrentamento de opressões.....	80
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
	REFERÊNCIAS	93

INTRODUÇÃO

Em entrevista concedida à BBC-Brasil, prestes a participar do Salão do Livro, em Paris-2018, na qual lançaria a edição francesa de *Insubmissas lágrimas de mulheres*, Conceição Evaristo questiona as dinâmicas que estruturam as dificuldades por que passam as mulheres negras no Brasil, sobretudo no campo literário. Ao se perguntar acerca de que regras são a base para que uma escritora negra seja considerada expoente aos 71 anos, aponta para questões de racismo estrutural que alcançam os corpos de mulheres negras, forçando o silenciamento e a invisibilização

Evaristo destaca como sua primeira obra, *Becos da memória*, ficou a espera de publicação por vinte anos:

Eu mandei para várias editoras. O texto literário, no caso da autoria negra, carrega a nossa subjetividade na própria narrativa. A temática negra, principalmente quando trabalha com identidade negra, não é muito bem aceita. Quando a temática negra trata do folclore, ou não é tão reivindicativa, aí interessa. Mas quando questiona as próprias relações raciais no Brasil, é quase um tema interdito. Principalmente se isso é colocado pela própria autoria negra. Até então, os brancos podiam dizer a nosso respeito. Mas quando a gente se apropria do nosso discurso, da nossa história, isso é motivo de interdição. (EVARISTO, 2018)

Em *Insubmissas lágrimas*¹ Evaristo traz uma narrativa de enfrentamento à violência contra mulheres negras, que traduz o cotidiano de opressões por que passam essas mulheres invisíveis à sociedade e ao sistema literário. Faz-se necessário o enfrentamento das manifestações de violência, não como casos isolados, mas como reflexo de um racismo estrutural que interseccionaliza as opressões de gênero, raça e classe.

No sentido de ampliar as possibilidades de debate, vozes feministas e literárias se encontram em Conceição Evaristo e em seu livro de contos *Insubmissas lágrimas* (2011). A partir da leitura de narrativas desta obra, analisaremos como se dá o enfrentamento à violência na construção de personagens femininas.

Maria da Conceição Evaristo de Brito nasceu no ano de 1946, em uma favela na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais. Uma dos nove filhos de Joana Josefina de Brito. Aos sete anos foi morar com a tia Maria Filomena da Silva. Em depoimento concedido durante o I Colóquio de Escritoras Mineiras, em maio de 2009, na

¹ Ao longo desta pesquisa, usaremos *Insubmissas lágrimas* para nos referirmos à obra *Insubmissas lágrimas de mulheres* (2011).

Faculdade de Letras da UFMG, afirma que fora morar com esta tia para que a mãe tivesse uma boca a menos para alimentar. Ao longo do depoimento, a escritora relata detalhes da infância pobre e cercada por histórias. Acerca dos tios que a receberam em casa afirma que:

Os dois passavam por menos necessidades, meu Tio Totó era pedreiro e minha Tia Lia, lavadeira como minha mãe. A oportunidade que eu tive para estudar surgiu muito da condição de vida, um pouco melhor, que eu desfrutava em casa dessa tia. As minhas irmãs enfrentavam dificuldades maiores. (EVARISTO, 2009, p. 1)

Segue o depoimento falando da realidade das mulheres de sua família, trabalhando como domésticas e lavadeiras e de como, mesmo vivendo em meio à escassez, havia entre essas mulheres a necessidade de contar ou ler histórias, muitas vezes recolhidas do lixo de casas onde trabalhavam.

Após a formatura na Escola Normal, no início da década de 1970, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde ingressou no magistério público. No Rio, Conceição Evaristo tem contato com o Movimento Negro bastante influenciado pelos debates estadunidenses por direitos civis. Em 1976, inicia a graduação em Letras na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), interrompida em 1980, por conta do nascimento de sua filha Ainá. Retoma os estudos nove anos depois, e em 1989 apresenta a dissertação intitulada *Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade*. Ao longo dos anos de 1980, Conceição participa do grupo Negrícia: Poesia e Arte de Crioulo².

Em 1990, Conceição publicou seu primeiro poema, “Vozes-Mulheres” nos *Cadernos Negros*, editados pelo grupo paulista Quilombhoje³. Desde então, vem publicando poemas e contos nos Cadernos. Durante essa época, cursa o doutorado na Universidade Federal Fluminense (UFF), com a tese em literatura comparada *Poemas malungos: cânticos irmãos*, concluída em 2011. Publica o seu primeiro romance, *Ponciá Vicêncio* (2003). Ainda pela Mazza Edições, publica *Becos da Memória* (2006). Lança pela Nandyala Editora, *Poemas de recordação e outros*

² Grupo Negrícia: Poesia e Arte de Crioulo: fundado em 1984 por Luis Carlos Amaral Gomes, conhecido como Éle Semog. O grupo se propunha à atuação mais direta em espaços silenciados onde realizava recitais de textos literários. Levavam os recitais a favelas, presídios e bibliotecas públicas, sindicatos. Encerrou sua atuação no fim dos anos de 1980.

³ Cadernos negros: organizados e editados pelo grupo Quilombhoje, publica anualmente, desde 1978, contos e poemas que veiculam a cultura e o pensamento afro-brasileiro. Os quarenta volumes de poemas e contos proporcionam visibilidade para autores afrodescendentes, fomentando a literatura negra e a produção literária das periferias.

movimentos (2008). Pela mesma editora, em 2011, vem a público a antologia de contos *Insubmissas lágrimas de mulheres* e em 2014, *Olhos d'água*, com o qual conquistou o Prêmio Jabuti de Literatura.

Desde as produções acadêmicas e por toda a sua produção literária, seja nos romances, contos ou poemas Evaristo se encontra comprometida com o presente, com a realidade das mulheres negras. Desse compromisso com a narrativa de mulheres negras, periféricas, invisibilizadas e vítimas de violência, surgiu o interesse de trabalharmos com *Insubmissas lágrimas de mulheres*. Coletânea de treze contos, cujas personagens centrais são mulheres que decidem fazer o relato de violências pelas quais passaram e às quais não sucumbiram. Cada uma das treze narrativas traz no título o nome da mulher violentada. São mulheres negras, que não se conhecem e que têm em comum, ao menos, um episódio de violência que lhes gerou insubordinação.

Em *Insubmissas lágrimas*, personagens negras enfrentam a violência e sobrevivem para contá-la, transformando-a na matéria necessária para a narradora construir uma teia de resistência, que conecta cada uma delas à realidade de violência na qual se encontra inserida a mulher negra brasileira. O exercício da narradora se constitui em dar voz a essa população de mulheres negras, periféricas e invisibilizadas pelo cânone. Delcastagné (2008, p. 1), ao tratar das relações raciais na literatura brasileira contemporânea, afirma que “séculos de racismo estrutural afastam dos espaços de poder e de produção de discurso”, tanto personagens quanto narradores negros. Aqui acrescentamos as autoras negras a este rol de excluídos sistema literário.

Em *Insubmissas lágrimas* trabalharemos com o exercício de enfrentamento desses silêncios e estereótipos, como base da criação literária de Evaristo, partindo de uma leitura da escrita feminista de autoria negra.

O presente trabalho será dividido em três capítulos. No primeiro capítulo, *O feminismo como movimento político*, faremos o recorte cronológico do movimento feminista a partir de meados do século XIX até o presente momento, situando-o em três momentos. Em *Movimento feminista: do trabalho ao voto das mulheres* localizaremos os primórdios do movimento feminista na Inglaterra e nos Estados Unidos, destacando as lutas por inserção nos postos de trabalho e pelo sufrágio universal. Faremos o recorte deste primeiro momento do feminismo no Brasil, destacando a atuação de mulheres como Leolinda Figueiredo Daltro e Bertha Lutz,

além do movimento de operárias do Rio de Janeiro. Destacaremos tantos os aspectos característicos desse primeiro momento feminista, como as principais representantes. Para o recorte do primeiro momento no Brasil, trabalharemos com Pinto (2003) *Uma história do Feminismo no Brasil*.

Em *O feminismo no pós-guerra: da mulher de casa para as mulheres na rua* situaremos o movimento a partir da década de 1940, e dos questionamentos fundantes de Simone de Beauvoir (1980), em *O segundo sexo*. Discutiremos o conceito de mulher e a relação binária amplamente difundida nas décadas seguintes, até chegarmos às décadas de 1960 e 1970, e à análise crítica da supremacia masculina. Abordaremos a influência das feministas liberais e radicais estadunidenses e suas contribuições para a crítica do binarismo e do essencialismo em torno do conceito de mulher. Neste ponto trabalharemos com autoras como Davis (2013) e Hooks (2014) no que se refere à participação de mulheres negras, à crítica ao movimento embranquecido às bases do feminismo negro. No Brasil, influenciado pelas feministas estadunidenses, destacaremos a atuação das feministas acadêmicas e da imprensa feminista dos jornais Brasil-Mulher, Nós-Mulheres e Mulherio.

Na terceira parte deste capítulo, *Os feminismos a partir da década de 1990: das mulheres e seus corpos entrecruzados pela violência*, trataremos inicialmente da crítica ao caráter burguês levantada pelas feministas negras de 1970, que acompanhou as duas primeiras ondas feministas. Abordaremos o debate acerca da heterogeneidade do sujeito contemporâneo para dialogar com os conceitos de gênero e de corpo propostos por Butler (2003).

Neste primeiro capítulo, além de fazer o recorte cronológico do movimento feminista em suas três ondas, destacamos a necessidade de se fazer o registro da participação das mulheres negras no movimento. Invisibilizadas nas duas primeiras ondas, buscamos em Davis (2013) e Hooks (2014) Akotirene (2018) e Ribeiro (2017) as referências necessárias da atuação efetiva de mulheres negras, bem como as distinções entre o feminismo negro e não negro, que sustentarão os argumentos de análise dos textos de Conceição Evaristo, ao longo dos próximos dois capítulos.

O segundo capítulo, *Escritas de resistência: literatura feminina de autoria negra e feminismo negro*, se subdividirá em três pontos, nos quais trabalharemos a base teórica para a análise dos contos. Serão apresentados conceitos como interseccionalidade Crenshaw (2002), Akotirene (2018) e lugar de fala, Ribeiro (2017) e seus usos dentro do feminismo negro, a fim de que possamos estabelecer diálogo

com a escrevivência proposta Conceição Evaristo. Para fundamentar a ruptura do padrão discursivo responsável pelo silenciamento e pela invisibilidade de personagens femininas, abordaremos autorrepresentação segundo Collins (2017) e entre-lugar (BHABHA, 1998).

No primeiro ponto, *Lugar de fala e autorrepresentação: ferramentas para uma narrativa feminista*, aprofundaremos conceitos muito próprios ao feminismo negro. Para tratarmos de lugar de fala recorreremos à obra *O que é lugar de fala* (2017), da filósofa e ativista Djamila Ribeiro e seu diálogo com Lélia Gonzales. Trataremos da importância de se falar da mulher, a partir do ponto de vista da negritude, a partir das discussões propostas por Gonzales (1980) em *Racismo e sexismo na cultura brasileira*.

No segundo ponto deste capítulo, *Interseccionalidade: a reorientação narrativa de personagens femininas negras*, traçaremos um panorama de como a mulher negra é apresentada pelo cânone literário. Neste ponto serão apresentados os estereótipos da mulher negra: de escrava, à doméstica e prostituta, bem como à condição secundária dentro das narrativas canônicas. Para tratarmos de interseccionalidade e de como as mulheres negras sofrem com o entrecruzamento de opressões, recorreremos a Davis (2013), Hooks (2014) Akotirene (2018). Outro conceito necessário às análises do texto literário o de *outside within*, trabalhado a partir Collins (2016), segundo o qual, mulheres negras podem tirar proveito da condição de marginal de certos ambientes, como o acadêmico, para tratar de pontos de vista distintos quanto à gênero, raça e classe. Para estabelecer o contraponto à percepção canônica, eurocêntrica e patriarcal da mulher, seja como autora, seja como personagem, recorreremos à Delcastagnè (2008) para tratar de silêncios e estereótipos impostos à presença da mulher negra na literatura, bem como à Lélia Gonzales (1984).

No terceiro ponto deste capítulo, *A escrevivência e os rastros da ancestralidade*, discutiremos o conceito de escrevivência sobre o qual Conceição Evaristo se debruça, seja como pesquisadora, seja como ficcionista. Relacionaremos esse conceito a características do feminismo negro, notadamente a necessidade de mulheres negras contarem suas histórias e resgatarem a história daquelas que vieram e foram intencionalmente silenciadas pelas opressões de gênero, raça e classe. Oralidade e memória serão tratadas a partir das contribuições de Bâ (2010), Pollak (1989) e Barossi (2017) como fundamentos da escrevivência. Situaremos a

escrevivência como a chave analítica proposta por Souza (2018) para leitura de narrativas de autoria feminina negra, que aponta para a narrativa de resistência a que se propõe Evaristo na obra analisada.

O terceiro capítulo, *Insubmissas narrativas: uma análise da construção narrativa de personagens negras em Insubmissas lágrimas de mulheres*, tratará da narradora enquanto categoria narrativa alcançada pela contemporaneidade.

Para fundamentar a presente análise, abordaremos o conceito de contemporâneo proposto por Agamben (2009) e Schollamer (2009) a fim de tratar das fraturas narrativas que mantêm personagens femininas negras silenciadas no sistema literário. Com base nos conceitos do conto e de seus limites narrativos, propostos por Cortázar (1993) e de narrador burguês isolado, proposto por Watt (2010) chegamos à narradora contemporânea descentrada de que falam Ginzburg (2012) e Dalcastagnè (2012). A partir da noção de descentramento narrativo, defendemos o argumento de que a presente análise reforça o caráter de resistência e de afirmação da literatura de autoria negra, diante de um cânone marcado por concepções eurocêntricas e patriarcais.

1 O FEMINISMO COMO MOVIMENTO POLÍTICO

O feminismo como movimento político de luta de mulheres contra as desigualdades e opressões sistemáticas, consolida-se, no ocidente, a partir de meados do século XIX.

Assim tomaremos como ponto de referência para as discussões do presente trabalho, surgimento do feminismo na Inglaterra e na França, no final do século XVIII, atrelado às idéias de intelectuais como a inglesa Mary Wollstonecraft e a francesa Olympe de Gauges. Em *Vindications of the Rights of Woman* (1792), Wollstonecraft critica o sistema educacional inglês que transmitia aos meninos os conhecimentos acumulados pela cultura ocidental e às meninas os conhecimentos ligados ao manejo do ambiente doméstico. Na França, Olympe de Gauges, na *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*, proposto à Assembléia Nacional da França, durante a Revolução Francesa, em 1791, defende a igualdade de direitos das mulheres na esfera política.

O feminismo como movimento político e de luta contra opressões apresenta-se a partir da segunda metade do século XIX. Muito embora a presença da mulher, reivindicando seu espaço e resistindo às imposições sociais e culturais, perpassasse todo o processo histórico, parte dessas lutas foi silenciada em determinadas épocas, como durante as campanhas abolicionistas e pelos direitos civis, conforme veremos adiante.

O feminismo [...] desde suas primeiras manifestações, ainda no século XIX, o movimento foi muito particular, pois desafiou ao mesmo tempo a ordem conservadora que excluía a mulher do mundo político – portanto, dos direitos como cidadã e também as propostas revolucionárias, que viam na luta das mulheres um desvio da pugna do proletariado por sua libertação. (PINTO, 2003, p. 9)

Nesse sentido, para o feminismo, “a reivindicação de direitos nasce do descompasso entre a afirmação dos princípios universais de igualdade e as realidades da divisão desigual dos poderes entre homens e mulheres” (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009, p. 144).

A partir do século XVIII, a luta por direitos sociais e políticos, base dos ideais iluministas e das revoluções Francesa e Americana, fomentaram uma nova perspectiva social, abrindo caminho para a modernidade e seus desdobramentos, entre os quais, as profundas mudanças nas relações econômicas e de produção, bem como a efetiva participação das mulheres, além do espaço doméstico.

O Feminismo tomado como movimento organizado, apresenta-se como instrumento de crítica e de reivindicação da mulher perante a assimetria entre os princípios universais de igualdade e a desigualdade dos poderes entre homens e mulheres, marcadamente impostas pelo patriarcado. Resignifica-se a cada novo contexto, com suas especificidades, avanços e recuos.

As lutas por superação de desigualdades e por autonomia feminina se apresentam em grupos e contextos históricos diversos. Suas diferenças se estabelecem tanto na interpretação das desigualdades identificadas na realidade de cada grupo, quanto em propostas e táticas usadas no exercício de superação dessas desigualdades e na consolidação da autonomia e da emancipação da mulher.

Para fins desta pesquisa, estabeleceremos uma cronologia do movimento feminista a partir de uma raiz na qual se encontram presentes a luta pela superação de desigualdades entre homens e mulheres, bem como pela autonomia da mulher.

Assim, o presente texto seguirá apresentando contextos históricos e políticos do feminismo que se iniciam na segunda metade do século XIX, com a luta por melhores condições de trabalho e por direito à cidadania, passando pelo debate acerca das origens e causas das desigualdades entre os sexos, de meados do século XX e que se prolongam até a contemporaneidade por meio das discussões quanto ao conceito monolítico de mulher.

Importante destacar que a cronologia a ser apresentada não se pretende exaustiva, quanto a autores e enfrentamentos que perpassam a busca da superação de desigualdades e a autonomia feminina. Ao longo desses contextos, abordaremos tensões, que surgidas de dentro do movimento, longe de apresentarem soluções para os debates, foram indispensáveis a novas temáticas. Com destaque para o modo como as feministas negras contribuíram para a redefinição dos conceitos de mulher e de opressão.

1.1 Movimento feminista: do trabalho ao voto das mulheres

A partir de meados do século XIX, os princípios de liberdade e igualdade de oportunidades, difundidos pelas revoluções burguesas, passaram a ser exigidos pelas mulheres que, muito embora tenham participado de tais revoluções, viam-se excluídas do processo de efetivação de ganhos obtidos.

Após as revoltas do operariado e o movimento sufragista, que se prolongou por décadas, as mulheres perceberam que as conquistas obtidas não as alcançavam. A luta fora de todos e os resultados beneficiaram apenas os homens, mantendo as mulheres em flagrante situação de desigualdade.

Nesse contexto de reivindicações decorrentes das conquistas de lutas do operariado e do sufragismo, é que se estabelece o primeiro momento histórico do feminismo, a ser considerado para fins desta pesquisa. Das lutas do operariado resultaram a busca por melhores salários e condições de trabalho, além da redução das jornadas extenuantes de trabalho nas fábricas.

Muito embora tenham se juntado aos homens durante as revoluções operárias para lutar contra as jornadas extenuantes de até dezoito horas de trabalho, condições insalubres nas fábricas e em defesa de melhores salários, a mulher foi mantida em estado de superexploração. Com a consolidação do sistema capitalista e com as mudanças no sistema produtivo, houve a necessidade de incorporação da mão-de-obra feminina nas fábricas. No entanto, as mulheres que saíram de casa para a fábrica, continuaram recebendo salários inferiores aos dos homens e trabalhando em tripla jornada, tanto na fábrica quanto em casa.

Das lutas por direitos políticos empreendidas pelos trabalhadores, resultaram a conquista do voto e da representatividade parlamentar. Em meio às lutas operárias e à reorganização do sistema de produção, a luta pelo voto universal se consolidou com o fim do voto qualificado por renda. No entanto, mais uma vez, essas lutas não incluíam o voto feminino. As lutas pelo sufrágio feminino envolveu mulheres de todas as classes sociais e se prolongaram por décadas. Nos Estados Unidos e Inglaterra foram sete décadas; no Brasil foram quarenta anos, a contar da constituinte de 1891.

Quando se mudaram do campo para as cidades, para trabalhar nas fábricas, houve uma maior conscientização por parte das mulheres. À época, a escritora inglesa Mary Wollstonecraft (1759-1797) foi pioneira da defesa do voto feminino, em livros e manifestos publicados a partir de 1792, entre os quais *Defesa dos Direitos da Mulher*, no qual defende a igualdade de formação intelectual para meninas e meninos.

Nos Estados Unidos, o sufragismo teve início em meados do século XIX, denunciando a exclusão da mulher da esfera pública, em um momento em que o conceito liberal de cidadania alcançava os negros e os desprovidos de renda. Do envolvimento de parcelas significativas de mulheres nessas lutas, resultou a conscientização do processo de sujeição no qual se encontravam.

Além da luta sufragista, as mulheres também aderiram à campanha abolicionista. Momento em que se aperceberam da própria sujeição, uma vez que, como cidadãos, não tinham direito ao voto, equiparando-se, de certa maneira, aos negros, tomados como inferiores.

Esse momento também evidenciou a fissura racista no movimento sufragista, detalhado por Ângela Davis em *Mulheres, raça e classe* (2013). Nessa obra, Davis discute o racismo no movimento sufragista feminino, apontando para atitudes por parte de líderes brancas do movimento e lembrando que este fora um movimento com profundas tensões, notadamente quanto ao alcance do direito ao voto por negros. A fala de Elizabeth Stanton, em maio de 1867, durante a reunião anual da Associação de Direitos Iguais, criada para difundir a igualdade de direitos a negros e mulheres, expõe esse viés racista:

Com os homens negros, não temos nenhum novo elemento no governo, mas com a educação e a elevação das mulheres, temos o poder de desenvolver a raça anglo-saxônica para um nível mais alto e enobrecer a nossa vida, pela lei da atração, elevando todas as raças para uma plataforma mais alta que nunca poderá ser alcançada no isolamento político dos sexos. (DAVIS, 2013, p. 57)

As mulheres brancas ignoraram os negros e as mulheres negras e partiram para a defesa do argumento de que o direito ao voto deveria ser concedido primeiramente a elas e só depois aos negros, expondo assim o racismo que se acentuaria nos anos seguintes, como veremos adiante ao tratarmos do feminismo negro.

A manutenção de desigualdades salariais e de péssimas condições da jornada de trabalho foi determinante para que as mulheres trabalhadoras, como categoria distinta das mulheres burguesas, percebessem que o direito ao voto poderia se converter em arma contra essas desigualdades.

As mulheres trabalhadoras não ergueram a bandeira do sufrágio em massa até ao início do século XX, quando as suas próprias lutas forjaram razões especiais para exigir o direito ao voto. Quando as mulheres fizeram greve à indústria de New York no nomeado “levantando 20 000” durante o inverno de 1909-1910, o voto começou a adquirir relevância especial nas lutas das mulheres trabalhadoras. Como as mulheres trabalhadoras líderes começaram a argumentar, as mulheres trabalhadoras podiam usar o voto para exigir melhores salários e melhorar as condições de trabalho. O sufrágio feminino podia servir como uma poderosa arma para a luta de classes. (DAVIS, 2013, p. 105)

Por força da atuação do grupo de mulheres trabalhadoras, estabelece-se uma luta que estava além do direito ao voto em si, mas representava, sobretudo, o voto como arma da luta de classes, distintamente da empreendida pelas burguesas. Essa luta que já se estendia por décadas chega ao seu objetivo maior com a ratificação da 19ª Emenda Constitucional, em setembro de 1920, concedendo o direito de voto às mulheres.

Na Inglaterra, Stuart Mill apresenta em 1865 projeto de lei que garantia o voto às mulheres. Ao longo das lutas, destaca-se a atuação das *suffragettes*⁴ com grandes mobilizações e greves de fome, em defesa da igualdade política entre homens e mulheres. Membros do “*The Women’s Social and Political Party*” realizavam seus encontros desde 1903 e conquistaram os direitos políticos em 1918, quando todas as mulheres com mais de 30 anos de idade puderam votar. Só em 1928, esse direito foi estendido às mulheres com mais de 21 anos.

Ocupados os postos de trabalho, garantido o direito ao voto e à participação na esfera pública, o primeiro momento do feminismo se encontra em processo de consolidação, até a década de 40, com a eclosão da Segunda Guerra.

No Brasil, a luta pelo voto feminino não teve o mesmo caráter de movimento de massa como nos Estados Unidos e na Inglaterra. Em 1910, a professora Leolinda Figueiredo Daltro, inspirada nas *suffragettes* inglesas, funda no Rio de Janeiro, o *Partido Republicano da Mulher*, organização que se propunha a promover a cooperação feminina para o progresso do país, combater a exploração relativa ao sexo e reivindicar o direito ao voto. Retomava, assim, as discussões sobre o voto feminino silenciadas desde a constituinte de 1891. Mesmo existindo com denominação de partido e sendo registrado, nenhuma das mulheres participantes pode votar ou receber voto, dada a incapacidade para o sufrágio, vigente na constituição federal.

⁴ Suffragette foi um termo cunhado, pela imprensa do Reino Unido no início do século XX, para diferenciar o grupo liderado por Emmeline Pankhurst – o Women’s Social and Political Union (WSPU), mais combativo e militante em prol do sufrágio feminino - do grupo do National Society for Women’s Suffrage (NSWS). O movimento pró-voto feminino tanto no Reino Unido quanto nos EUA teve duas fases distintas: a primeira, nas suas campanhas, deu prioridade à moderação, sempre observando a lei e a ordem, apostando em redigir petições e mandar cartas para a imprensa na expectativa de sensibilizar a opinião pública para o seu lado, estratégia que não se mostrou muito eficaz. A segunda fase, mais conhecida, foi agressiva e militante, apostando em ações para dar visibilidade para a sua causa, tais como colocar fogo em caixas de correio, quebrar vidraças, interromper discursos dos parlamentares, participar de passeatas, entre outras coisas. Estas ficaram conhecidas como suffragettes, para se diferenciarem do grupo mais pacífico, das sufragistas.

Em 1919, Bertha Lutz ajuda a fundar a *Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher*, transformada mais tarde em *Federação Brasileira pelo Progresso Feminino*, responsável por levar adiante a luta pelo voto feminino no Brasil.

Cientista respeitada, Lutz estudou na Europa e voltou ao Brasil em 1910. Atuou intensamente dentro da federação para que as mulheres pudessem alcançar o direito de voto. Entre as ações mais contundentes, está o abaixo-assinado levado ao Senado em 1927, pedindo a aprovação do Projeto de Lei, de autoria do Senador Juvenal Lamartine, que garantia o voto às mulheres.

Neste ano, o Estado do Rio Grande do Norte, sob a presidência de Juvenal Lamartine, inclui o voto feminino na sua Constituição, o que representou o reforço necessário a que outros estados seguissem com essa inclusão em suas legislações. Em 1932, durante o governo provisório de Getúlio Vargas, com a aprovação do Código Eleitoral, por meio do Decreto nº 21.076, o direito ao voto das mulheres encontra previsão geral em seu artigo 2º, com a seguinte redação: “É eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na forma deste Código”. (TRE, 2013)

Em *Uma história do Feminismo no Brasil*, Pinto (2003) nos apresenta o que chama de tendências feministas dessa primeira onda e aponta para o feminismo bem comportado, sob o comando de Bertha Lutz, do qual participavam mulheres de classe média e da burguesia da época, que buscavam exclusivamente o direito ao voto.

Em oposição a esta tendência, a autora registra as primeiras manifestações feministas, vinculadas ao pensamento anarquista e comunista, denominado de feminismo mal comportado. Era caracterizado como um grupo heterogêneo de operárias e intelectuais de esquerda que, além do voto, questionavam as condições de exploração pelas quais passavam as mulheres trabalhadoras.

Em um texto lançado pela União da Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas do Rio de Janeiro, em 1920, as mulheres apontam para a impossibilidade de se chegar a uma igualdade de direitos sem o reconhecimento da situação de opressão por que passam as trabalhadoras nas fábricas.

Essas mulheres, no início do século XX, anteciparam uma luta que só ganha espaço e legitimidade no fim do século, a do reconhecimento da especificidade da opressão, isto é, que os oprimidos não são oprimidos da mesma forma, que ser mulher, ser negro, ou pertencer a qualquer outra minoria, traz uma carga a mais em relação a ser homem e ser branco. (PINTO, 2003, p. 35)

No Brasil, a proximidade de intelectuais e trabalhadoras com as ideias de esquerda seria determinante para as lutas que, mesmo passando por certos momentos de dispersão, se prolongam das décadas de 1930 a 1970 e coincidem com períodos turbulentos da política nacional.

As lutas pelo direito à participação da mulher no cenário público, especificamente no tocante ao exercício do voto, dão forma ao primeiro momento onda do feminismo. Não houve, contudo, uma uniformidade quanto a essas lutas, tanto em suas origens nos Estados Unidos e Inglaterra, quanto aqui no Brasil. Seja pela necessidade de autorização de pais ou maridos, seja pela condição de trabalho ou pela barreira de idade, o caminho desde o primeiro voto feminino até à sua universalização tem como ponto de confluência a luta de mulheres para ocupar espaços públicos de representatividade e de decisões.

1.2 Movimento feminista: da mulher de casa para as mulheres na rua

Com o atendimento de reivindicações que foram a base da primeira momento do movimento feminista, sobretudo o direito ao voto e a participação no mercado de trabalho, as décadas de 1930 e 1940 se caracterizam por um certo recuo nas mobilizações de mulheres.

Aliado às conquistas, o momento também se tornara propício à participação mais efetiva da mulher nos espaços públicos de trabalho, tendo em vista a proximidade de mais uma guerra e a necessidade de se liberar a mão-de-obra masculina para o fronte.

Passada a Segunda Grande Guerra e amparados em fortes campanhas conservadoras, há o retorno da mão de obra masculina ao mercado industrial e, conseqüentemente, das mulheres às casas, para ocupar as funções domésticas. Para fortalecer essa diferenciação, passa-se a exaltar o papel da mulher restrito ao espaço doméstico por meio da idealização das figuras da dona de casa, esposa e mãe.

Nesse contexto, é que no final dos anos 40, Simone de Beauvoir lança *O Segundo Sexo*, obra na qual estuda o desenvolvimento psicológico da mulher e os condicionamentos que as levam a serem percebidas como mero apêndice do homem. Tidas como frágeis para determinados trabalhos ou incapazes para outros, acentua-se o apelo à diferenciação biológica entre os sexos.

Beauvoir nos mostra como a mulher constitui-se como Outro perante o homem, em uma estrutura de relação na qual não existe a reciprocidade. Para Beauvoir (1980), o homem representa o positivo e neutro, uma vez que o vocábulo “homem” é utilizado para designar a própria humanidade, ao contrário da mulher que, de modo assimétrico, se apresenta pela determinação do sexo. Acerca dessa falta de reciprocidade, a autora afirma que:

Um homem não teria a ideia de escrever um livro sobre a situação singular que ocupam os machos na humanidade. Se quero definir-me, sou obrigada inicialmente a declarar: “Sou uma mulher.”[...] Um homem não começa nunca por se apresentar como um indivíduo de determinado sexo: que seja homem é natural.[...] O homem representa a um tempo o positivo e o neutro, a ponto de dizermos “os homens”, para designar os seres humanos[...] A mulher aparece como o negativo, de modo que toda determinação, lhe é imputada como limitação, sem reciprocidade.(BEAUVOIR, 1980, p. 9)

Nessa relação marcada pela naturalidade da condição masculina, uma vez que, nas palavras da autora, “a humanidade é masculina e o homem define a mulher não em si, mas relativamente a ele; ela não é considerada um ser autônomo” (BEAUVOIR, 1980, p. 10), a mulher passa à condição de objeto, percebida e formatada pelo sujeito masculino. A condição feminina não é natural, mas imposta como fator limitador: na esfera pública e de trabalho, por não poder ocupar espaços ou desempenhar tarefas reservadas ao homem; na esfera privada, por ser biologicamente predeterminada à maternidade e às tarefas domésticas.

A partir de então, *O Segundo Sexo* passa a orientar pesquisadoras feministas acerca da origem das desigualdades e da pretensa predeterminação de homens e mulheres em cumprir papéis opostos e específicos nas relações sociais, na vida política e no trabalho. A opressão feminina passa a ser encarada não mais como restrita às relações domésticas, mas a partir de sua dimensão política, construída social, econômica e culturalmente.

As décadas de 1960 e 1970 marcam o segundo momento do feminismo, no qual se destacam as ideias de feministas em torno da análise crítica da supremacia masculina. Neste momento se expõe a impossibilidade da fundação de uma sociedade baseada na igualdade reclamada pelas primeiras feministas. O sistema patriarcal se movimentou em relação às demandas referentes ao sufrágio, no entanto esse movimento não representou igualdade. Na esteira da conquista do voto, a presença da mulher em cargos políticos permaneceu discriminada pela construção de uma narrativa de que o ambiente político partidário fosse agressivo e, portanto,

contrário à natureza dócil da mulher. Assim ao tentar manter a mulher afastada desse pretense ambiente agressivo, o discurso patriarcal se fundamentou na construção de fragilidade física e emocional da mulher, que representava uma ideia combatida já na primeira onda.

Acerca da abordagem histórica do segundo movimento feminista, em contraponto ao primeiro, destaca-se que:

[...] os movimentos feministas dos anos 70, não se fundam na única exigência de igualdade, mas no reconhecimento da impossibilidade social de fundar essa igualdade dentro de um sistema patriarcal. (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009, p. 145).

O feminismo dos anos 60 parte dos Estados Unidos e se expande para a Europa, tomando amplitude internacional. Em 1963 Betty Friedan publica *A Mística Feminina*, obra na qual expõe essa mística como sendo o ideal de feminilidade, definido entre os anos de 1940 e 1960. Para esse ideal, a mulher era descrita como aquela que deveria se dedicar à casa, aos filhos e sua educação e ao marido e que a empurrara de volta à vida privada, notadamente definida por padrões masculinos.

Em 1966, Friedan e outras mulheres fundam a *Organização Nacional para as Mulheres*, grupo que deu início ao movimento das feministas liberais. Ao tratar das feministas liberais e de como elas criticaram a supremacia masculina em *A Invenção da Heterossexualidade*, Katz (1996) afirma que:

Essas feministas, lideradas por Friedan, mostraram às mulheres brancas, da classe média e com formação universitária, as restrições no lar, no serviço doméstico e na criação dos filhos, e lutaram para integrá-las ao mundo maior do trabalho assalariado. (KATZ, 1996, p. 119)

Em sua luta, as feministas liberais defendiam uma sociedade na qual mulheres e homens pudessem desempenhar funções equivalentes no trabalho e que fossem tratados como iguais, refutando a imposição de papéis sociais predeterminados e que inferiorizavam a mulher.

Já o grupo das feministas radicais argumentava que a diferenciação da classe feminina e a ausência de poder de decisão, para além da esfera doméstica, se baseava na questão sexual. Para esse grupo de feministas, as diferenças sociais impostas às mulheres:

[...] eram uma parte integrante de uma desigualdade estruturada social e culturalmente [...] As feministas radicais ligaram explicitamente o pessoal e

sexual ao poder e à política, iniciando a primeira crítica feminista da estruturação social da heterossexualidade.” (KATZ, 1996, p. 120)

Em 1970, Kate Millett lança *Política Sexual*, um dos textos basilares das feministas radicais, no qual analisa as relações entre os sexos. A autora debate o sistema patriarcal e suas implicações no processo de dominação, com influência nas religiões, nas leis e nos costumes das mais diversas civilizações.

Nesse sentido, a ideia de uma política sexual criada para manter a mulher submissa à sua condição biológica de mãe e reclusa às suas funções sociais de doméstica, representou uma afronta à noção dominante do sexo como algo pessoal e marcadamente biológico.

Cabe destacar que, muito embora as reivindicações feministas desse segundo momento tenham elevado a mulher à categoria de sujeito do feminismo, do ponto de vista institucional, o patriarcado se manteve como dominador. Exemplo dessa dominação, momento em que as algumas feministas negras denunciaram a opressão sexista imposta por homens negros dentro do movimento pelos direitos civis sobre o qual falaremos adiante.

Muito embora as mulheres negras tenham participado efetivamente das lutas feministas no primeiro e no segundo momento, as discussões universalizantes acerca da mulher não contemplavam o debate sobre raça e classe, o que representava o contínuo silenciamento da presença da mulher negra. Exemplo desse silenciamento se percebe ainda em 1851, na Convenção de Mulheres de Akron, quando Sojourner Truth, única mulher negra participante enfrentou o racismo com o questionamento “Não sou eu mulher?” dirigido a uma plateia de homens e mulheres brancos:

O discurso de Sojourner Truth “Ain’t I a woman?” teve implicações mais profundas, porque foi também, pelo que parece, um comentário sobre as atitudes racistas das mesmas mulheres brancas que mais tarde louvaram a sua irmã negra. Não foram poucas as mulheres de Akron que inicialmente se opuseram a que as mulheres negras tivessem voz na sua convenção e aqueles que eram contra o direito das mulheres tentaram tirar proveito deste racismo. (DAVIS, 2013, p. 50)

Davis registra o episódio da Convenção de Mulheres de Akron, na qual um membro da plateia questiona o direito ao voto feminino, quando mulheres seriam incapazes de atravessar uma poça de água ou subir sozinhas na própria carruagem. Sojourner Truth, refuta o argumento, afirmando nunca ter precisado de ajuda para tais

tarefas e lança o questionamento “e não sou eu uma mulher?”, fundante para seu discurso:

Olhem para mim! Olhem para os meus braços” e enrolou as suas mangas para revelar os tremendos músculos dos seus braços. Eu lavrei, plantei, e ceifei para celeiros e nenhum homem podia ajudar-me! E não sou eu mulher? Podia trabalhar tanto e comer tanto como um homem – quando podia fazê-lo – e suportar o chicote também! E não sou eu mulher? Dei à luz treze crianças e vi a maior parte delas serem vendidas para a escravatura, e quando chorei a minha dor de mãe, ninguém senão Jesus me ouviu! E não sou eu mulher?” (DAVIS, 2013, p. 50)

No capítulo “Racismo e feminismo: a questão da responsabilidade”, Hooks (2014) destaca que, ao longo de todo período histórico dos Estados Unidos, desde a sua criação até os anos de 1970, a sociedade estadunidense se construiu com base em uma polaridade que envolvia o sexo e a raça. Hooks afirma que as bases dessa polarização se refletem na supremacia branca e no domínio masculino, de modo que, mesmo homens negros, assumiram a defesa do patriarcado diante de suas mulheres negras. A autora reforça as palavras de Davis (2013) ao descortinar o racismo de mulheres brancas durante as lutas feministas dos séculos XIX e XX:

Todos os movimentos de mulheres na América desde a sua origem inicial até ao presente foram construídos em fundações racistas – um facto de que forma alguma invalida o feminismo como ideologia política. A estrutura do apartheid racial social que caracterizou o século XIX e início do século XX da vida americana foi espelhado no movimento dos direitos das mulheres. A primeira defesa dos direitos das mulheres brancas nunca procurou a igualdade social para todas as mulheres; elas estavam à procura da igualdade social para as mulheres brancas. Porque muitas das defensoras dos direitos das mulheres do século XIX eram também ativas no movimento abolicionista, é frequentemente assumido que elas eram antiracistas. Os historiadores e especialmente os recentes documentos feministas criaram uma versão da história americana na qual as mulheres brancas defensoras dos direitos se apresentavam como campeãs dos negros oprimidos. Este romantismo impetuoso informou muitos estudos do movimento abolicionista. (HOOKS, 2014, p. 90)

Com a fundação, em 1973, da Organização Feminista Negra Nacional, nos Estados Unidos, a presença das mulheres negras foi decisiva para que os debates acerca do conceito universal da categoria mulher. Como categoria universal, para as feministas negras, esse conceito não alcançava especificidades que tocavam aspectos de raça e classe social, afinal, ao se referirem à mulher, ao longo dos dois momentos feministas, o faziam a partir da mulher branca, representada pela maioria burguesa com direito à fala nos espaços de debates desde o século XIX. O questionamento proposto pelas feministas negras nos anos 60 se constitui em

fundamento que marca uma fase de transição dentro do movimento feminista entre as conquistas desde o voto, até a libertação sexual da mulher e o seu lugar social.

Assim, as diferenças a serem discutidas passaram do binarismo homem x mulher para as diferenças internas do conceito mulher que se apresentava para além do sexo. As mulheres negras passaram a escrever e discutir a dupla opressão na qual se encontravam, desde os primórdios das lutas feministas. Para estas feministas, as mulheres negras, eram oprimidas tanto pelo racismo, quanto pelo sexismo, sendo assim oprimidas por serem mulheres e por serem negras. Eram oprimidas por brancos racistas e sexistas e por negros sexistas. Esses questionamentos se aprofundaram e chegaram aos debates que marcarão o terceiro momento feminista, que será tratada adiante.

No Brasil, com o direito ao voto alcançado em 1932, as mobilizações feministas passaram por certo arrefecimento, especialmente considerado o momento político marcado pela impossibilidade de livre manifestação popular, durante o início do Estado Novo, a partir de 1937. As mobilizações são retomadas gradativamente a partir do final da década de 1940, período a partir do qual as mulheres voltam às campanhas nacionais, entre as quais a campanha pela paz mundial e a da anistia

O segundo momento feminista coincide com os anos de repressão inaugurados pelo Golpe Civil Militar, em 1964. Só a partir de 1975, com a fundação do *Movimento Feminino pela Anistia* e por conta do *Ano Internacional da Mulher*, promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU), é que retomaram-se os debates acerca da condição feminina. Debates que tomaram força ao longo da década, não só no Brasil, mas de modo global já que esta fora declarada a Década da Mulher, na ONU.

No plano das ciências sociais, destaca-se a publicação, em 1969, de *Mulher na sociedade de classes: mito e realidade*, de Heleieth Saffioti, que traz ao debate à incorporação do trabalho feminino pelo sistema capitalista. A autora analisa a situação de inferioridade da mulher na sociedade como necessidade estrutural do capitalismo. Situação já observada nos anos de 1950, durante o pós-guerra, quando as mulheres foram colocadas de volta em casa para que os homens retomassem seus postos de trabalho e recuperassem seus espaços no mercado.

Nessa mesma época, enquanto a grande imprensa, dominada pelo patriarcado, veiculava a anti-propaganda feminista, reforçando os papéis de mãe e dona de casa da mulher, três jornais de destacaram como publicações feministas: *Brasil-Mulher*, *Nós Mulheres* e *Mulherio*. Estas publicações tiveram circulação limitada e, aos

poucos, encontraram em suas colaboradoras pesquisadoras e ativistas políticas que chamaram a atenção para a situação de opressão no campo do trabalho, no campo acadêmico e na vida privada.

Brasil-Mulher, primeiro jornal feminista, editado em Londrina, entre os anos de 1975 e 1979, contou com a jornalista Joana Lopes como editora-chefe, presa algumas vezes pelos órgãos de repressão. Ao tratar do tópico Feminismo e imprensa, dentro do movimento feminista da segunda metade do Século XX, Zirbel⁵ (2007) afirma que relativamente ao Jornal *Brasil-Mulher*:

Seu público-alvo eram as mulheres trabalhadoras dos meios populares e temas como a falta de saneamento básico, postos de saúde, creches e escolas bem como a carestia de vida e as condições de trabalho eram priorizados. A emancipação feminina foi pensada, inicialmente, dentro de um projeto de transformação geral da sociedade capitalista. (ZIRBEL, 2007, p. 56)

Estes temas passaram a compor as pautas de reivindicações que chegaram à Constituinte de 1988, a fim de que saíssem da esfera limitada de discussões de grupos específicos e passassem a figurar como temas de políticas públicas.

Nós-Mulheres circulou entre 1976 e 1978, sob a responsabilidade de Mariza Corrêa. O jornal editado em São Paulo contava com a colaboração de mulheres ligadas ao Partido Comunista Brasileiro e discutia temas abertamente feministas.

Ao trazer o recorte sobre a história do feminismo no Brasil, sobretudo em relação às mulheres e demais grupos ligados à esquerda, Telles (1999) destaca o envolvimento de grupos de mulheres na edição de jornais que fizeram o enfrentamento à grande imprensa.

Nós Mulheres e Brasil Mulher, juntos, fortaleceram as reivindicações femininas e ajudaram as mulheres a tomar consciência de sua condição. Cada um a seu modo, claro. Ao se colocarem a serviço das mulheres das camadas mais populares, esses jornais trouxeram para o debate, ainda incipiente, a necessidade da transformação econômica e social, para que as condições de trabalho de ambos os sexos se tornassem adequadas. (TELLES, 1999, p. 91)

⁵ Estudos Feministas e Estudos de Gênero no Brasil: Um Debate - Dissertação apresentada ao Programa de PósGraduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, em 2007. No estudo a pesquisadora faz um levantamento detalhado de fontes e publicações a partir dos anos 60, além de entrevistar pesquisadoras e membros de grupos feministas.

Com tiragens reduzidas e em muitos casos com periodicidade oscilante, esses jornais eram distribuídos entre grupos organizados que se reuniam para ler, debater e discutir pautas a serem apresentadas às editoriais.

Já na década de 80, O jornal *Mulherio*, editado entre os anos de 1981 e 1988, estava ligado a um grupo de pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas. A proposta do jornal era a de integrar pesquisadoras e grupos de mulheres em torno de pontos pertinentes às discussões feministas, considerando o viés acadêmico sobre temas a que se dedicavam as pesquisadoras envolvidas e vinculadas à Fundação Carlos Chagas, entre os quais a violência e a saúde.

Sobre esse jornal, Telles (1999) afirma que:

Tratava de temas candentes do feminismo: a extensão da licença-maternidade para os pais (o jornal foi precursor dessa ideia no Brasil), a democracia doméstica, a situação da mulher negra e a existência de um movimento de mulheres negras.

Em 1982 divulgou as propostas das candidatas para o Legislativo que se declararam defensoras das “bandeiras feministas”, tais como:

- direito a (sic) creche para que o estado também assuma a responsabilidade dos encargos da maternidade;
- a descriminalização do aborto;
- o direito à aposentadoria aos 25 anos de serviço. (TELLES, 1999, p. 94)

Dos grupos ora mencionados e de outros que juntos deram forma ao feminismo de segunda onda no Brasil, fica evidente a feição notadamente político-acadêmica dessa onda. Mesmo que as discussões tenham alcançado as mulheres trabalhadoras, percebe-se que a segunda onda do feminismo brasileiro ficou marcado pelo debate dentro das academias, o que envolveu pesquisadoras em grupos de estudos que mais tarde resultaram grupos de referência em publicações acadêmicas, como veremos ao tratar da terceira onda.

Do ponto de vista político, a efervescência dos grupos civis organizados desde as campanhas pela anistia até o momento da abertura política do fim dos anos de 1980, com a constituinte de 1988 e sua feição cidadã, resultaram a participação de mulheres nos debates durante a constituinte, ou redundaram em conquistas tidas como avanços à época, a exemplo das delegacias da mulher e de centros de acolhimento a mulheres vítimas de violência. Além da efetiva participação de mulheres em cargos eletivos.

O segundo momento do feminismo se estabelece como um movimento libertário, questionando o reducionismo biológico amplamente difundido nas décadas

de 1940 a 1960, que buscava manter a mulher numa condição subalternizada dada sua pretensa fragilidade, além de determinar o papel doméstico como próprio da mulher, mãe e dona de casa. Ao mesmo tempo enquadra a hierarquia sexual como construção social, alicerçada pelo patriarcado, portanto passível de ser transformada como todo e qualquer processo histórico.

3.1 Movimento feminista: das mulheres e seus corpos entrecruzados pela violência

Nos dois primeiros momentos do movimento feminista, a luta trouxe para o debate e consolidou a mulher como sujeito político. Ao ocupar espaços políticos e sociais pelo voto e pela garantia de acesso ao trabalho e ao denunciarem a violência e o racismo sofridos, as mulheres fizeram o enfrentamento necessário a ocuparem espaços naturalizados como masculinos.

As lutas da segunda metade do século XX apresentam a mulher como o sujeito do feminismo e trazem consigo debates acerca de quem comporia essa ideia de sujeito. Inicialmente o termo mulher foi percebido como um sujeito universalizado, que compartilha uma mesma história de opressões e silenciamentos. Posteriormente passa-se a questionar esse sujeito para tratar de mulher em sua diversidade, desconstruindo, assim, o conceito monolítico e considerando, a partir de então, o entrecruzamento de questões pertinentes ao sexo, à raça e à classe social.

Em seu terceiro momento, o movimento feminista critica o caráter burguês que se sobressaiu nas duas primeiras ondas, trazendo ao debate os entrecruzamentos de classe e raça como motores da opressão sofrida por mulheres. Uma das críticas chama a atenção para o caráter excludente da universalidade do conceito de mulher, defendido na no segundo momento pelas feministas brancas e de classe média. Surge a necessidade da discussão de gênero fora do binarismo homem x mulher, considerando o entrecruzamento das categorias como raça e classe.

O feminismo dos anos de 1990 dedica-se à diversidade entre as mulheres, o que remete à heterogeneidade do sujeito contemporâneo. Intensificam-se, então, os estudos referentes ao gênero e sua crítica como categoria fixa e imutável, confirmando o caráter plural dos estudos feministas, que marcam a terceira onda do movimento.

Na década de 1990, Judith Butler se destaca formulando novas categorias de análise para a dominação masculina. Ao falar de mulheres e da construção da

categoria de sujeito do feminismo, questiona a necessidade de que se desenvolvesse uma linguagem capaz de representá-las de forma completa e adequada, com a finalidade de promover a visibilidade política presente nas duas primeiras ondas feministas.

Em seus estudos propõe que o caráter rígido e permanente desse sujeito seja repensado:

Talvez exista, na presente conjuntura política-cultural, período que alguns chamariam de “pós-feminista”, uma oportunidade de refletir a partir de uma perspectiva feminina sobre a exigência de se construir um sujeito do feminismo. Parece necessário repensar radicalmente as construções ontológicas de identidade na prática política feminista, de modo a formular uma política representacional capaz de renovar o feminismo em outros termos. (BUTLER, 2003, p. 24-25)

Sob influência dos debates que apontam para pós-feminismo⁶, a terceira onda feminista marca o novo debate acerca do conceito de gênero, dissociando-o do sexo e reforçando o caráter cultural da construção dos sujeitos. Butler (2003) em *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*, ao afirmar que o gênero é culturalmente constituído, introduz novos sujeitos ao debate. Não mais os sujeitos naturalizados pelo binarismo no qual se basearam os debates anteriores. Agora sujeitos dentro de uma perspectiva menos unificada e capaz de perceber a identidade transitando por múltiplas posições.

Nos estudos feministas de terceiro momento, os corpos são tomados como lugar de centralidade nos debates de gênero. Para Butler (2003), o corpo realocaliza os sujeitos e demarca as diferenças e experiências, tornando-se fundamental para as reformulações teóricas e da política feministas. Nesse sentido o lugar das mulheres como sujeitos do feminismo se desestrutura, trazendo ao debate corpos performatizados e capazes de criar novas experiências tanto dentro de espaços de

⁶ O Dicionário da Crítica Feminista traz o verbete pós-feminismo com algumas variantes na sua definição, considerando sua origem no final dos anos sessenta, vinculada a teóricas da diferença como Julia Kristeva e Hélène Cixous. Para fins desta pesquisa, consideraremos que esta corrente, se volta para a “representação, a produção e a leitura de textos culturais, mostra-se empenhada, por um lado, no reafirmar das batalhas já ganhas pelas mulheres e, por outro, na reinvenção do feminismo enquanto tal, e na necessidade de o fortalecer, exigindo que as mulheres se tornem de novo mais reivindicativas e mais empenhadas nas suas lutas em várias frentes, tal como afirmam, entre outras, Germaine Greer (1999), Teresa de Lauretis, Griselda Pollock, Susan Bordo, Elizabeth Grosz, Judith Butler, Donna Haraway. O conceito de pós-feminismo poderá assim traduzir a existência hoje de uma multiplicidade de feminismos ou de um feminismo “plural”, que reconhece o fator da diferença como uma recusa da hegemonia de um tipo de feminismo sobre outro, sem contudo pretender fazer tabula rasa das batalhas ganhas, nem reificar ou “fetichizar” o próprio conceito de diferença.

opressão quanto contra eles. Esse terceiro momento se caracteriza, portanto, pela diversidade e pelo deslocamento desses sujeitos periféricos.

Do entrecruzamento de questões acerca de raça, sexo e classe social, proposto pelas feministas negras da década de 1970, resulta a base para uma análise interseccional, muito embora o conceito de interseccionalidade tenha sido apresentado em 1989, por Kimberlé Crenshaw, ao publicar “*Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: a Black Feminist Critique and Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics*”. Como parte de seus estudos, a pesquisadora negra afirma que a interseccionalidade surge como um conceito da teoria crítica de raça e acrescenta que:

O termo demarca o paradigma teórico e metodológico da tradição feminista, promovendo intervenções políticas e letramentos jurídicos, sobre quais condições estruturais o racismo, sexismo e violências correlatas se sobrepõem, discriminam e criam encargos singulares às mulheres negras. (AKOTIRENE, 2018, p. 54)

As relações de poder e a transversalidade de opressões estruturais, que ultrapassam o gênero e alcançam raça e classe, fazem com que a voz de feministas negras ganhe força dentro do movimento. Tais formulações remontam ao segundo momento, uma vez que ainda na segunda onda, nas décadas de 1960 e 1970, estas feministas já consideravam categorias raça e classe como indissociáveis do debate sobre as diversas opressões às quais as mulheres negras estavam submetidas.

Ao traçar o panorama da participação de mulheres negras no movimento feminista estadunidense, Hooks (2014) enfatiza o modo como os ativistas negros da década de 1950 assumiram o discurso do patriarcado e exigiram que mulheres negras agissem de modo a se manterem subalternizadas em suas casas, ou até mesmo nos postos ocupados dentro dos grupos organizados. Nas palavras da ativista, os líderes negros assumem e reforçam os papéis sexistas dentro das organizações negras:

Enquanto algumas ativistas negras resistiram às tentativas dos homens negros em coagi-las a desempenharem um papel secundário no movimento, outras capitularam às exigências masculinas de submissão. O que começou como um movimento de liberdade de todo o povo negro da opressão racista tornou-se num movimento cujo primeiro objetivo foi o estabelecimento do patriarcado negro masculino. Não é surpresa que o movimento tão preocupado com a promoção do interesse dos homens negros falhasse em chamar à atenção o duplo impacto da opressão sexista e racista sobre o status social das mulheres negras. Foi pedido às mulheres negras que enfraquecessem os seus conhecimentos – para permitir projetar e brilhar unicamente os homens negros. Foi visto com insignificância a vitimização das mulheres negras sofridas pela opressão racista e sexista, pois embora fosse

grande o sofrimento das mulheres, este não podia ser precedente sobre a dor masculina. (HOOKS, 2014, p. 7)

Discussões como essa encabeçaram o movimento feminista negro, que denunciava e combatia não só a opressão racista e de forma generalizada aos negros, como também a sexista sofrida por mulheres negras. Durante a efervescência das discussões na década de 70, feministas negras levantam o questionamento acerca da universalidade do conceito mulher, orientado dentro das lutas feministas para mulheres brancas e de classe média. Para desconstruir mulher como categoria monolítica, são invocados os argumentos de diferença com base em classe social, em raça e sexo e suas vinculações aos diversos níveis de opressão e discriminação.

Djamila Ribeiro (2018), ao provocar o questionamento sobre quem tem medo do feminismo negro, afirma que, muito embora esse feminismo tenha como marco histórico a fundação da National Black Feminist, nos Estados Unidos, em 1973, mulheres negras como Sojourner Truth, com seu discurso na Convenção dos Direitos da Mulher, em meados do século XIX, e Ângela Davis com *Mulheres, raça e classe*, na década de 1980, vinham desafiando o que se entendia pelo sujeito mulher.

No Brasil, o feminismo negro se fortalece a partir dos anos de 1980. Em 1985 acontece o III Encontro Feminista Latino-Americano, em Bertioga. Após este encontro, surgiram importantes organizações como Geledés⁷, Criola⁸.

Pesquisadoras negras se destacam como a antropóloga Lélia Gonzales, professora da PUC-Rio, que denuncia o silenciamento imposto às mulheres negras tratadas como incapazes de falar por si.

Além de colocar a mulher negra no centro do debate, ela vê a hierarquização de saberes como produto da classificação racial da população, uma vez que o modelo valorizado e universal é branco. Segundo essa autora, o racismo se constitui “como a ‘Ciência’ da superioridade eurocristã (branca e patriarcal). (RIBEIRO, 2018, p. 124)

Em suas pesquisas, Gonzales trata também de temas como o apelo à sexualização do corpo da mulher negra, na construção da “mulata”, além de discutir o

⁷ GELEDÉS Instituto da Mulher Negra fundada em 30 de abril de 1988: é uma organização da sociedade civil que se posiciona em defesa de mulheres e negros por entender que esses dois segmentos sociais padecem de desvantagens e discriminações no acesso às oportunidades sociais, em função do racismo e do sexismo vigentes na sociedade brasileira. (<https://www.geledes.org.br/>)

⁸ CRIOLA é uma organização da sociedade civil com mais de 25 anos de trajetória na defesa e promoção dos direitos das mulheres negras. Fundada em 1992, a organização atua na construção de uma sociedade onde os valores de justiça, equidade, solidariedade são fundamentais. (<https://criola.org.br/>)

lugar de doméstica. Esses são debates necessários para o entendimento do racismo estrutural, uma vez que a “mulata” sempre fora tomada como corpo sexualizado na música e no cinema e na mídia, enquanto a negra fora relegada às cozinhas e ao trabalho de alimentar a classe média, manter a casa limpa e organizada, tarefas menores para as mulheres brancas.

Sueli Carneiro, uma das fundadoras do Geledés, é ativista, que, ao tratar de mulheres, combate a ideia da universalidade desse conceito. Trata-se de uma importante crítica dos processos de silenciamento e de invisibilidade de mulheres negras, perante o entrecruzamento de opressões. Publicou *Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil* (2011), livro que reúne artigos produzidos entre os anos de 1999 e 2010, nos quais discute como o racismo e sexismo estruturam as relações sociais, políticas e de gênero no Brasil. Seu discurso se junta ao de outras feministas negras na denúncia contra o entrecruzamento de opressões que acompanhou a mulher negra desde os primórdios do movimento feminista e que se refletirão no texto de escritoras negras, a exemplo da escritora Conceição Evaristo, como trataremos adiante.

Ao longo de mais de um século e meio, se considerarmos o movimento de mulheres durante as revoltas operárias como ponto de partida, o feminismo enquanto movimento político de combate a desigualdades, contribuiu sistematicamente para a reconfiguração das relações de poder entre homens e mulheres, ainda que distante da igualdade buscada como tema estrutural da luta feminista.

O movimento feminista manteve a denúncia contra desigualdades e opressões sistemáticas contra as mulheres como processo de transformação, ora fortalecido, ora aparentemente desarticulado. Apresentou avanços e recuos, sempre pautados no enfrentamento da assimetria estrutural dos princípios de igualdade entre homens e mulheres.

Se inicialmente as lutas feministas reivindicavam a participação política e ocupação de espaços públicos de decisão, na atualidade, a luta é pelo direito ao próprio corpo. Por todo o mundo, mulheres denunciam e enfrentam as opressões e violências sofridas no corpo: agressões físicas e psicológicas, estupros e mutilações ordenadas a partir do olhar patriarcal, fundado em políticas de segregação, legislações excludentes, dogmas religiosos ou traços culturais que contribuem decisivamente para silenciar, objetificar e invisibilizar.

De categoria universal dos séculos XIX e metade do XX, as mulheres passaram ao discurso de categoria múltipla e heterogênea. As lutas pela liberação sexual, pelos direitos reprodutivos se juntaram aos debates acerca do entrecruzamento de opressões, reivindicados por feministas negras. Essas opressões contra as quais feministas lutavam, a partir de meados do século XX, extrapolavam o racismo. Ativistas e escritoras negras denunciaram e escreveram sobre o sexismo e o classismo que as oprimia desde sempre e que foram, sistematicamente, silenciados dentro do próprio movimento feminista. Feministas negras reivindicaram a urgência de considerar a mulher em suas especificidades, sem, no entanto, jamais terem abandonado a luta feminista e o engajamento com as lutas dos homens negros.

O debate de gênero se intensificou e fez ecoar um questionamento que perpassou todo o movimento: o de qual mulher seria a tratada dentro do feminismo. Ao refutar a biologização como definidor da condição de mulher e enfatizar os corpos que performatizam no espaço social, os debates sobre gênero trazem novamente as discussões acerca do sujeito do feminismo e demarcam a necessidade contemporânea de se continuar o enfrentamento de mesmas e novas opressões a esses sujeitos.

O que representaria uma tensão refletiu no modo como o movimento se reestruturaria a partir dos anos de 1980. Daquele conceito monolítico de mulher, o feminismo passou a considerar sujeitos femininos e a interseccionalizar opressões. De mulheres brancas, burguesas e acadêmicas dos séculos XIX e XX, que, de certo modo, representavam o centro, as reivindicações feministas alcançaram as mulheres negras, indígenas, refugiadas e outras minorias que saíram, assim, da periferia para ocupar o centro dos debates contemporâneos.

Desse movimento de centro para periferias, da ressignificação do conceito de mulher para mulheres, e, sobretudo, da inserção do conceito de interseccionalidade no debate teórico acerca do feminismo, chegamos a Conceição Evaristo.

Maria da Conceição Evaristo de Brito é mineira de Belo Horizonte-MG, onde nasceu em 1946. Após encerrar os estudos na Escola Normal, emigrou para o Rio de Janeiro, em 1973, onde passou a trabalhar como professora de escola pública. Em 1976 inicia a graduação em Letras - Português e Literaturas – pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Curso interrompido após o nascimento da filha Ainá, em 1980 e finalizado apenas em 1989.

No artigo “*Escre(vivência): a trajetória de Conceição Evaristo*, Machado (2014) traz resultados de sua pesquisa de mestrado, sobretudo no que se refere ao percurso de Evaristo dentro do Movimento Negro e à dinâmica de funcionamento do universo editorial de literatura negra no Brasil. Ao longo da pesquisa, fica evidente como Evaristo interrelacionou a vida social, a atuação no movimento negro e vida acadêmica. Dessa trajetória resulta a escrevivência, conceito e prática sobre a qual trataremos adiante.

Nas entrevistas, que fundamentam a pesquisa de Machado (2014), Evaristo fala de seu engajamento nos grupos voltados ao fortalecimento da negritude. Fala inicialmente, na década de 1970, ainda em Belo Horizonte, quando participou do Movimento José do Patrocínio e, posteriormente, já no Rio de Janeiro como se identificou e participou do Movimento Negro.

Na década de 1980, Conceição Evaristo participou efetivamente do grupo Negrícia: Poesia e Arte de Crioulo. Por meio de ações diretas, os integrantes do grupo levavam recitais a bibliotecas públicas, presídios, sindicatos e favelas. A atuação do grupo se encerrou no fim dos anos de 1980. Por essa época, retoma vida acadêmica ao iniciar o mestrado em Literatura Brasileira, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio (PUC-Rio). Com a dissertação *Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade* (EVARISTO, 1996), se insere no universo acadêmico contra-hegemônico de intelectuais negras, partindo da crítica acerca da produção literária negra. Segue então para o doutorado em Literatura Comparada pela Universidade Federal Fluminense (UFF), com a tese *Poemas malungos: cânticos irmãos* (EVARISTO, 2011), na qual compara textos de literaturas africanas de língua portuguesa e da literatura afro-brasileira, com base em autores como Nei Lopes, Edmilson Pereira e Agostinho Neto.

Conceição Evaristo estreou na literatura na década de 1990, com a publicação do poema *Vozes-mulheres*, na série *Cadernos Negros*, editada pelo grupo Quilombhoje. Muito embora já escrevesse desde a década de 1970, a própria Evaristo afirma que a publicação de *Vozes-Mulheres* representa sua estreia na literatura.

No artigo *Gênero e violência na literatura afro-brasileira*, Duarte (2009) questiona ausência do que chama de as marcas literárias da violência contra a mulher na literatura, sobretudo na de autoria feminina. Destaca os *Cadernos Negros* como espaço de exceção quanto a essa temática de gênero e violência.

[...] conheci os Cadernos Negros, e o que era exceção tornou-se quase uma temática recorrente. A partir de uma perspectiva étnica, de classe e feminista, algumas escritoras realizam – com competência e sensibilidade – agudas releituras da violência, expondo sem melindres personagens-chagas do cotidiano feminino. (DUARTE, 2009, p. 2)

Muito embora tenha estreado em edição voltada à poesia, com o poema *Vozes-mulheres*, ao longo de sua carreira, Evaristo também publica nos Cadernos, em edições voltadas ao conto. Publica, inclusive, alguns contos que mais tarde foram reunidos em coletâneas como *Olhos d'água* (2014).

Em 2003, publica o seu primeiro romance, *Ponciá Vicêncio*, pela Mazza Edições, editora voltada a publicação de autores negros. Ainda pela Mazza, publica *Becos da Memória* (2006), que fora escrito na década de 1980 e reeditado em 2013, pela Editora Mulheres. Em 2008, lança pela Nandyala Editora, *Poemas de recordação e outros movimentos*. Pela mesma editora, em 2011, vem a público a antologia de contos *Insubmissas lágrimas de mulheres* e em 2014, *Olhos d'água*, com o qual conquistou o Prêmio Jabuti de Literatura.

Em entrevista, a autora fala da dificuldade por que passou para publicar seus textos e expõe mais uma faceta do jogo de silenciamento imposto à produção literária de pessoas negras.

Agora, hoje, sem sombra de dúvida, há outras formas e espaços de publicação que no meu tempo não existiam. Quando eu comecei a publicar, nós tínhamos uma única editora voltada para a autoria negra, a Mazza, que existe até hoje. Depois surgiu a Nandyala, também em Belo Horizonte. Hoje nós temos essas, a Malê, que é bem recente, no Rio de Janeiro, e outras em São Paulo. As publicações de autoria negra, tanto de homens quanto mulheres, ainda estão fora das grandes editoras, que dominam o mercado livreiro. São editoras de médio porte ou editoras que ainda estão brigando por seus espaços. (EVARISTO, 2017)

Ao afirmar que sua escrita é contaminada por sua condição de mulher negra, chama a atenção para as dificuldades enfrentadas também pelas mulheres negras ao buscarem ocupar o espaço literário e editorial. Acerca do processo de publicação de *Ponciá Vicêncio*, revela que financiou parte do valor de publicação, uma vez que o projeto do livro fora aceito por uma editora independente, ainda pequena. Essa realidade vivenciada por autoras negras reforça as afirmações feitas anteriormente por Duarte (2009) e remete ao processo de silenciamento e apagamento da produção literária negra no Brasil.

A fala de Evaristo chama a atenção para o silenciamento de publicações de autoria negra, aqui tratando, especificamente, de mulheres negras. Sua trajetória editorial inclui, assim, editoras voltadas à autoria negra ou aquelas pequenas, que confrontam o mercado editorial. Destaque-se ainda o fato de a própria Evaristo financiar parte de suas publicações, o que nos revela a dificuldade de o seu texto ser aceito pelo mercado editorial, muito embora a mídia se refira a ela como escritora consagrada. Mesmo depois de publicações como *Ponciá Vicêncio* (2003) e *Becos da memória* (2006), cujas recepções de público e crítica a consolidaram no cenário nacional, Evaristo continuou tendo que financiar obras, como a que compõe o corpus desta pesquisa. Segundo Machado (2014), a autora custeou 60% da publicação de *Insubmissas lágrimas* (2011). Para a pesquisadora:

[...] a partir da análise dos caminhos editoriais percorridos por Conceição Evaristo, as dificuldades enfrentadas pela autora para publicar sua obra, a despeito da importante posição ocupada por ela no campo intelectual negro. Isso acontece porque ser uma escritora negra brasileira de prestígio significa ser uma escritora negra brasileira, isto é, ocupar um lugar importante dentro de um campo que, por sua vez, está em uma posição subalterna no campo mais amplo da literatura brasileira. É sintomático, portanto, que Conceição tenha ainda que pagar por parte da edição de seus livros, como ocorreu com *Insubmissas lágrimas de mulheres*. Essa situação revela o lugar de gueto que a literatura negra ainda ocupa dentro do campo editorial amplo, bem como a posição problemática da literatura negra em relação à literatura brasileira. (MACHADO, 2014, p. 260)

Junte-se a esta reflexão, o fato de Conceição Evaristo trazer para suas obras ficcionais a necessidade de se falar sobre a mulher negra e de se descortinar as opressões por que passam as suas iguais. Em suas falas, afirma que sua escrita parte de experiências vividas e compartilhadas, de memórias e de histórias contadas que povoaram sua infância no morro, ou de sua persistente carreira como intelectual negra, afrontando a resistência do sistema literário e da academia.

Ao falar de si e de como fora sua trajetória desde a infância em Belo Horizonte até sua ida para o Rio de Janeiro, Evaristo afirma sua insistência em recompor lembranças e vivências, às quais ela se refere como sendo o tecido esgarçado pelo tempo, a partir do qual cria suas narrativas

Assim a escritora mineira dialoga com Davis (2013) e Hooks (2014) ao reafirmar a necessidade de mulheres negras escreverem sobre suas experiências. Diálogo que se estende ao ativismo dentro do movimento feminista negro, conforme se pode perceber no trecho de uma de suas entrevistas a seguir:

Quando a gente pensa em feminismo negro [...] a gente tem que ter um certo cuidado, porque a gente tem uma tendência de pensar no assunto como se fosse uma situação similar ao feminismo branco. A nossa história é outra. Primeiro porque o feminismo negro, se a gente for pensar, o feminismo das mulheres negras não nasce de uma teoria. Ele nasce de uma prática. Quando as mulheres brancas, de classe média, assumem essa luta feminista, elas assumem através de uma teoria, de um questionamento que a gente nem fez e nem podia fazer. A nossa atuação se dava na rua, no trabalho, na prática. [...] a nossa primeira luta não foi contra o homem negro. Foi contra o estado (pausa) patriarcal branco burguês e, no qual, a mulher branca não teve e não tem nenhuma dificuldade de exercer sua condição de mando, de poder. Ela não tem nenhuma dificuldade. Quem passa pelo fundo da cozinha dessas mulheres é quem sabe. Então eu digo que a gente tem modos de ação e modos de concepção totalmente diferentes. (EVARISTO, 2018, p. 04-05)

Nesse sentido, Conceição Evaristo se utiliza de sua própria experiência de mulher negra e periférica para denunciar, por meio das narrativas, as opressões sofridas por mulheres a quem chama de suas iguais. Em *Insubmissas Lágrimas de Mulheres* (2011), ela nos apresenta as narrativas de mulheres que experimentam a violência e se insurgem.

2 ESCRITAS DE RESISTÊNCIA: LITERATURA FEMININA DE AUTORIA NEGRA E FEMINISMO NEGRO

Nas palavras de Duarte (2009), a obra de Conceição Evaristo está carregada das marcas de identidade de mulheres que, de modo resistente, reescrevem a história literária brasileira ao contarem suas experiências. Essas mulheres que foram silenciadas e invisibilizadas, tanto pela sociedade patriarcal, branca e burguesa, quanto pelo projeto de construção da narrativa de identidade nacional. Em *Insubmissas lágrimas*, Evaristo nos apresenta narrativas nas quais temas centrais aos debates do feminismo negro, como lugar de fala e interseccionalidade, permeiam o processo criativo. A narradora dialoga com mulheres negras e periféricas cujos corpos e identidades encontram-se atravessadas pelo racismo estrutural da sociedade brasileira.

Essa reescritura passa por um processo de se tornar uma contra-narrativa responsável por romper o padrão de autorização discursiva. Autorização discursiva esta que, ao longo da historiografia literária nacional, foi responsável pela criação e manutenção de estereótipos de personagens negras, no sentido de denunciá-los, enfrentá-los e subvertê-los. Recorreremos a conceitos como o de lugar de fala (RIBEIRO, 2017), autorrepresentação (COLLINS, 2017) e entre-lugar (BHABHA, 1998) para fundamentar a ruptura do padrão discursivo responsável pelo silenciamento e pela invisibilidade de personagens femininas. Além disso, os debates acerca da interseccionalidade (AKOTIRENE, 2018; CRENSHAW, 2002) nos oferecerão a leitura a partir dos eixos de poder que impõem diferentes opressões às personagens.

Por fim, para abordar a escrevivência e suas implicações memorialísticas, serão tratados os conceitos de autoficção (KLINGER, 2008) e tradição oral (BÂ, 2010). A partir da leitura sobre literatura menor (DELEUZE; GUATARRI, 1997) e da memória como reescritura de narrativas silenciadas (BAROSSO, 2017; SOUZA, 2018) buscaremos estabelecer de que modo Evaristo estabelece uma teia narrativa por meio da qual realiza o premeditado projeto de insubmissão das personagens negras femininas.

2.1 Lugar de fala e autorrepresentação: ferramentas para uma narrativa feminista

No depoimento “Da grafia-desenho de minha mãe: um dos lugares de nascimento de minha escrita”, Conceição Evaristo nos apresenta o questionamento que orienta sua produção literária como um exercício de resistência.

Ao falar acerca de como nasce sua escrita, Evaristo retoma o gesto ancestral de sua mãe ao fazer desenhos do sol, no chão do quintal, para chamá-lo a enxugar os varais repletos de lençóis das patroas. Esse é o gesto a partir do qual Conceição Evaristo cria uma cronologia e introduz sua relação com a leitura e a escrita. Prolonga-se desde os desenhos da mãe, passa pelo caráter utilitário e constrangedor das listas de roupas a serem devolvidas depois de lavadas, pelas redações escolares, pelas leituras na biblioteca pública na qual a tia trabalhava como servente, até a academia.

O chão, os cadernos feitos de papel de embrulho ou de papéis avulsos costurados e as revistas velhas recolhidas compõem os primeiros suportes de escrita e leitura dos quais dispunha. Em suas palavras afirma que:

Se a leitura desde a adolescência foi para mim um meio, uma maneira de suportar o mundo, pois me proporcionava um duplo movimento de fuga e inserção no espaço em que eu vivia, a escrita também desde aquela época, abarcava estas duas possibilidades. Fugir para sonhar e inserir-se para modificar. Essa inserção para mim pedia a escrita. (EVARISTO, 2007)

Nesse sentido, a escrita de Evaristo se apresenta carregada de consciência da precariedade da vida cotidiana. Ao mesmo tempo em que representava a fuga daquela realidade de exclusão na qual se encontrava, também representava o lugar de autoafirmação de particularidades e especificidades, enquanto sujeito-mulher-negra. A partir desse duplo movimento de fuga e inserção, desde aquele ato simbólico de desenho-escrita até a autoafirmação, estabelece-se o questionamento: “O que levaria determinadas mulheres, nascidas e criadas em ambientes não letrados, e quando muito, semialfabetizados, a romperem com a passividade da leitura e buscarem o movimento da escrita? (EVARISTO, 2007) E a resposta:

Talvez, estas mulheres (como eu) tenham percebido que, se o ato de ler oferece a apreensão do mundo, o de escrever ultrapassa os limites de uma percepção da vida. [...] E, em se tratando de um ato empreendido por mulheres negras, que historicamente transitam por espaços culturais diferenciados dos lugares ocupados pela cultura das elites, escrever adquire um sentido de insubordinação. Insubordinação que pode se evidenciar, muitas vezes, [...] pela escolha da matéria narrada. (EVARISTO, 2007)

Ao afirmar o caráter de insubordinação da mulher negra diante do ato de escrever, conectando-o ao trânsito dessas mulheres por espaços sociais diversos daqueles da elite cultural, Conceição Evaristo nos encaminha para o debate sobre o lugar de fala.

Ao propor a definição do termo, Ribeiro (2017) afirma que o lugar social ocupado por mulheres e o modo pelo qual é possível tirar proveito desse lugar representam uma pista interessante no sentido de definir lugar de fala. A pesquisadora recorre à teoria do ponto de vista feminista proposta por Patrícia Hill Collins, segundo a qual as condições sociais de determinados grupos autorizam que esses grupos acessem ou não os lugares de cidadania.

Assim, com base na teoria do ponto de vista feminista, torna-se possível analisar como o lugar social ocupado por mulheres negras restringe oportunidades. Nesse sentido, Ribeiro (2017) afirma que:

A nossa hipótese é que a partir da teoria do ponto de vista feminista é possível falar de lugar de fala. Ao reivindicar os diferentes pontos de análise e a afirmação de que um dos objetivos do feminismo negro é marcar o lugar de fala de quem as propõem, percebemos que essa marcação se torna necessária para entendermos realidades que foram tornadas implícitas dentro da normatização hegemônica. (RIBEIRO, 2017, p. 62)

A teoria do ponto de vista feminista e o lugar de fala representam o suporte teórico a partir do qual as realidades de mulheres negras e periféricas são tornadas explícitas e se insurgem contra a normatização hegemônica. Com Evaristo, esse enfrentamento acontece inicialmente nos espaços sociais ocupados por mulheres, como ela própria, para posteriormente se consolidar no espaço ficcional trabalhado em suas narrativas. Portanto:

[...] o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas. A teoria do ponto de vista feminista e lugar de fala nos faz refutar uma visão universal da mulher e de negritude, e outras identidades [...] Ao promover uma multiplicidade de vozes o que se quer, acima de tudo, é quebrar com o discurso autorizado e único, que se pretende universal. Busca-se aqui, sobretudo, lutar para romper com o regime de autorização discursiva. (RIBEIRO, 2017, p. 72)

“Racismo e sexismo na cultura brasileira”⁹, ao falar do mito da democracia racial amplamente difundido, segundo o qual o racismo não prosperaria no Brasil, e de como

⁹ Apresentado na Reunião do Grupo de Trabalho “Temas e Problemas da População Negra no Brasil”, IV Encontro Anual da Associação Brasileira de Pós-graduação e Pesquisa nas Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1980.

o dominado se alia ao dominador, reproduzindo seus preconceitos, sobretudo em relação à mulher negra, Lélia Gonzales destaca, entre outros pontos, a importância de se falar dessa mulher, a partir do ponto de vista da negritude.

O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo [...]. Conseqüentemente, o lugar de onde falaremos põe um outro, aquele é que habitualmente nós vínhamos colocando em textos anteriores. E a mudança foi se dando a partir de certas noções que, forçando sua emergência em nosso discurso, nos levaram a retornar a questão da mulher negra numa outra perspectiva. (GONZALES, 1980, p. 224)

A historiadora e ativista se debruça sobre o debate acerca do modo naturalizado a partir do qual as mulheres negras são definidas como mulatas e aceitas como domésticas ou mães pretas. Papeis sociais que não se distanciam daqueles impostos durante o período de escravidão e que servem de suporte para reforçar o mito da democracia racial.

Interessante perceber como o debate na perspectiva de pesquisadoras negras como a da própria Gonzales coincide com a intenção declarada por Conceição Evaristo de partir de suas experiências para construir narrativas de mulheres periféricas. É a partir de suas próprias vivências como mulher negra e periférica que Evaristo desloca a perspectiva de suas personagens femininas. Em sua produção literária, escolhe narrar as insubmissas lágrimas, a partir das quais expõe a violência sofrida por suas iguais. O espaço da violência continua sendo o familiar, o doméstico, a periferia ou a cidadezinha perdida em um recanto qualquer. No entanto, as narrativas não de encerram, mas partem da violência e de como essas personagens femininas não sucumbem a ela.

Ao longo da historiografia literária nacional, a figura feminina negra aparece de forma estereotipada. O cânone literário tem usado, de forma recorrente, a representação da personagem negra enquadrada em estereótipos como o de pobreza, de corpos sensualizados e sexualizados, restritas ao ambiente da cozinha ou distanciadas da identidade negra por processos de branqueamento.

Assim pode-se afirmar que o cânone se vale do discurso autorizado e único sobre as personagens femininas negras. Tomadas como o “outro”, elas não falam por si e são, portanto, faladas a partir de narradores descolados da realidade vivida por cada uma dessas personagens.

Em *A escrava Isaura* (1875), de Bernardo Guimarães, publicado durante a campanha abolicionista, Isaura é filha de um português e de uma escrava. Descrita como a escrava branca, de caráter nobre e inteligente, a personagem central passa por um processo de branqueamento para cumprir o protagonismo da narrativa. Ao longo da trama, os traços negros de Isaura são insistentemente apagados, a fim de que ela viva seu amor por Álvaro.

Em *O cortiço* (1890), romance naturalista de Aluisio de Azevedo, encontramos Rita Baiana, a mulata sensual e rebelde, que gostava de roupas curtas e decotadas, e provocava os instintos masculinos. Já Bertoleza é a negra submissa e trabalhadora submetida ao amante, por se considerar inferior a qualquer outra pessoa. É animalizada ao longo da narrativa até a sua morte, cavando na lama.

O conto “Negrinha” (1920), de Monteiro Lobato, publicado no livro homônimo, traz a história de uma menina órfã submetida a toda sorte de torturas da senhora saudosista do período de escravidão, que a cria como se fosse um animal. Nas *Reinações de Narizinho* (1931), a tia Anastácia é a preta velha, a negra de estimação, da cozinha da casa grande.

Os exemplos acima demonstram como, ao longo da historiografia literária, as personagens femininas negras são construídas como sendo um “outro”. Estabelece-se, então, a partir do cânone literário brasileiro, o regime de autorização discursiva, por meio do qual uma identidade hegemônica, patriarcal, constrói o discurso estereotipado da mulher negra. Nesse sentido Isaura, Rita Baiana, Negrinha e Tia Anastácia são percebidas como uma alteridade completa, no sentido de diferença, distanciamento social e de exotismo em relação aos seus narradores. Estereótipo que se estabeleceu no sistema literário e tem encontrado nos estudos da contemporaneidade um contra-discurso.

Dalcastagnè (2012), ao tratar do lugar de fala na narrativa contemporânea, distingue três modos de representação do “outro”, os quais chama de o exótico, o crítico e o de dentro. No exótico temos o sujeito estereotipado, visto como aquele a ser enquadrado a partir do olhar que o torna objeto e que o mantém silenciado. Como exemplo dessa representação, temos a questão da mulher negra ao longo da história nacional e dentro do sistema literário. Acerca dessa representação das personagens negras, Evaristo (2005) questiona se há tanto no discurso literário, quanto no histórico, um projeto de apagamento dos sentidos da matriz africana na sociedade. Como resposta às provocações feitas, afirma que:

Se há uma literatura que nos invisibiliza ou nos ficcionaliza a partir de estereótipos vários, há um outro discurso literário que pretende rasurar modos consagrados de representação da mulher negra na literatura. Assenhoreando-se “da pena”, objeto representativo do poder falo-cêntrico branco, as escritoras negras buscam inscrever no corpus literário brasileiro imagens de uma auto-representação. (EVARISTO, 2015, p. 54)

Segue questionando se, a partir dessa constituição de um cânone literário no qual as personagens negras permanecem estereotipadas, a literatura não ignoraria o papel da mulher negra na formação da cultura nacional.

No modo de representação crítico, tem-se o questionamento em torno de quem fala pelo outro e da autoridade para se falar deste outro.

E aí temos a legitimação, obviamente irônica, de representações canhestras, preconceituosas, verborrágicas daqueles que “ainda não podem falar por si”. [...] Toda essa literatura mais marcadamente crítica está sugerindo, no final das contas, que a autoridade de quem fala pelo outro tem de ser questionada, tanto em termos literários quanto sociais. O que não significa que a representação de grupos diferentes daquele de onde procede o autor deva ser censurada. (DALCASTAGNÈ, 2012, p. 38)

Já no modo de representação de dentro, de acordo com Dalcastagnè (2012), não há mais a separação entre aquele que representa e o representado. Nessa perspectiva, o autor está próximo de suas personagens e inserido na cena narrativa a partir de suas vivências. Assim, pode-se perceber o deslocamento da representação no que se refere às personagens em si e na matéria narrada. Nessa perspectiva se inserem nas narrativas aquelas personagens, antes representadas de maneira estereotipadas, agora a partir de um ponto de vista distinto, como parte de um contradiscurso. Dalcastagnè (2012) nos fala, então, da experiência de escrita de Carolina Maria de Jesus e de sua narrativa de mulher negra e favelada narrando a partir de seu lugar social.

Nesse sentido, as narrativas de Evaristo partem dessa representação de dentro de que fala Dalcastagnè. Tema recorrente em suas narrativas, a violência contra a mulher negra e periférica é tratada sob um ponto de vista diverso do que parece ser o majoritário no cânone literário brasileiro. Essa violência, em suas manifestações física, cultural ou psicológica, passa a ser narrada na perspectiva da mulher violentada.

Enquanto obras canônicas trazem as personagens femininas presas a estereótipos de sexo, cor e classe social, em *Insubmissas lágrimas*, essas personagens rompem com o padrão narrativo hegemônico para enfrentar, denunciar e subverter os processos de violência pelos quais passam. Em *Insubmissas lágrimas*

de mulheres as narrativas trazem nos títulos os nomes das personagens femininas, que, ao relatarem como sobreviveram à violência, rasuram, nas palavras de Evaristo (2015), a representação da mulher invisibilizada e ficcionalizada a partir de estereótipos reproduzidos dentro do sistema literário. Uma narradora dá voz a treze personagens para que os relatos sejam apresentados de forma direta.

Temos como exemplo a narradora Mary Benedita, sétima filha de uma família de lavradores, autodidata e poliglota, que usa o sangue para realizar suas pinturas. Ao falar de suas viagens pelo mundo e de sua paixão por línguas, afirma que gosta muito da expressão *my sister*. Fala da urgência da vida.

E assim começou:

My sister, quem tem os olhos fundos, começa a chorar cedo e madruga antes do sol para secar sozinha as lágrimas. Por isso, minha urgência em deixar meu relato. Gosto de madrugar, de ser a primeira. Nada me garante que a espera pode me conduzir ao que quero. Na espera, temo que os dias me vazem entre os dedos. Só quem tem, iamíni, primeiramente em si mesmo, se lança pelos caminhos do mundo. [...] Eu sei – afirmou vitoriosa – *my way* foi também uma criação minha. Quer ouvir? (EVARISTO, 2011, p. 60-61)

A partir do momento em que rompe com o padrão narrativo hegemônico e nos apresenta a narrativa de mulheres a partir do lugar socialmente ocupado por elas, Evaristo assume a proposta de Gonzales, retomando a questão das personagens negras femininas numa perspectiva diversa daquele presente no cânone nacional. Em *Racismo e sexismo na cultura brasileira* (1980), Gonzales afirma que a mulher negra permanecia aprisionada a estereótipos cujas raízes remontavam à escravidão, autorizando o discurso que apresentava a mulher negra como um corpo desejo disponível.

As treze narrativas trazem como personagens centrais mulheres que protagonizam a insubmissão perante a violência. Nas narrativas de *Insubmissas lágrimas*, o corpo da mulher negra não é objetificado como o corpo do desejo, mas apresentado como o que sofre a violência. Aramides Florença, personagem do conto homônimo, relata como seu sonho de constituir uma família é brutalizado pelo marido ao estuprá-la na presença do filho:

Era esse o homem, que me violentava, que machucava o meu corpo e a minha pessoa, no que eu tinha de mais íntimo. Este homem estava me fazendo coisa dele, sem se importar com nada, nem com nosso filho, que chorava no berço ao lado.

E quando ele se levantou com o seu membro murcho e satisfeito, a escorrer o sangue que jorrava de mim, ainda murmurou entre os dentes, que não me

queria mais, pois eu não havia sido dele, como sempre fora nos outros momentos de prazer. (EVARISTO, 2011, p. 18)

A obra se compromete em tratar de temas-tabu, entre os quais a violência sexual. Aramides Florença relata o estupro praticado pelo marido como último castigo antes de partir. O estupro dentro do casamento é tema controverso, uma vez que, ao reproduzir práticas sexistas patriarcais, a mulher deixa de ser um corpo de direito para ser o corpo-objeto em relação ao cônjuge. A harmonia do casamento é quebrada a partir da gravidez e culmina com o nascimento da criança. Ao deslocar o centro de atenção para o filho recém-nascido, o marido entendeu que aquele corpo-objeto não lhe pertencia mais. O estupro, então, se torna a ferramenta útil para castigar. Passado quase um ano, Aramides é, nas palavras da narradora, o alimento para o filho, a quem se referia sempre como o seu bem-amado.

As atividades desempenhadas pelas personagens são das mais variadas: professoras, domésticas, bailarinas, enfermeiras, autônomas que respondem, em sua maioria, pela manutenção das famílias.

Adelha Santana Limoeiro é uma mulher madura que fora chamada durante a madrugada para buscar o marido que passara mal: “Ele passara mal em cima do corpo da mulher.” (EVARISTO, 2011, p. 35) Foi sozinha à casa de desconhecidas, “encontrar o corpo do marido, amolecido (que) jazia quase caindo da cama” (EVARISTO, 2011, p. 34) Permaneceu por dias na casa das jovens mulheres, até o marido morrer. Sobre sua experiência afirma que, ao chegar ao local:

As donas da casa, apavoradas, concordaram; eu não tinha nada a opor. Sem dificuldade alguma, cuidei financeiramente da sobrevivência de nós quatro, enquanto estive por lá. O mais doloroso era perceber que, mesmo vivendo seus últimos dias, meu velho buscava incessantemente, o que, no corpo dele, era a única certeza, o único motivo de ele ser: o seu membro. Ironicamente, justo o pedaço de carne que primeiro perdeu a vitalidade em seu corpo[...] Assim a história dele terminou - não a minha, enfatizou Santana... (EVARISTO, 2011, p. 37)

Adelha é exemplo da contra-narrativa da masculinidade falocêntrica, ao permanecer ao lado do marido moribundo, após mais uma tentativa de reviver a virilidade, procurando mulheres jovens. Ao se referir às várias tentativas de o marido reviver a virilidade, afirma:

[...] dei asas ao velho para que ele, na ignorância, na teimosia, no orgulho ferido de macho, voasse em busca daquilo que não se recupera, o vigor da juventude. Eu quero viver a grandeza de minha velhice e estou conseguindo

sem mentiras, nem falsos remédios. Não quero me iludir com a cruel promessa da devolução de um tempo que já passou. (EVARISTO, 2011, p. 36)

Lia Gabriel é a professora que, após ser espancada pelo marido, se encontra sozinha, com três filhos e se adapta à nova realidade. Deixa a escola, onde trabalhava pela manhã, para dar aulas particulares de matemática em casa e cuidar de perto de Máximo Gabriel, o caçula diagnosticado esquizofrênico.

De dia, tinha uma boa clientela, criança e jovens. De noite, adultos que estavam se preparando para algum concurso. Trabalhar em casa foi a solução encontrada. Eu não tinha como pagar uma auxiliar para me ajudar a cuidar das crianças [...]. Nas horas vagas, isto é, na solidão da madrugada, comecei a fazer pequenos consertos em aparelhos domésticos e, hoje, sou a única mulher que tem uma oficina eletrônica na cidade [...] Consertei a minha vida, cuja mola estava enferrujando. Eu mesma imprimi novos movimentos aos meus dias. (EVARISTO, 2011, p. 84)

Rose Dusreis é a bailarina negra, vinda de uma família humilde, de quem escutara que a dança não os alimentaria. Para poder participar do corpo de dança da pequena cidade onde morava, Dusreis ofereceu à professora Atília Bessa o trabalho de lavadeira da mãe como pagamento. Experimentou desde cedo o racismo por ser uma negra que sonhava com uma profissão de brancas:

Anos depois, a cada dificuldade enfrentada para me profissionalizar, eu me lembrava da resposta que me foi dada naquele momento. Ternamente, Atília Bessa pousou a mão em minha cabeça e me disse que o meu tipo físico não era propício para o balé. Eu tinha oito anos somente. Só com o passar do tempo pude entender o que foi dito naquela fala. [...]
Um dia, a própria professora Átila Bessa veio assistir aos ensaios, que estavam sob o encargo de outra professora, e elogiou o meu desempenho, dizendo que eu tinha muito jeito para a dança [...] Esperançosa aguardei que ela me convidasse para ser sua aluna no balé. [...] Aguardei o porquê da minha substituição, já na semana da festa, quando uma menina branca, pintada de preto no meu lugar, fingiu ser a bonequinha negra que eu era. (EVARISTO, 2011, p. 92-93)

Maria do Rosário Imaculado dos Santos é a menina que fora roubada dos pais, com apenas sete anos. Não entendia os motivos de ter sido retirada do convívio da família e tratada como objeto nas casas por onde passara. Das personagens apresentadas, Rosário é a única que não escolhe sua profissão, já que pelo relato, percebe-se que a menina negra fora sequestrada para, durante certo tempo, viver em situação análoga à escravidão. Sobre o seu cotidiano de trabalho relata:

Eu trabalhava imensamente, aprendi a cozinhar, a passar e a cuidar de crianças. O rádio que eu levava, acabou perdendo a função. Recebi ordens

para não o ligar, para não gastar luz e não me distrair no trabalho. Aguentei esse inferno durante sete anos, e só tinha um objetivo: o de juntar dinheiro e voltar para Flor de Mim. Mas o tempo foi passando. Dali fui para outra casa e mais casas. Nunca mais soube do casal que me roubou de meus pais. Nunca entendi qual foi a intenção deles.

Namorei, casei, descasei algumas vezes. Filhos nunca tive, evitei e as vezes que engravidei, não deixei chegar ao término. Não queria ter família, tinha medo de perder os meus. (EVARISTO, 2011, p. 44-45)

As personagens femininas de *Insubmissas lágrimas* se distanciam do estereótipo de submissão da mulher negra que povoa o cânone literário nacional. Na obra analisada, temos mulheres comuns que enfrentam o entrecruzamento de violências, sobre o qual falaremos adiante, sem, contudo, sucumbirem a essas formas de violência. Seus corpos transcendem as marcas de violência e seguem se resignificando. Suas práticas diárias apontam para a resistência diante do cotidiano de agressões físicas e psicológicas que companheiros e sociedade tentam lhes impor.

Na escrita da mulher negra, que cria uma narradora negra para coletar histórias de outras mulheres suas iguais, identifica-se a ruptura de estereótipos no sentido de reorientar os lugares ocupados por corpos negros femininos. Nos relatos dessas personagens, encontra-se um discurso de enfrentamento ao papel de subalternidade imposto pela narrativa hegemônica.

Ribeiro (2017), ao discutir o conceito de lugar de fala a partir do feminismo negro, retoma discursos importantes de mulheres negras, que servem de base para sua tese. Mulheres como Sojourner Truth, que, ainda no século XIX, instaura uma contra-narrativa com seu questionamento acerca de ser ou não uma mulher, por ser negra:

Antes de chegarmos ao que se entende sobre o conceito de lugar de fala propriamente dito, é importante falarmos dos percursos intelectual e de luta de mulheres negras durante a história [...] para nos mostrar que, desde muito tempo, as mulheres negras vêm lutando para serem sujeitos políticos e produzindo discursos contra hegemônicos. (RIBEIRO, 2017, p. 21)

Ao se referir ao questionamento de Truth, Djamila Ribeiro afirma que, desde o início do movimento feminista, as mulheres negras deixam clara “a urgência por existir e a importância de evidenciar que estavam produzindo insurgências contra o modelo dominante e promovendo disputas narrativas”. (RIBEIRO, 2017, p. 26)

Ainda em relação ao percurso de ativistas do feminismo negro, nos chama a atenção para a hierarquização dos saberes proposta por Lélia Gonzales, para quem o modelo eurocêntrico de conhecimento silenciava saberes e práticas não europeias

e inviabilizava outros conhecimentos. Segundo Ribeiro (2017), ao longo de sua atuação como teórica e ativista, Gonzales reflete sobre a ausência do pensamento feminista negro, trazido ao feminismo por ativistas negras desde o começo do movimento, mas insistentemente silenciado:

Gonzales evidenciou as diferentes trajetórias e estratégias de resistência dessas mulheres e defendeu um feminismo afrolatinoamericano, colocando em evidência o legado de luta, partilha de caminhos de enfrentamento ao racismo e ao sexismo já percorridos. Assim, mais do que compartilhar experiências baseadas na escravidão, racismo e colonialismo, essas mulheres partilham processos de resistências. (RIBEIRO, 2017, p. 27-28)

Esses processos de resistência são identificados nas narrativas de Evaristo, conforme os trechos destacados acima. De acordo com o que foi pontuado no primeiro capítulo, as ativistas negras sempre estiveram presentes nas lutas feministas, resistindo e enfrentando as opressões, no entanto suas vozes foram mantidas em silêncio, até o momento a partir do qual elas mesmas passaram a falar de e por si.

Ribeiro (2017) considera as mulheres negras enquanto grupo social e parte da premissa de que é necessário que seja dada voz àqueles grupos que nunca puderam falar, ou que, quando falaram, não ocuparam lugares em que essa fala era ouvida.

Ao reivindicar os diferentes pontos de análise e a afirmação de que um dos objetivos do feminismo negro é marcar o lugar de fala de quem as propõem, percebemos que essa marcação se torna necessária para entendermos realidades que foram consideradas implícitas dentro da normatização hegemônica. (RIBEIRO, 2017, p. 61-62)

Nesse sentido, Ribeiro (2017) refuta a tese de que lugar de fala seja um conceito tomado em acepção individualista e essencialista. Tese defendida por alguns teóricos, segundo os quais esse conceito se restringe ao reconhecimento de vivências específicas de indivíduos como legitimadoras de discursos particulares. Tomado na perspectiva do indivíduo em si, apenas mulheres negras poderiam discutir opressões sofridas por seu grupo, já que só essas mulheres estariam legitimadas a falar de suas experiências com determinadas formas de opressão. No entanto, ao abordar o lugar de fala, discute-se sobre “como as opressões estruturais impedem que indivíduos de certos grupos tenham direito à fala.” (RIBEIRO, 2017, p. 69)

Muito embora a origem do termo lugar de fala seja imprecisa, Ribeiro fundamenta suas discussões na possibilidade de que esse termo surja:

[...] a partir da tradição de discurso sobre *feminist stand point* – em uma tradução literal “ponto de vista feminista” – diversidade, teoria racial crítica e pensamento decolonial. As reflexões e trabalhos gerados nessa perspectiva, conseqüentemente, foram sendo moldados no seio dos movimentos sociais, muito marcadamente no debate social, como forma de ferramenta política e com o intuito de se colocar contra uma autorização discursiva. (RIBEIRO, 2017, p. 60)

Para Ribeiro (2017), lugar de fala deve ser entendido como uma questão estrutural, uma vez que são considerados os saberes e vivências comuns a determinados grupos sociais para a reflexão crítica acerca das opressões às quais estão submetidos. Ao enfrentarem o debate a partir desses saberes e vivências próprias, esses grupos, e aqui especificamente as mulheres negras, se colocam contra a autorização discursiva, uma vez que passam a falar de e por si.

Em depoimento concedido durante o I Colóquio de Escritoras Mineiras, na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Conceição Evaristo fala de si e de suas experiências desde a infância pobre na favela, até aquele momento como pesquisadora e escritora negra na e da academia. Nesse depoimento, Evaristo destaca, a partir de sua origem humilde e vinda da favela, a percepção do lugar ocupado na estrutura social e sua profunda consciência de classe:

Eu menina, dona de uma tenaz esperança e de uma sabedoria precoce, reconhecia que a vida não poderia ser somente aquele pouco que nos era oferecido. Se muito de minha infância pobre, muito pobre, me doía, havia felicidades também incontáveis.” (EVARISTO, 2009, p. 3).

Seja como escritora ou pesquisadora, reafirma as experiências vividas, o lugar de pertencimento, os ensinamentos trazidos da favela junto à mãe e à tia lavadeiras. Atividades diárias como a entrega de roupas nas casas, a troca de tarefas domésticas por livros, o recolhimento de restos de lixo para vender e conseguir dinheiro, presentes na memória da escritora são transportados para suas narrativas e ajudam a compor uma teia de resistência com a qual Evaristo trabalha.

Nesse sentido, Evaristo enfrenta a autorização discursiva ao criar narrativas a partir daquelas mulheres que não foram ouvidas ou sobre quem o sistema literário silenciou, ou quando falou, o fez a partir de estereótipos.

Para Ribeiro (2017):

O falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir. Pensamos lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização dos saberes conseqüente da hierarquia social.

Quando falamos de direito à existência digna, à voz, estamos falando de *locus social*, de como esse lugar imposto dificulta a possibilidade de transcendência. (RIBEIRO, 2017, p. 66)

Seguindo o depoimento, Evaristo destaca a presença definitiva das mulheres da família em sua trajetória de vida, sobretudo da mãe e da tia com quem fora morar para “para que a [...] mãe tivesse uma boca a menos para alimentar.” (EVARISTO, 2005, p. 1). A respeito dessas mulheres, fala da força com que sempre trabalharam nas casas como lavadeiras e domésticas e de como sua família, mesmo composta por pessoas semialfabetizadas, se reunia em torno de histórias inventadas ou recolhidas de impressos trazidos das casas onde trabalhavam.

Gosto, entretanto, de enfatizar, não nasci rodeada de livros, do tempo/espço aprendi desde criança a colher palavras. A nossa casa vazia de bens materiais era habitada por palavras. Mamãe contava, minha tia contava, meu tio velhinho contava, os vizinhos e amigos contavam. Tudo era narrado, tudo era motivo de prosa-poesia, afirmo sempre. Entretanto, ainda asseguro que o mundo da leitura, o da palavra escrita, também me foi apresentado no interior de minha família que, embora constituída por pessoas em sua maioria apenas semi alfabetizadas, todas eram seduzidas pela leitura e pela escrita. (EVARISTO, 2005, p. 3)

A partir da afirmação de que não nascera rodeada de livros e de que a casa humilde era vazia de bens, mas habitada por palavras, fica explícita a relação da então menina com a necessidade de contar suas próprias histórias e vivências, sobre as quais trataremos adiante.

Ao longo do depoimento, Evaristo deixa clara a percepção de sua condição de mulher negra, desde a infância, quando recusara a definição de parda no registro de nascimento, “Como seria essa tonalidade que me pertencia? Eu não atinava qual seria. Sabia sim, sempre soube que sou negra.” (EVARISTO, 2005, p. 1).

A denominação ‘parda’ carrega em si um significado negativo, sem precisão. Vejamos o que diz o dicionário Houaiss:

Pardo (adj) 1. de cor entre amarelo e marrom, ou entre branco e preto; 2. Diz-se dessas cores (tons p.); 3 s.m. a cor escura entre o preto e o branco; 4. Indivíduo dessa cor. (HOUAISS)

Pardo (adj) 1. De cor pouco definida, entre o amarelado, o acastanhado e o acinzentado (ex.: gata parda; papel pardo); 2. De cor intermédia entre o preto e o branco acinzentado (ex.: céu pardo). = ESCURO; 3. [figurado] Que tem pouca dimensão, pouca intensidade ou pouca visibilidade (ex.: exibição parda; pardo desenvolvimento tecnológico; riso pardo). = DISCRETO; (subs. mas) 4. Cor pouco definida, geralmente escura, entre o amarelado, o acastanhado, o acinzentado e o preto; 5. Pessoa com cor de pele escura ou trigueira. = MULATO

A recusa de Evaristo em se enquadrar na classificação do registro de nascimento como parda aponta para a reflexão de como, intencionalmente, a população negra é mantida em um entre-lugar racial.

Em *Local da cultura*, Bhabha (1998) nos fala acerca da consciência de possibilidades de sujeitos que se encontram além das categorias conceituais e organizacionais básicas de raça e gênero. Esses sujeitos experimentam, a partir de suas vidas fronteiriças, produzir subjetividades articuladas com as diferenças culturais, no que o autor chama de entre-lugares.

O que é teoricamente inovador e politicamente crucial é a necessidade de passar além das narrativas de subjetividades originárias e iniciais e de focalizar aqueles momentos ou processos que são produzidos na articulação de diferenças culturais. Esses "entre-lugares" fornecem o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação - singular ou coletiva - que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria ideia de sociedade. (BHABHA, 1998, p.19)

Ocupam esses entre-lugares, nas palavras do autor, uma gama de vozes e histórias dissonantes, até dissidentes, representada por minorias responsáveis por reescreverem as narrativas nacionais, a partir de olhares periféricos: “Cada vez mais, as culturas "nacionais" estão sendo produzidas a partir da perspectiva de minorias destituídas” (BHABHA, 1998, p. 25)

Ao falar sobre a trajetória de vida da historiadora e ativista Beatriz Nascimento, Ratts retoma o debate acerca do lugar ocupado pela mulher negra na academia. Ainda na década de 1970, Beatriz Nascimento lutava para ocupar a ferro e fogo esse espaço. Nas palavras de Ratts sobre Beatriz encontramos as estratégias de contestação dos entre-lugares de que fala Bhabha.

Podemos considerar que a invisibilidade da mulher negra no espaço acadêmico também se consolida porque o seu outro(homem branco, mulher branca ou homem negro) não a vê nesse ambiente e nem mesmo trilhando esse itinerário intelectual[.]

Uma mulher negra que se torna pesquisadora e elabora um pensamento próprio nos parâmetros acadêmicos, inspirada na vida extra-muros da universidade, como fazia Beatriz Nascimento, rompe com esse processo de invisibilidade do espaço acadêmico. Uma mulher negra pesquisadora jamais é imperceptível no campus, mas talvez seja nesse campo enquanto autora. (RATTS, 2007, p. 29)

Retomando o questionamento de Evaristo, aquela menina que se questiona sobre que tonalidade seria aquela entre o preto e o branco para ser declarada negra, assume um ponto de vista a partir do qual se reconhece além da designação imposta

pela narrativa oficial de nação. Portanto, Conceição Evaristo desloca o ponto de vista de sua fala e de sua narrativa para o seu grupo social enquanto minoria. Na afirmação de sua negritude, afronta o olhar colonizador que escolheu classificar as pessoas do grupo social ao qual pertence como pardas.

Weschenfelder e Silva (2018) problematizam o que chamam de dispositivo de mestiçagem e como esse dispositivo interfere na produção de subjetividades negras no Brasil contemporâneo. Os autores localizam a denominação parda/o ao longo do processo de miscigenação brasileira, desde o período colonial até a contemporaneidade. O pardo seria aquele que se encontra entre o branco europeu e o negro africano, portanto, a síntese da democracia racial. No entanto, ao longo da pesquisa, fica evidente que a pardificação, como política de estado, serviu para excluir o negro dos processos históricos. A miscigenação, responsável pelo branqueamento da população brasileira, incluiu o negro na mistura de raças para poder silenciá-lo na narrativa nacional. Assim a figura do pardo, em sua própria definição, se configura dispositivo de silenciamento e anulação.

Do ponto de vista racial brasileiro, a denominação pardo, portanto, representa espaço de suspensão e silenciamento. Ao recusar essa denominação e se declarar negra, Evaristo restitui para si a contra-narrativa que desmascara o mito da democracia racial e expõe a necessidade de enfrentamento da narrativa nacional baseada na harmonia perfeita entre os povos que formam a nação. É a voz dissonante que fala da fronteira e se movimenta em direção ao enfrentamento do discurso nacional.

Em “Aprendendo com o outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro”, Patricia Hill Collins (2016) trata do status de *outsider within* de mulheres negras. Fala-nos de como essas mulheres negras, tomadas como forasteiras dentro do movimento feminista, tiveram que se apropriar dessa condição negativa, para, atribuir-lhe um sentido positivo, a partir de pontos de vista próprios.

Como outsiders within, estudiosas feministas negras podem pertencer a um dos vários distintos grupos de intelectuais marginais cujos pontos de vista prometem enriquecer o discurso sociológico contemporâneo. Trazer esse grupo [...] para o centro da análise pode revelar aspectos da realidade obscurecidos por abordagens mais ortodoxas. (COLLINS, 2016, p. 101)

O conceito de outsider within discutido por Collins (2016) nos chama a atenção para o lugar ocupado por mulheres negras subalternizadas. Segundo a pesquisadora,

esse lugar, mesmo que pareça paradoxal por se tratar de mecanismo de subalternização, faz com que essas mulheres desenvolvam uma compreensão mais complexa de acontecimentos da vida social. A socióloga estadunidense recorre ao exemplo das empregadas domésticas que convivem e compreendem o padrão de vida hegemônico das famílias brancas para as quais trabalham. Fazendo parte do cotidiano e das vidas daquelas famílias, essas mulheres são mantidas próximas, mesmo que racializadas e inferiorizadas. Desse lugar onde se encontram, são capazes de perceber a elite branca exercendo superioridade pelo racismo. Acerca das domésticas afirma que:

[...] essas mesmas mulheres negras sabiam que elas jamais pertenceriam a suas “famílias” brancas. Apesar de seu envolvimento, permaneciam como *outsiders*. Esse *status* de *outsider within* tem proporcionado às mulheres afro-americanas um ponto de vista especial quanto ao *self*, à família e à sociedade. (COLLINS, 2016, p. 99)

Collins propõe o que chama de três temas chaves para discutir o feminismo negro, a partir do ponto de vista de mulheres negras: o significado de autodefinição e autoavaliação; a natureza interligada da opressão e a importância da cultura de mulheres afroamericanas.

Nas palavras de Collins (2016), autodefinir-se implica desafiar a validação de estereótipos, criados a partir da noção da mulher negra como um outro, que contribuem para controlar e manter os processos de desumanização desse grupo específico de mulheres. A autodefinição traz consigo a autoavaliação, ou seja, dá ênfase às imagens autênticas das mulheres negras, uma vez que abandonados os estereótipos, essas imagens partem das próprias integrantes dos grupos. Nesse sentido, a autora nos traz importantes pontuações para o feminismo negro, no que se refere à necessidade de autodefinição das mulheres negras :

Feministas negras têm questionado não apenas o que tem sido dito sobre mulheres negras, mas também a credibilidade e as intenções daqueles que detêm o poder de definir. Quando mulheres negras definem a si próprias, claramente rejeitam a suposição irrefletida de que aqueles que estão em posições de se arrogarem a autoridade de descreverem e analisarem a realidade têm o direito de estarem nessas posições. Independentemente do conteúdo de fato das autodefinições de mulheres negras, o ato de insistir na autodefinição dessas mulheres valida o poder de mulheres negras enquanto sujeitos humanos. (COLLINS, 2016, p.103-104)

Como os estereótipos são usados a serviço do controle de grupos submetidos a processos de dominação, ao desafiá-los e substituí-los por imagens autênticas de

si, mulheres negras assumem os espaços como sujeitos humanos de que fala Collins (2016). Ao recusar sua identificação como parda para se autodefinir negra, Conceição Evaristo traz consigo esse poder, enquanto sujeito humano.

Ao afirmar que as narrativas de *Insubmissas lágrimas* são quase suas porque se confundem com as suas, percebemos que a escritora transpõe para o seu fazer literário o desafio de criar personagens femininas negras a partir de uma visão diversa dos estereótipos canônicos e, portanto, aproximada da condição de *outsider within*.

Com base no que nos propõe Collins (2016), é possível afirmar que, do ponto de vista da criação literária, ao longo das narrativas que compõem o corpus desta pesquisa, a autodefinição se apresenta como recurso que contribui para reforçar tanto a existência quanto a resistência das personagens diante das opressões. Vejamos:

Adelha Santana Limoeiro, negra, poderia sim relembrar a santa branca, a Santana, pois a avó de Jesus, aparece sincretizada com Nanã, mito Nagô. Pisei nos dois terrenos, já que Nanã é também velha. Adelha Santana Limoeiro é Nanã, aquela que conhece a lama, o limo, o lodo, onde estão os mortos. Santana, Nanã, Limo (eiro). E depois desse reconhecimento já é possível recontar a história que santana me contou. (EVARISTO, 2011, p. 33)

Maria do Rosário, no momento em que percebeu que havia sido roubada por um casal de estrangeiros:

E quando alcancei a gravidade da situação, por muito tempo pensei que fosse acontecer comigo o que muitas vezes escutei os mais velhos contarem. As histórias de escravidão de minha gente. Eu ia ser vendida como uma menina escrava. Durante anos eu vivi com o casal que me roubou de minha família, em uma casa grande, que parecia uma fazenda. (EVARISTO, 2011, p. 41)

Isaltina Campo Belo ao falar sobre a sua família:

Nossa família, desde os avós maternos de minha mãe, já se encontrava estabelecida na cidade. Eles tinham chegado ali como negros livres, nos meados do século XIX, com uma parca economia. Minha mãe, orgulhosamente, sempre nos contava a luta de seus antecedentes pela compra da carta de alforria. Histórias que eu, meu irmão e minha irmã, ouvíamos e repetíamos com altivez, sempre que podíamos, na escola.[...] era uma narrativa que alimentava também a nossa dignidade. (EVARISTO, 2011, p. 50)

Dusreis ao falar de sua formação em dança:

Uma carta de apresentação de uma das professoras de dança, do colégio onde tinha vivido até então, me abriu portas. Cursei vários estilos de dança, fora do meu Estado e, depois, fora do país. Aos poucos fui me profissionalizando e tive oportunidade de fazer parte de grupos nacionais e

estrangeiros, mas, na maioria das vezes, eu era uma das poucas ou, senão, a única bailarina negra do grupo. E assim a vida ia seguindo, eu feliz. (EVARISTO, 2011, p. 96)

Ribeiro (2017) afirma que “Existe um olhar colonizador sobre nossos corpos, saberes, produções, e para além de refutar esse olhar, é preciso que partamos de outros pontos.” (RIBEIRO, 2017, p. 37). Evaristo entrecruza as perspectivas social e literária ao enfrentar o olhar colonizador sobre os corpos femininos, a começar por si mesma na condição de escritora. Portanto o feminismo negro tem como premissa importante a fala a partir da mulher negra, uma vez que, ao longo da história, essa mulher sempre foi narrada e definida a partir de um “eu” decidido a mantê-la silenciada e invisibilizada. Nesse sentido, as narrativas de Evaristo forçam o sistema literário a se movimentar do lugar de quem sempre foi autorizado a falar e a se colocar no lugar de escuta.

2.2 Interseccionalidade: reorientação narrativa de personagens femininas negras

Gonzales (1984), ao discorrer sobre como os negros são silenciados, uma vez que havia sempre quem falasse por eles, tratando-os como incapazes, nos adverte sobre o racismo disseminado no cotidiano brasileiro. A pesquisadora chama a atenção para os estereótipos impostos aos negros, classificando-os de incapazes, preguiçosos, violentos. Enfatiza o modo a partir do qual a sociedade naturaliza a favela como sendo o lugar do negro, tornando por lugar natural aquilo que socialmente significa local de exclusão:

Exatamente porque temos sido falados, infantilizados (infans, é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos), que neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa.

A primeira coisa que a gente percebe, nesse papo de racismo é que todo mundo acha que é natural. Que negro tem mais é que viver na miséria. Por que? Ora, porque ele tem umas qualidades que não estão com nada: irresponsabilidade, incapacidade intelectual, criançice, etc. e tal. (GONZALES, 1984, p. 3)

Ao tratar especificamente da mulher negra, Gonzales (1984) observa que, ao longo do processo histórico, desde a escravidão até a atualidade, a construção do estereótipo da mulher negra passa de escrava à doméstica, lavadeira ou à prostituta.

Silenciada em sua existência social, segundo a pesquisadora, a mulher negra surge apenas como um corpo desejado, ora nas casas para as experimentações sexuais dos patrões, ora no carnaval, quando autorizada a ser a rainha.

Em sua prática, Gonzales antecipa o debate acerca da interseccionalidade ao questionar o modo como o racismo se encontra interceptado pelas dimensões de gênero, de classe e orientação sexual, como índices responsáveis pelas condições opressoras na vida da população negra. Ainda na década de 1980, Lélia Gonzales criticava o monoculturalismo epistêmico dos Estados Unidos. Para a pesquisadora, ao monopolizar os discursos, tentavam impor o ideal de unidade do pensamento estadunidense, o que representava o silenciamento do debate ao sul da América nas comunidades tidas como periféricas. Como forma de resistência a esse pensamento colonial, Gonzales se propõe a debater uma epistemologia que abarcasse a realidade próxima, dedicando-se aos estudos sobre África e América.

A Amefricanidade proposta por Lélia Gonzales, na década de 1980, e em seguida a abordagem decolonial, consolidada nos anos 200 de modo cabal, através de Maria Lugones,[...] criticam a postura missionária da civilização ocidental - metodologicamente interseccionam as estruturas de raça, gênero, sexualidade, nação e classe, estabelecendo coro latino-americano contra o colonialismo, imperialismo e monopólio epistêmico ocidental. (AKOTIRENE, 2018, p. 28)

Ao debater o feminismo, a pesquisadora questiona a invisibilidade das mulheres negras dentro do movimento feminista. Enfatiza como o feminismo se baseia em teorias eurocêntricas, excluindo, assim, da realidade latinoamericana, a experiência de mulheres negras. Ao propor o debate partindo da experiência dessas mulheres latinoamericanas, as mulheres negras deixam de ser faladas a partir de e passam a falar por si.

No texto introdutório de *Insubmissas lágrimas*, escrito em primeira pessoa, há uma afirmação de que as histórias contadas no livro se confundem com as histórias de quem escreve. “Da voz outra, faço a minha, as histórias também.” (EVARISTO, 2011, p. 9) Já nos contos, a narradora, que parte em busca de histórias, ao se encontrar com Líbia Moirã e ser interpelada sobre o interesse em escrever histórias de mulheres, responde: “Eu invento, Líbia, eu invento! Fale-me algo de você, me dê um mote que eu invento uma história como sendo a sua [...]” (EVARISTO, 2011, p. 74).

Nos relatos de violência feitos pelas personagens, percebe-se o entrecruzamento de opressões, ao confrontarmos os marcadores gênero - raça - classe das mulheres insubmissas ao destino. Chegamos assim à “articulação metodológica proposta pelas feministas negras e atualmente chamada de interseccionalidade”, nas palavras de Akotirene (2018, p. 36).

O termo interseccionalidade chega ao meio acadêmico, na década de 1990, vindo da crítica às leis antidiscriminação, proposta por Kimberlé Crenshaw, intelectual afroestadunidense, atuante na área do Direito. No entanto, feministas negras já trabalhavam com os seus fundamentos ao discutirem como diversas formas de opressão agiam sobre a mulher negra de forma a mantê-la silenciada, invisibilizada ou objetificada. Um pouco desse resgate foi apresentado no primeiro capítulo do presente trabalho, ao falarmos sobre os percursos de Sojourner Truth, Bell Hooks, Lélia Gonzales e Sueli Carneiro.

Ao tratar da mulher negra como a “forasteira de dentro” do movimento feminista, Collins (2016) aponta como um dos temas-chave para o feminismo negro ao qual chama de natureza interligada de opressão. Trata de como se encontram as pesquisadoras negras como forasteiras de dentro, nas pesquisas sociológicas e de como podiam se beneficiar dessa condição perante a academia . Em relação a esse tema, afirma que:

A atenção dispensada por feministas negras à natureza interligada da opressão é significativa por duas razões. Em primeiro lugar, esse ponto de vista muda todo o foco da investigação, partindo de uma abordagem que tinha como objetivo explicar os elementos de raça, gênero ou opressão de classe, para outra que pretende determinar quais são os elos entre esses sistemas. A primeira abordagem prioriza comumente um tipo de opressão como sendo primária e, em seguida, trata das opressões restantes como variáveis que fazem parte do sistema que é visto como o mais importante. [...] Em contrapartida, a abordagem mais holística implícita no pensamento feminista negro trata da interação entre múltiplos sistemas como o objeto de estudo. Em vez de acrescentar às teorias existentes variáveis anteriormente excluídas, feministas negras têm como objetivo desenvolver interpretações teóricas da própria interação em si. (COLLINS, 2016, p. 108)

Nessa perspectiva, não se estabelece a hierarquia entre as opressões pelas quais passa a mulher negra. Não interessa saber que opressão é a inicial e quais outras surgem como variáveis desta. Identificadas as opressões, a partir do lugar social ocupado por essas mulheres, interessa ao feminismo negro estabelecer as interações entre os sistemas de opressão, a fim de que possam ser enfrentados.

Acerca da impossibilidade de hierarquização de opressões, Akotirene afirma, corroborando com o pensamento de Collins (2016) que:

Em vez de somar identidades, analisa-se quais condições estruturais atravessam corpos, quais posicionalidades reorientam significados subjetivos desses corpos por serem experiências modeladas por e durante a interação das estruturas, repetidas vezes colonialistas, estabilizadas pela matriz de opressão, sob a forma de identidade. (AKOTIRENE, 2018, p. 39)

Não cabe somar marcações de identidade - mulher, negra, favelada, doméstica, professora, lésbica - no sentido de hierarquizá-las, mas buscar as condições estruturais nas quais esses sujeitos se encontram interseccionados.

Portanto, na heterogeneidade de opressões conectadas pela modernidade, afasta-se a perspectiva de hierarquizar sofrimento, visto como todo sofrimento estar inteceptado pelas estruturas. Não existe hierarquia de opressão, já aprendemos. Identidades sobressaltam aos olhos ocidentais, mas a interseccionalidade se refere ao que faremos politicamente com a matriz de opressão responsável por produzir diferenças, depois enxergá-las como identidades. (AKOTIRENE, 2018, p. 14)

Numa descrição das personagens centrais de cada um dos contos, nos deparamos com marcações de gênero, raça e classe como vetores da proposta de enfrentamento do sistema literário e da própria narrativa de nação, responsáveis pela manutenção de estereótipos da mulher na literatura. Ao afirmar que premeditou a escrita de *Insubmissas lágrimas* e criou mulheres insubmissas ao destino, Conceição Evaristo realiza o exercício de enfrentamento à matriz de opressão materializada pela violência vivida por cada personagem. A insubmissão ao destino agiu de modo a que essas narrativas não tivessem como desfecho o estupro, a violência psicológica ou a agressão física. Elas partem dessas manifestações da violência para estabelecer o contra-discurso. De personagens silenciadas, invisibilizadas e periféricas assim tratadas pelo cânone, as personagens femininas que compõem o corpus desta pesquisa são reorientadas das margens para o centro da narrativa. Assumem, assim, as posicionalidades necessárias à reorientação dos significados subjetivos de seus corpos negros atravessados pela violência.

Em *Insubmissas lágrimas*, estabelece-se uma conexão entre as personagens, mediada pela narradora, que se fundamenta nos relatos de violência experimentados e relatados por cada uma das mulheres, para estabelecer uma teia de narrativas de insubmissão. São palavras dessa narradora:

Enquanto Lia Gabriel me narrava a história dela, a lembrança de Aramides Florença se intrometeu entre nós duas. Não só a de Aramides, mas as de várias outras mulheres se confundiram em minha mente. [...] Outras deusas, mulheres salvadoras, procurando se desvencilhar da cruz, avultaram a minha memória. Aramides, Lia, Shirley, Isaltina, Daluz e mais outras que desfiavam as contas de um infinito rosário de dor. (EVARISTO, 2011, p. 81)

Lia, Aramides, Isaltina, Shirley e Daluz são personagens centrais das narrativas às quais emprestam seus nomes como títulos. Não há entre elas qualquer relação narrativa. A teia narrativa é construída pela narradora que, ao transpor o limite da estrutural do conto, aproximando personagens em suas experiências, estabelece-se a teia do contra-discurso responsável por atacar a subalternização dos corpos femininos. E a narradora segue afirmando que as personagens, “elas mesmas, a partir de seus corpos mulheres, concebem a sua própria ressurreição e persistem vivendo. (EVARISTO, 2011, p. 81)

Desafiando o processo de invisibilidade que se utiliza do espaço literário e o extrapola para alcançar a narrativa de nação, para manter os corpos femininos invisíveis nos espaços sociais, essas mulheres tomam de volta a narrativa de seus próprios corpos, ao desfiar o rosário de dor. A ressurreição concebida a partir dos corpos mulheres responde ao questionamento de Akotirene (2018) acerca da reorientação de significados dos corpos femininos a partir das novas posicionalidades ocupadas por esses corpos.

Assim, temos as seguintes narrativas: “Aramides Florença” - estuprada diante do filho e abandonada pelo marido; “Natalina Soledad” - segregada pela família por ser mulher; “Shirley Paixão” - cumpre pena por salvar a enteada do abuso sexual praticado pelo pai; “Adelha Santana Limoeiro” - convive com o marido que não aceita a fim da virilidade; “Maria do Rosário Imaculado dos Santos” - sequestrada e escravizada quando criança; “Isaltina Campo Belo” - sofre estupro corretivo por ser lésbica; “Mary Benedita” - se automutila para criar sua arte; “Mirtes Aparecida Daluz” - cega, convive com a dor pelo companheiro ter se suicidado; “Líbia Moirã” - atormentada por pesadelos da infância; “Lia Gabriel” - espancada pelo marido para proteger os filhos; “Rose Dusreis” - preterida como bailarina por ser negra ; “Saura Amarantino” - condenada por ter entregue a filha ao pai; “Regina Anastácia” - segregada por ser negra e ter se casado com homem branco.

Em cada narrativa encontramos mulheres que se dispõem a relatar uma dentre tantas experiências de sofrimentos. São mulheres comuns - mães, esposas,

professoras, autônomas - que se distanciam do estereótipo da mulher negra sobre o qual nos fala Evaristo (2005), ao tratar da representação da mulher negra na literatura.

A representação literária da mulher negra ainda surge ancorada nas imagens de seu passado escravo, de corpo-procriação e/ou corpo-objeto de prazer do macho senhor. Interessante observar que determinados estereótipos de negros/as, veiculados no discurso literário brasileiro, são encontrados desde o período da literatura colonial. (EVARISTO, 2005, p. 52)

Nas *Insubmissas lágrimas*, a narradora estabelece a marcação de raça de modo a que fique claro o grupo social ao qual pertencem as personagens. Tal marcação se apresenta para estabelecer o lugar de fala e o enfrentamento, como dito por Evaristo, ao passado escravo, ao corpo-procriação e ao corpo-objeto.

Hooks, no ensaio “Intelectuais negras”(1995), dirigido às intelectuais negras estadunidenses, elabora uma perspectiva crítica ao modo como mulheres negras seriam recepcionadas na academia. Ao longo do texto, destaca o que chama de suposições sexistas sobre os papéis ditos femininos e como tais suposições colaboram para a manutenção de estereótipos.

Suposições sexistas sobre papéis femininos informam expectativas das comunidades negras em relação às negras. Muita gente negra compartilha dessa ideia defendida por diversos grupos nesta sociedade de que as mulheres são inerentemente destinadas a servir aos outros com abnegação. Coletivamente, muitas negras internalizam a ideia de que devem servir e estar sempre prontas para atender quer queiram quer não a necessidade de outra pessoa. (HOOKS, 1995, p. 470)

Trata de papéis secundários, sobre estigmatização quanto à capacidade intelectual e de construção teórica e de como os papéis femininos em casa, com filhos e para a família fundamentam essas suposições sexistas.

Dalcastagnè (2017), ao fazer o recorte de como a mulher é percebida na literatura brasileira, abordando especificamente o tema maternidade afirma:

[...] um dos discursos mais recorrentes sobre as mulheres é aquele que lhes atribui o papel de mãe, já normatizado e fixado em torno da noção do instinto materno, que serve para a naturalização dos papéis de gênero e elimina a ideia do amor como algo a ser construído em uma relação. (DALCASTAGNÈ, 2017, p. 132)

No conto “Saura Amarantino”, percebe-se que tais suposições sexistas se aplicam também a esta mulher interceptada, tal qual as intelectuais negras estadunidenses, por estruturas de opressão de gênero, raça e classe. Viúva ainda

jovem, após um relacionamento breve, engravida e decide por entregar a terceira filha ao pai.

Saura inicia sua conversa com a narradora, afirmando que todos gritavam ou sussurravam algo a seu respeito por ter entregue a terceira filha ao pai. Segue seu relato, afirmando que tanto entende do amor quanto do desprezo que uma mãe é capaz de oferecer a um filho. A decisão de não permanecer com a filha é tida pela família e pelo grupo social próximo como algo abominável à condição materna. Com base no relato da personagem, nota-se que não é aceito como natural, a criança ter sido entregue ao pai. A partir daí, cria-se o discurso de que a criança fora abandonada física e emocionalmente pela mãe, que deixara de cumprir seu papel materno. Estabelece, assim, uma contra-narrativa diversa daquela social hegemônica para a qual o amor e a maternidade partem, respectivamente, de concepções essencialista e compulsória.

Para Crenshaw (2002):

A interseccionalidade [...] trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p. 177)

Nesse sentido, segundo Crenshaw (2002), variados eixos de poder, como gênero, raça e classe, configuram as avenidas estruturantes do discurso social e político, a partir do qual mulheres como Saura Amarantino são interceptadas por distintas formas de opressão.

As escolhas feitas desconstruem a narrativa patriarcal burguesa em torno da vida amorosa e sexual da mulher na condição de viúva. Ao afirmar que não aceita ser julgada como uma mulher sem sentimentos, porque não foi capaz de inventar amor pela terceira filha, Saura rasura um discurso opressor, que trabalha com a naturalização do amor materno. “Não consigo inventar um sentimento em mim, só pra me salvar de julgamentos alheios” (EVARISTO, 2011, p. 104). Em sua fala fica claro sua posição de enfrentamento à visão essencialista relativa ao modo como deveria agir diante da maternidade.

Segundo Akotirene (2018), “A interseccionalidade é sobre a identidade da qual participa o racismo interceptado por outras estruturas.” (AKOTIRENE, 2018, p. 43).

Estruturas que dão o suporte a que permaneça como verdadeiro o discurso essencialista do amor materno. A pesquisadora ainda acrescenta que a interseccionalidade se trata de uma experiência racializada, no sentido de exigir que os preconceitos, a quem chama de caixinhas particulares, que criam os obstáculos às lutas de modo global, sejam abandonados. Segue afirmando que “A interseccionalidade nos mostra mulheres negras posicionadas em avenidas longe da cisgeneridade branca heteropatriarcal” (AKOTIRENE, 2018, p. 25), que reforça a naturalização do papel da mulher nascida para viver a maternidade compulsória. Mulheres negras que, segundo a pesquisadora, se encontram interceptadas pelos trânsitos das diferenciações, sempre prontos para excluir dessas mulheres suas identidades e subjetividades complexificadas. A exemplo de Saura que confronta as estruturas do heteropatriarcado passando-lhe a responsabilidade de cuidar da filha.

Destaque-se o fato de que tanto a família como os demais membros do grupo social próximo à Saura nomeiam o ato de entrega da criança ao pai como abandono. Reafirmam, assim, a naturalização dos papéis de gênero e lançam sobre a mulher o discurso opressor daquela que não fora capaz de viver o amor incondicional pela filha. Definem como deve ser a relação de Saura com a maternidade e com amor, como inerente à condição materna.

Em suas palavras finais, Saura Amarantino desabafa “Só eu sei do meu sentir”, o que nos remete às considerações finais de Hooks a sobre como o ativismo de intelectuais negras, diante do patriarcado, as aproximam de experiências dolorosas.

Muitas vezes o trabalho intelectual leva ao confronto com duras realidades. Pode nos lembrar que a dominação e a opressão continuam a moldar as vidas de todos, sobretudo das pessoas negras e mestiças. Esse trabalho não apenas nos arrasta mais para perto do sofrimento, como nos faz sofrer. (HOOKS, 1995, p. 477)

No relato de Saura se estabelece o contra-discurso aos papéis femininos defendidos por Hooks (1995). Ao afirmar sua individualidade também em relação aos sentimentos, Saura nos remete à complexidade que permeia sua decisão de entregar a filha ao pai. Quando afirma ser incapaz de inventar sentimentos para fugir do julgamento alheio, Saura desmonta a narrativa hegemônica alicerçada no discurso heteropatriarcal. Rompe assim o estereótipo do amor materno incondicional e inescapável, sem contudo deixar transparecer que também sofre pela decisão tomada. Enfrenta o preconceito vivido por mulheres viúvas diante do exercício de sua

sexualidade. Questiona a ideia de amor como algo a ser construído numa teia de relacionamentos, que passa pela relação mãe e filho, mas não se encerra neste modo reducionista de padronizar a maternidade. Afirma não sentir amor pela terceira filha e vive a maternidade com seus dois primeiros filhos Idália e Maurino.

Assim, a interseccionalidade nos ajuda a perceber a complexidade dos processos sociais e de gênero que se apresentam na narrativa ora analisada. Algo possível apenas porque os relatos partem da própria Saura e revelam um lugar de fala distinto daquele das narrativas hegemônicas.

Em “Isaltina Campo Belo” enfrenta-se a percepção de corpo-objeto. Desde a infância se sentia diferente, percebia-se ocupando um corpo de menina, que não era o seu. Narra o estupro corretivo àquela que precisava experimentar do homem para descobrir que, sendo negra, nascera para gostar de sexo.

Convidada para o aniversário do amigo de faculdade, a quem confidenciara sua inquietação por se sentir homem em corpo de mulher, ao chegar à casa é estuprada por ele e outros cinco amigos desconhecidos, em cumprimento à promessa feita anteriormente.

Afirmava que eu deveria gostar muito e muito de homem, apenas não sabia. Se eu ficasse com ele, qualquer dúvida que eu pudesse ter sobre o sexo entre um homem e uma mulher acabaria. Ele iria me ensinar, me despertar, me fazer mulher [...] Eu não sabia o que responder para ele. Em mim, eu achava a resposta, mas só pra mim. (EVARISTO, 2011, p. 55).

De Isaltina, o amigo só queria seu corpo, objeto de desejo e de ensinamento de como ser mulher, sobretudo ela, uma mulher negra. Percebe-se, assim, o corpo de Isaltina sendo atravessado pela heterossexualidade compulsória. Uma necessidade externa à sua vontade, imposta pela experiência do estupro como remédio para o componente que faltava àquela mulher, o de experimentar o sexo heterossexual.

O discurso e a prática desse homem perante Isaltina representam o reforço da heterossexualidade. De compulsória de que fala Adrienne Rich. Para a pesquisadora estadunidense, a heterossexualidade deve ser vista como uma instituição política que retira poderes das mulheres. Ao discutir a heterossexualidade compulsória, Rich (2012) chama a atenção ao modo como a sociedade, por meio das instituições de controle se fortalecem cada vez mais no sentido de estabelecer o padrão heterossexual.

Acerca de como essas instituições se dirigem às mulheres, Rich afirma que:

As mensagens dirigidas às mulheres têm sido, precisamente, as de que nós somos parte da propriedade emocional e sexual dos homens e que a autonomia e a igualdade das mulheres ameaçam a família, a religião e o Estado. As instituições nas quais as mulheres são tradicionalmente controladas - a maternidade em contexto patriarcal, a exploração econômica, a família nuclear, a heterossexualidade compulsória - têm sido fortalecidas através da legislação, com um *fiat* religioso, pelas mensagens midiáticas e por esforços de censura. (RICH, 2012, p. 19)

Aquele homem que pouco sabia sobre Isaltina, já que a conhecia da faculdade, arrogava para si o direito masculino de invadir o corpo de uma mulher e de subjugarla pelo estupro: “E afirmava, com veemência, que tinha certeza de meu fogo, pois, afinal, eu era uma mulher negra, uma mulher negra.”(EVARISTO, 2011, p. 55). A autorização para o estupro se materializa na certeza que o homem tem sobre o fogo da mulher negra.

Corroborando com o pensamento de Rich (2012) sobre o modo como as mulheres são tomadas por propriedade emocional e sexual dos homens, o que lhes daria o acesso aos corpos dessas mulheres, Akotirene (2018) nos lembra que o androcentrismo da ciência moderna impôs às mulheres um lugar social descrito como machos castrados, bem como os estereótipos de fracas e mães compulsórias. A heterossexualidade compulsória autoriza a invasão de corpos e os mantém estereotipados em padrões de fragilidade e submissão:

[...] a interseccionalidade permite [...] criticidade política a fim de compreenderem a fluidez das identidades subalternas impostas a preconceitos, subordinações de gênero, de classe e raça e às opressões estruturantes da matriz colonial moderna de onde saem. (AKOTIRENE, 2018, p. 33)

O corpo-objeto, a quem foi imposto o estereótipo da sensualidade a serviço do homem, desde o período de escravização, passa da negra da senzala à mulata tornada rainha por um dia para a exploração do corpo sensual. A representação do corpo da mulher negra como objeto para o usufruto do homem é atravessado pelo racismo e pelo sexismo, que remonta às relações coloniais nas quais as escravas, tidas como objetos, ora serviam aos trabalhos braçais no campo, ora eram violentadas por seus senhores e capatazes. Tais imagens da mulher negra extrapolaram os relatos históricos do período de escravização e passaram a figurar os estereótipos literários de um sistema que insiste em reproduzir modelos do patriarcado europeu.

Ratts (2007), no capítulo “Eu sou Atlântica: transmigração, mulher negra e autoestima”, parte de seu trabalho sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento, para

nos remeter a como, ao longo da história brasileira, a imagem das mulheres negras foi construída em torno da maternidade e da submissão.

O autor destaca a atuação de Beatriz Nascimento no enfrentamento e na desmistificação do amor e da submissão amorosa, a fim de que mulheres não reproduzissem o comportamento masculino autoritário. Ainda na década de 1980, seus estudos apontavam para a necessidade às imagens de controle sobre o corpo feminino. Ratts (2007) chama a atenção para a sobrecarga de estereótipos que recaem sobre mulheres negras que, como Beatriz Nascimento, fazem o enfrentamento dessas relações raciais e de gênero.

[...] na literatura sobre relações raciais e de gênero é notório que o enfrentamento diário de micro-mecanismos do racismo e do sexismo atingem sobremaneira a saúde mental de mulheres negras.
[...] devem parecer fortes e não demonstrar sentimentos, e suportar por toda uma vida lugares subalternos de opressão, de trabalho e de existência sem ousar questioná-los sob o preço de ver recair sobre si mesmas cargas a mais de estereótipos ou “imagens de controle.” (RATTS, 2007, p. 78)

Do sentimento de vergonha e impotência ao alheamento quanto à gravidez, e ao profundo sentimento de culpa, a mulher que narra sua dor descobre, anos mais tarde, que não havia nenhum homem dentro de si, mas uma mulher que podia se “encantar por alguém e esse alguém podia ser uma mulher. (EVARISTO, 2011, p. 57).

Assim, encontrava-se estereotipada no corpo-desejo, afinal era mulher negra; presa à imagem de controle por não entender seu desejo por outra mulher. Em seu relato, trinta e cinco anos depois de ocorrido o estupro, fica evidente como Isaltina era vista a partir da imagem de corpo-objeto, a ponto de se questionar se não fora ela mesma a culpada e, portanto, merecedora do estupro. Na construção da imagem dos corpos mulheres que ressurgem e persistem, há a síntese da proposta de narrativa de enfrentamento ao cânone. Primeiramente, por não se conformarem, entre outros, aos estereótipos de corpos negros objetificados. Depois, por ressurgirem a partir desses mesmos corpos, para persistir vivendo. Suas histórias não se encerram com a manifestação de violência física ou psicológica, seja do estupro, do abandono afetivo, do espancamento, da agressão verbal. As experiências com a violência foram determinantes para as novas posicionalidades dessas personagens, que se insurgem diante das opressões e que não sucumbem às estruturas opressoras. Nas narrativas analisadas, ressurgir e persistir representam a resposta política dessas mulheres diante da matriz de opressão gravada em seus corpos negros.

2.3 A Escrivência e os rastros da ancestralidade

Ao tratar dessas experiências de vida e de como se acumularam ao longo dos anos e contribuíram para ela chegar até aquele momento de fala como escritora, Evaristo nos apresenta a escrivência como prática de escrita da mulher negra na sociedade brasileira. Da infância pobre, na favela, das restrições pelas quais passaram todos da família, da proximidade com a vizinhança e suas histórias de resistência partilhadas surge a necessidade de escrever.

Em suas palavras sobre a infância, aponta para uma perspectiva a partir da qual a realidade de pobreza não fez par com o universo de precariedade e de violência comumente relacionado às favelas e insistentemente narrado em ficções literárias. Evaristo não nos apresenta a favela a partir de um modelo no qual fome, miséria, violência e prostituição definem o espaço social. Ao se reportar às lembranças da infância pobre, a autora nos fala do cotidiano a partir das experiências de quem traz o olhar de dentro da favela. Muito embora tenha passado por restrições econômicas na periferia de uma grande cidade como é Belo Horizonte, são as conversas, as contações de histórias, as leituras e os ensinamentos em família responsáveis por preencher os espaços vazios de bens materiais de sua infância.

Se muito de minha infância pobre, muito pobre, me doía, havia felicidades também incontáveis. As margaridas, as dalias e outras flores de nosso pequeno jardim. As frutas nos pés a matar a nossa fome. Os bolinhos de comida que mãe amassava com as mãos e enfiava em nossas bocas. As bonecas de capim ou bruxas de panos que nasciam com nome e história de suas mãos. O céu, as nuvens, as estrelas, sinais do infinito que minha e mãe e tia nos ensinaram a olhar e a sentir. (EVARISTO, 2005)

Ao se referir às privações por que passaram, afirma que:

Conseguir algum dinheiro com os restos dos ricos, lixos depositados nos latões sobre os muros ou nas calçadas, foi um modo de sobrevivência também experimentado por nós. [...] nós conhecíamos [...] não só o cheiro e o sabor do lixo, mas ainda, o prazer do rendimento que as sobras dos ricos podiam nos ofertar. Carentes de coisas básicas para o dia a dia, os excedentes de uns, quase sempre construídos sobre a miséria de outros, voltavam humilhanamente para as nossas mãos. Restos. (EVARISTO, 2005)

Experiências convertidas em narrativas do cotidiano, que mesclam as felicidades incontáveis com a necessidade de sobreviver dos restos. Realidade de quem fala da experiência vivida e transportada para a escrita literária, desconstruindo a perspectiva negativa do lugar de sua vivência. No depoimento da mulher negra e

periférica, temos o ponto de vista deslocado da perspectiva de quem fala sobre a, para quem fala a partir da periferia. Ao mesclar realidade e ficção para tratar de vivências a partir de uma perspectiva diversa sobre a periferia e suas contingências, Evaristo se alinha aos escritores contemporâneos sobre os quais fala Klinger (2008) em seu artigo “A escrita de si como performance”.

No artigo, Klinger (2008) trata da autoficção como conceito próprio da narrativa contemporânea. Para a pesquisadora, a narrativa contemporânea latino-americana tem experienciado uma “presença problemática da primeira pessoa autobiográfica (KLINGER, 2008, p. 12) ao explorar a relação entre o eu ficcional e o sujeito autoral. Segue destacando aspectos, como, por exemplo, a presença de um mesmo narrador para diferentes romances que tratam de histórias pessoais e familiares, sob enfoques diferentes. Esse aspecto pode ser visto trabalhado por Evaristo (2011) na obra ora analisada, na qual uma narradora transita entre lugarejos e cidades e recolhe os relatos das treze narrativas.

Klinger (2008) situa sua análise a partir de um rol de escritores cujas narrativas se encontram cada vez mais próximas de uma realidade, na qual o limiar entre realidade e ficção tem se tornado mais difícil de se estabelecer.

[...] se acreditamos – como acredito – que alguma coisa tem mudado na literatura recente, torna-se importante especificar a noção de autoficção como uma característica própria da narrativa contemporânea, que pode ter pontos de contatos, mas se diferencia de outras narrativas anteriores. (KLINGER, 2008, p. 18)

Da interação entre o que compõe a vida do autor e aquilo que está posto dentro do texto ficcional, temos os fundamentos para definir a autoficção. Desse modo:

[...] a autoficção [...] funciona tanto nas passagens em que se relatam vivências do narrador quanto naqueles momentos da narrativa em que o autor introduz no relato uma referência à própria escrita, ou seja, a pergunta pelo lugar da fala. (KLINGER, 2008, p. 23).

Muito embora haja pontos de contato entre essa escrita contemporânea e as narrativas vivenciais como a biografia, a autobiografia e as memórias, a autoficção não se prende à existência comprovada de um sujeito na narrativa, que se confunda com o sujeito da escrita. Nas palavras da pesquisadora, a autoficção não pressupõe um sujeito prévio a partir do qual se instaura a matéria narrativa, como no caso da narrativa autobiográfica.

Assim, a autoficção adquire outra dimensão que não a ficção autobiográfica, considerando que o sujeito da escrita não é um “ser” pleno, cuja existência ontológica possa ser provada, senão que o autor, a figura do autor, é resultado de uma construção que opera tanto dentro do texto ficcional quanto fora dele, na “vida mesma”. (KLINGER, 2008, p. 24)

Klinger (2008) passa a tratar da figura do autor na contemporaneidade a partir do caráter performático, estabelecido no interstício entre o espaço social e o espaço ficcional. Nesse sentido, o conceito de performance evidencia como a imagem do autor se afasta da verdade tida por absoluta e ajuda a pesquisadora a distinguir o sujeito escritor da figura do autor.

Partindo dessa perspectiva performática, para Klinger (2008), na autoficção:

[...] não haveria um sujeito pleno, originário, que o texto reflete ou mascara. Pelo contrário, tanto os textos ficcionais quanto a atuação (a vida pública) do escritor são faces complementares da mesma produção da figura do autor, instâncias de atuação do eu que se tencionam ou se reforçam, mas que, em todo caso, já não podem ser pensadas isoladamente. O autor é considerado como sujeito de uma performance, de uma atuação, que “representa um papel” na própria “vida real”, na sua exposição pública, em suas múltiplas falas de si, nas entrevistas, nas crônicas e auto-retratos, nas palestras. Portanto, o que interessa do autobiográfico no texto de autoficção não é uma certa adequação à verdade dos fatos, mas sim “a ilusão da presença.”(KLINGER, 2008, p. 24)

Evaristo traz para as Insubmissas lágrimas a ilusão da presença ao afirmar “essas histórias não são totalmente minhas, mas quase me pertencem, na medida em que se (con)fundem com as minhas.” (EVARISTO, 2011, p. 7)

Ao falar acerca da importância do ato de escrever, Evaristo aponta para a escrita como forma de inserção do sujeito no mundo, a fim de modificá-lo. Assim, desde a infância, escrever representou a tomada de consciência da precariedade vivida pela família, o que favoreceu sua consciência de si.

Se inconscientemente desde pequena, nas redações escolares eu inventava outro mundo, pois dentro dos meus limites de compreensão, eu já havia entendido a precariedade da vida que nos era oferecida, aos poucos fui ganhando uma consciência. (EVARISTO, 2005)

O movimento da escrita como manifestação de consciência e lugar de autoafirmação do que a define como sujeito-mulher-negra representa é, segundo a própria Evaristo, ato de insubordinação e está na base do percurso teórico que fundamenta o conceito de escrevivência.

Escrever pressupõe um dinamismo próprio do sujeito da escrita, proporcionando-lhe a sua auto-inscrição no interior do mundo. E, em se tratando de um ato empreendido por mulheres negras, que historicamente transitam por espaços culturais diferenciados dos lugares ocupados pela cultura das elites, escrever adquire um sentido de insubordinação. (EVARISTO, 2005)

Ao destacar a escrita como ato de auto-inscrição da mulher negra no mundo, Evaristo estabelece seu caráter de insubordinação uma vez que, como discutido anteriormente, tanto na narrativa social, quanto na ficcional, persiste um projeto deliberado de apagamento de sujeitos periféricos, notadamente da mulher negra. Se ao longo da história nacional, bem como do projeto de identidade nacional proposto pelo cânone literário, a mulher negra sempre foi excluída e silenciada, tomar para si o ato da escrita e falar desses sujeitos silenciados, representa a insubordinação de que nos fala Evaristo: “Insubordinação que pode se evidenciar, muitas vezes, desde uma escrita que fere “as normas cultas” da língua [...] como também pela escolha da matéria narrada. (EVARISTO, 2005)

Para Evaristo, a insistência na construção da mulher como sendo o “outro” estereotipado por meio de uma representação patriarcal deve ser enfrentada a partir do momento em que essas mulheres passarem a se autorrepresentar.

[...] as escritoras negras têm urgência em inscrever no corpus literário brasileiro imagens de uma auto-representação. Criam, então, uma literatura em que o corpo-mulher-negra deixa de ser o corpo do “outro” como objeto a ser descrito, para se impor como sujeito-mulher-negra que se descreve, a partir de uma subjetividade própria experimentada como mulher negra na sociedade brasileira. (EVARISTO, 2005, p. 53)

Nesse sentido, a inscrição da mulher negra a partir de uma subjetividade própria aponta para o conceito de escrevivência, na medida em que o sujeito a ser descrito o faz do ponto de vista de suas próprias experiências. Alia-se ao fazer literário, para além do seu sentido estético, a experiência vivenciada no cotidiano por aquelas que vistas como o “outro”, sempre empreenderam a luta diária contra o estereótipo corpo-mulher-negra.

Assim a autorrepresentação da mulher negra na literatura como movimento de vozes marginais, aproxima-se da leitura proposta por Dalcastagnè (2012) ao tratar da literatura contemporânea como espaço para vozes de contestação. Para a autora:

São essas vozes, que se encontram nas margens do campo literário, cuja legitimidade para produzir literatura é permanentemente posta em questão. Essas vozes que tensionam, com a sua presença, nosso entendimento do

que é (ou deve ser) o literário. É preciso aproveitar esse momento para refletir sobre nossos critérios de valoração, entender de onde eles vêm, por que se mantém de pé, a que e a quem servem [...] Afinal, o significado do texto literário – bem como da própria crítica que a ele fazemos – se estabelece num fluxo em que tradições são seguidas, quebradas ou reconquistadas, e as formas de interpretação e apropriação do que se fala permanecem em aberto. (DALCASTAGNÈ, 2012, p. 12)

Para a presente análise interessa o recorte proposto por Dalcastagnè (2012) ao abordar a perspectiva de autores a quem ela classifica como representantes daquelas vozes que falam a partir de dentro. Autoras que na contemporaneidade não tratam de novos temas ou constroem novas personagens. Trabalham perspectivas diversas, a partir das margens literárias, como ao analisar a escrita de Carolina Maria de Jesus, considerando o lugar de fala, que evidencia sua experiência-vivência como favelada.

Dalcastagnè (2012) chama a atenção para o modo como Carolina Maria de Jesus se movimenta nas margens literárias. Destaca a produção da autora da perspectiva da favela, no sentido de construir uma narrativa do ponto de vista daqueles personagens falados por outra pessoa como exóticos, violentos, incapazes. Movimento repetido por Conceição Evaristo ao narrar as experiências-vivências de mulheres negras, que das margens da sociedade onde se encontram, nos falam de resistência e enfrentamento.

São palavras do texto que apresenta as narrativas de *Insubmissas lágrimas*, “Gosto de ouvir [...] ouço muito. Da voz outra faço a minha, as histórias também.” (EVARISTO, 2011, p. 9). O texto segue afirmando que, as histórias narradas são quase suas por se confundirem com as suas próprias. E acrescenta, “Ao registrar estas histórias, continuo no premeditado ato de traçar uma escrevivência” (EVARISTO, 2011, p. 9). Como já mencionado, durante entrevista, Conceição Evaristo afirma que as *Insubmissas lágrimas* compõem um projeto premeditado, no sentido da construção das personagens femininas, a fim de que elas subvertissem a lógica da violência e não sucumbissem à morte.

Nas treze narrativas seguintes, as histórias são de mulheres negras, periféricas, alcançadas pela violência física e psicológica, a quem uma narradora chama de suas iguais. Interessante perceber que ao longo das narrativas, a escrevivência se manifesta a partir de uma teia que relaciona escritora, narradora e personagens a experiências comuns forjadas a partir de relatos de violência.

Souza¹⁰ (2018) em “Uma reflexão sobre os discursos menores ou a escrevivência como narrativa subalterna”, aborda escrevivência como “conceito teórico que demarca como se constituem as formas de expressão da escrita negra contemporânea” (SOUZA, 2018, p. 29). Para fundamentar seu argumento acerca da escrevivência como narrativa subalterna, a pesquisadora utiliza o termo “literatura menor”, a partir do que propõem Deleuze e Guatarri (1977).

Para os autores, na obra *Kafka: por uma literatura menor* (1977), a literatura menor. se refere àquela produzida por grupos minoritários, inseridos no contexto linguístico maior. Assim “Uma literatura menor não é a de uma língua menor, mas antes a que uma minoria faz em uma língua maior.” (DELEUZE; GUATARRI, 1977, p. 25). A essa literatura classificada como menor, os autores relacionam características próprias.

As três características da literatura menor são de desterritorialização da língua, a ramificação do individual no imediato político, o agenciamento coletivo da enunciação. Vale dizer que “menor” não qualifica mais certas literaturas, mas as condições revolucionárias de toda literatura no seio daquela chamada de grande (ou estabelecida). (DELEUZE; GUATARRI, 1977, p. 28)

Assim podemos identificar na escrita de Evaristo as três características informadas no fragmento acima, a fim de se possa tratar da escrevivência como escrita subalterna de que fala Souza (2018). A desterritorialização, por se tratarem de narrativas de mulheres negras a quem a literatura estabelecida relegou à condição de outro, sendo constituídas a partir de estereótipos; a ramificação do individual no imediato político, ao criar narrativas a partir de experiências vivenciadas, que contradizem o sistema literário em seu projeto de invisibilidade de mulheres negras e periféricas; o agenciamento coletivo da enunciação, por trazer para ao debate o enfrentamento dos processos de violência pelos quais passam as personagens femininas negras, como reflexo da mesma violência sofrida por essas mulheres ao longo da história nacional.

Para Souza (2018), a escrevivência representa a chave analítica por meio da qual escritoras negras estabelecem paradigmas de leitura de seus textos, afastados

¹⁰ Livia Maria Natália de Souza é Professora da Universidade Federal da Bahia, onde cursou a graduação em Letras e o Mestrado e o Doutorado em Teorias e Crítica da Literatura e da Cultura. Coordena os grupos de pesquisa Derivas da Subjetividade na Escrita Contemporânea, no qual pesquisa literatura contemporânea escrita em Blogues, e Corpus Dissidente: Poéticas da Subalternidade em escritas e estéticas da diferença, no qual se dedica a estudar a Literatura Negra escrita por mulheres no Brasil e nos PALOP, com recorte em gênero, raça e sexualidades.

daqueles estabelecidos pela literatura grande, nas palavras de Deleuze e Guatarri (1977). Esses paradigmas de leitura estão ancorados no lugar de fala de mulher negra na sociedade brasileira e, portanto, representam a contranarrativa ao sistema literário.

Exemplo desse paradigma de leitura se encontra em Regina Anastácia, última narrativa da obra analisada. Aos noventa e um anos, Regina Anastácia fala de como tomou para si o seu destino e deu o rumo que quis à vida. A narradora está diante de uma mulher negra, de origem humilde, vinda de uma família na qual a força de trabalho e o poder de reunião se concentrava na figura materna. Ao se apresentar à narradora, desperta respeito e admiração “Assim que ouvi essas primeiras palavras de Anastácia e contemplei seu porte tão altivo, fui tomada por uma enorme emoção. Agradei a vida por me oferecer momentos tão raros.” (EVARISTO, 2011, p. 106).

Diante de uma mulher altiva, que aos noventa e um anos, falava de si, a narradora contempla aquela a quem chama de rainha e segue, “Continuou a voz magestal, narrando uma história particular de vida, na qual, em muitas passagens, eu escutava não só a dela, mas também de muitas mulheres de meu clã familiar.” (EVARISTO, 2011, p. 107). Há nesse trecho o entrelaçamento de histórias da própria Evaristo com as da narradora e da personagem Regina Anastácia.

Para falar da resistência de sua família diante do poderio da família D’Antanho, Anastácia invoca a presença de sua mãe e a força que vinha dos seus antepassados, “principalmente das mulheres, desde lá. E, feito a galinha que de grão em grão se sacia, a velha Saíba se fez” (EVARISTO, 2011, p. 112) Aspectos que remontam ao depoimento de Evaristo sobre o seu núcleo familiar na infância em Belo Horizonte, na qual a mãe e as tias reuniam todos da casa, por meio do trabalho e da leitura.

Importante a relação estabelecida com exemplos das lembranças de outras rainhas, para construir o argumento de resistência feminina negra e mergulhar na retomada da ancestralidade. Nesse ponto da narrativa se percebe o entrecruzamento de nomes que transitam por espaços culturais, religiosos, acadêmicos para, juntamente com as experiências de Regina Anastácia, comporem a escrevivência.

Regina Anastácia se anunciava, anunciando a presença da rainha Anastácia frente a frente comigo.

Lembranças de outras rainhas me vieram à mente: Mãe Menininha de Gatois, Mãe Menininha d’Oxum, as rainhas das Congadas [...] Clementina de Jesus, D. Ivone Lara, Lia de Itamaracá, Léa Garcia, Ruth de Souza, a Sra. Laurinda Natividade, a Prof^a Efigência Carlos, D Iraci Clarindo Fidelis, Toni Morrison, Nina Simone... E ainda várias mulheres, minhas irmãs do outro lado do Atlântico. (EVARISTO, 2011, p. 107)

No fragmento destacado acima, ao se referir às rainhas, a narradora elenca aquelas portadoras de um contra-discurso interseccionado por gênero, raça e classe, uma vez que são mulheres negras distintas da figura da realeza construída a partir do discurso eurocêntrico. Estabelece um rol de rainhas a partir das quais retoma a memória apagada da história de mulheres que atuaram ou atuam no cotidiano e que permanecem invisibilizadas. Rainhas que remetem à ancestralidade africana para compor a identidade da mulher negra, que luta e resiste às opressões, como a própria Rainha Anastácia¹¹. Nesse sentido, emergem na narrativa de Evaristo as memórias e histórias apagadas na narrativa oficial brasileira como características da escrevivência.

E segue “Não pude deixar de me levantar e, respeitosamente, beijar a mão daquela mais velha, contemporânea de minha mãe, Joana Josefina Evaristo, tão rainha quanto ela.” (EVARISTO, 2011, p.107). Nesse fragmento, a autora insere sua mãe no rol de rainhas dignas de respeito e admiração e cumpre a fala da apresentação da obra ao afirmar que inventa histórias e que elas se confundem com as suas próprias.

Ao fazer o resgate dessas rainhas, a obra insere na escrevivência os rastros da ancestralidade africana. Essa escrevivência se revela na presença de mulheres que, assim como a rainha Anastácia, enfrentaram a violência no sentido de construir a identidade de mulher negra que afrontava a narrativa hegemônica.

Escrevivência é, portanto, a “dicção específica” de que fala Souza (2018) por meio da qual são instalados novos paradigmas de leitura dos textos. Na escrita de Evaristo, esse paradigma diz respeito ao deslocamento das narrativas para o ponto de vista da mulher negra, seja como autora, narradora ou personagens.

Para chegarmos ao termo ancestralidade e considerarmos que na escrevivência se encontram seus rastros, recorreremos às importantes considerações

¹¹ A história de Anastácia começa em 9 de abril de 1740, com a chegada no Rio de Janeiro do navio negreiro “Madalena” vindo da África. No carregamento havia 112 negros Bantus, originários do Congo, para serem vendidos como escravos. Entre eles, estava Delminda, mãe de Anastácia, que foi arrematada por mil réis. Estuprada, engravidou de um homem branco, motivo pelo qual Anastácia, sua filha, nasceu com os olhos azuis. Representada como uma mulher forte e guerreira, Anastácia era conhecida por reagir e lutar contra a opressão do sistema escravista. Condenada a usar uma máscara, que só era retirada durante as refeições e debilitada devido aos castigos impostos, morreu jovem. Foi velada e enterrada como liberta. Parte da história de Anastácia foi recuperada em 1968, quando a Igreja do Rosário, no Rio de Janeiro, fez uma exposição em homenagem aos 90 anos da Abolição. Cultuada como santa, sem contudo, ser reconhecida pela igreja, a história de Anastácia representa uma capítulo da narrativa de mulheres negras mantidas no silêncio. Disponível em: <https://ceert.org.br/noticias/historia-cultura-arte/3526/anastacia-resistencia-negra-santificada>.

de Hampaté Bâ (2010) no livro *História Geral da África I: metodologia e pré-história da África*. Escritor e etnólogo maliano, que se dedicou à classificação de arquivos acumulados ao longo da vida sobre as tradições orais da África Ocidental, trata dos aspectos internos à tradição oral africana, desmistificando conceitos acerca da oralidade tomados a partir da matriz eurocêntrica de conhecimento.

Em “A tradição viva”, Bâ (2010) nos traz importantes informações acerca da tradição oral africana, que se encontrava na década de 1980, no que o etnólogo chama de última geração de grandes depositários do conhecimento. Como parte de um trabalho editado em parceria com a UNESCO, MEC e UFSCar, Bâ (2010) estabelece o esforço para que se possa compreender a tradição oral africana desvinculada da percepção eurocêntrica, para a qual o conhecimento escrito tem precedência sobre o oral. Como assevera Bâ (2010), engana-se quem considera que a tradição oral africana se limita a lendas, mitologias ou relatos de cunho pitoresco.

Quando falamos de tradição em relação à história africana, referimo-nos à tradição oral, e nenhuma tentativa de penetrar a história e o espírito dos povos africanos terá validade a menos que se apóie nessa herança de conhecimentos de toda espécie, pacientemente transmitidos de boca a ouvido, de mestre a discípulo, ao longo dos séculos. Essa herança ainda não se perdeu e reside na memória da última geração de grandes depositários, de quem se pode dizer são a memória viva da África. (BÂ, 2010, p. 168)

Essa memória viva de conhecimentos, passada de geração à geração, é reforçada pela ancestralidade e por uma íntima ligação entre a palavra e a própria existência do homem africano. Bâ (2010) afirma que tradição oral é a própria escala da vida, que relaciona e recupera os aspectos materiais e espirituais:

Ela é ao mesmo tempo religião, conhecimento, ciência natural, iniciação à arte, história, divertimento e recreação [...] Ela envolve [...] uma presença particular no mundo - um mundo concebido como um Todo, onde todas as coisas se religam e interagem.
A tradição oral baseia-se numa certa concepção do homem, do seu lugar e do seu papel. (BÂ, 2010, p. 169)

Os depositários da herança oral, responsáveis por transmitir esses conhecimentos, chamados de Tradicionalistas, têm nomenclatura específica, a depender da região onde se encontram e dos ofícios desempenhados. Para o presente trabalho, interessam-nos os Griots, por serem os responsáveis pelos contos e histórias, que andam livremente pelos países e se ligam a famílias.

A tradição lhes confere um status social especial. Com efeito, contrariamente aos Horon (nobres), têm o direito de ser cínicos e gozam de liberdade de falar. Podem manifestar-se à vontade, até mesmo impudentemente e, às vezes, chegam a troçar das coisas mais sérias e sagradas, sem que isso acarrete graves consequências. Não tem compromisso algum em guardar respeito absoluto para com a verdade. (BÁ, 2010, p. 193)

A escrevivência de que fala Evaristo encontra semelhanças com a lida contínua dos Griots de recolher e passar adiante as histórias recolhidas da oralidade. À maneira dos Griots, Evaristo transita livremente, recolhendo, criando e transmitindo as histórias que remontam a ancestrais, a famílias específicas, a localidades. O acúmulo de experiências e o comprometimento entre o vivido e o escrito de que fala Conceição Evaristo apontam para a ato premeditado de criar as insubmissas lágrimas. Na estrutura ficcional da obra analisada, temos a narradora que, assim como os Griots, recolhe relatos da oralidade e os passa adiante. Ao longo do processo criativo temos uma narradora e treze personagens que se identificam entre si como iguais. “Quando cheguei à casa de Aramides Florença minha igual, estava sentada em uma pequena cadeira” (EVARISTO, 2011, p. 11). Sobre o exercício de escrita, permeado pela memória, afirma:

[...] o que a minha memória escreveu em mim e sobre mim, mesmo que toda a paisagem externa tenha sofrido uma profunda transformação, as lembranças, mesmo que esfiapadas, sobrevivem. E na tentativa de recompor esse tecido esgarçado ao longo do tempo, escrevo. Escrevo sabendo que estou perseguindo uma sombra, um vestígio talvez. E como a memória é também vítima do esquecimento, invento, invento. Inventei. (EVARISTO, 2005)

Ao longo de entrevistas ou depoimentos, Evaristo refere-se às suas personagens como suas parentes. As lembranças do cotidiano dessas mulheres-irmãs formam o tecido da narrativa por meio do qual é traçado o caminho de volta à ancestralidade.

Entre o esquecimento e a memória reside a invenção. Tenho dito que muito invento [...] De alguns gosto tanto, que de tanto gostar, esses parentes, principalmente as mulheres, muitas vezes se assemelham a mim. Muitas vezes, Maria Nova de Becos da Memória e Querença, a menina-neta de “Duzu/Querença”, são confundidas comigo. Legítima confusão. Mas é só (con) fusão. São minhas parentas muito próximas, não nego, mas daí dizer que eu sou elas, não posso. Na invenção delas há outra história. A da ficção. (EVARISTO, 2013, p. 160)

Os relatos das personagens partem das memórias de violência para representar nas palavras de Pollak (1989) as lembranças dissidentes que esperaram para romper o silêncio como forma de resistência.

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis. (POLLAK, 1989, p. 7)

Em *Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade*, enquanto pesquisadora, Evaristo (1996, p. 24) afirma que “a literatura negra é um lugar de memória”. Esse lugar de memória está presente no percurso estético da escritora, que ao longo de sua escritura, recorre às memórias de suas iguais para compor, no presente da narrativa, a teia de enfrentamento à violência. A memória remonta à ancestralidade, tanto materializada especificamente na narrativa de Regina Anastácia, quanto nos depoimentos de Evaristo ao se reportar sempre àquelas transfiguradas esteticamente ao longo de sua criação literária.

É a partir das memórias de violência que se constrói a teia narrativa em torno de personagens femininas negras e periféricas na obra analisada. Nesse sentido, o entrecruzamento das experiências de autora-narradora-personagens, próprio da escrevivência, representa a tentativa consciente de reforçar o que Evaristo chamou de auto-inserção da mulher negra no mundo e traz consigo novas possibilidades de existência desses sujeitos.

Ao trazer um questionamento à história oficial e constituir a memória e a criação poética como reescritas dessas histórias obliteradas, a noção de escrevivência age como instância ética, estética e poética, pois dá vazão à mudança de perspectiva por meio do processo criativo. O sujeito autoral que se inscreve no texto[...] e as narrativas discordantes das histórias oficiais, [...] amalgamam-se na constituição de universos de significados e sistemas simbólicos alternativos, possibilitando novos olhares para os acontecimentos ou, ainda, a própria criação, no sentido ético, de novas maneiras de existir. (BAROSSÍ, 2017, p. 34)

Para reescrever as histórias esquecidas das mulheres negras, Evaristo recorre à ancestralidade como exercício de resgate das narrativas mantidas intencionalmente no espaço do não-dito. Recorre não só às iguais de sua própria família, como a mãe e as tias, ou às vizinhas, mas também às divindades e mitos da matriz africana para

ecoar as vozes-mulheres. “Toda a minha escrita, poemas, contos, romances e até ensaios cumprem um ato de escrevivência. Assim como algumas das histórias escutadas no interior de minha família foram apropriadas como material narrativo para a escrita (EVARISTO, 2013, p. 163).

Assim, ao afirmar que suas narrativas partem do acúmulo de experiências e se comprometem com o movimento entre o vivido e o escrito, entende-se que na escrevivência se encontram rastros da ancestralidade.

No artigo *Em busca dos rastros perdidos na memória ancestral: um estudo de um defeito de cor*, de Ana Maria Gonçalves, Bernd (2012) chama a atenção para a participação da mulher na produção literária nas duas últimas décadas. Para Bernd:

[...] essas vozes, quase ausentes do panorama da literatura afro-brasileira, não apenas tornam-se audíveis como adquirem grande força expressiva por apresentarem fragmentos da história do negro nas Américas a partir do ponto de vista da mulher. (BERND, 2012, p. 29)

Ao apresentar *Um defeito de cor*, destaca o pioneirismo da obra por se tratar da primeira saga a narrar a condição de escravizados africanos a partir do ponto de vista das mulheres. Parte dessa história emerge agora [...], revivificada pela enunciação feminina e pela astuciosa recuperação dos vestígios, dos rastros e das marcas conservadas na tradição oral e recuperada pelos testemunhos inscritos na memória coletiva de várias gerações. (BERND, 2012, p. 30).

Bernd (2012) enumera características próprias da escritura feminina de autoria negra, entre as quais o rastreio de fragmentos de memória deixados como herança das antepassadas e a construção de uma identidade a partir das origens africanas. Nesse sentido, a memória e a ancestralidade compõem a base dessa escritura e apontam para uma narrativa que preenche os espaços vazios provocados pelo silenciamento do sistema literário no que se refere à presença das personagens negras.

A palavra poética, melhor do que qualquer outra, deixa emergir o tempo do esquecimento, liberando o que ficou retido nos desvãos da história e nos descaminhos da memória. Não são as ideologias nem as mídias que desvelam o “espírito do tempo”: somente as sensibilidades compartilhadas e as cumplicidades delimitam o espaço privilegiado onde os nós da memória poderão enfim ser desatados. (BERND, 2012, p. 32)

Em *Insubmissas lágrimas* identificamos essas sensibilidades compartilhadas, nos relatos de violência trazidos à tona pelas próprias mulheres violentadas. São os

vestígios da dor que dão forma às narrativas, ativando memórias, que remontam à violência por que têm passado as mulheres negras, ao longo da história.

Em algumas narrativas, essas memórias partem das ancestrais africanas. Adelha Santana Limoeiro, quem a narradora afirma ser Nanã, mito nagô representado por uma mulher velha. “Adelha Santana Limoeiro é Nanã, aquela que conhece o limo, a lama, o lodo, onde estão os mortos. Santana, Nanã, Limo (eiro).”(EVARISTO, 2011, p. 33) Em Regina Anastácia, a quem a narradora chama de rainha e repete o gesto de reverência, beijando-lhes as mãos, mitos e divindades africanas se juntam à Joana Josefina Evaristo, mãe de Conceição

Há por parte da narradora a preocupação em recolher os relatos das personagens e, em determinados momentos entrelaçá-los uns nos outros. Acerca da narradora e de como ela cria uma teia narrativa em torno de diversas personagens trataremos no item subsequente. Na obra analisada, a narradora não vivencia o momento da violência. Em cada narrativa, as histórias são relatadas à narradora pelas personagens femininas, o que nos remete à ancestralidade africana e sua profunda relação com as narrativas orais transmitidas de pessoa a pessoa ao longo do tempo. Retomando a expressão de Bernd (2012), podemos afirmar que as “sensibilidades compartilhadas” entre personagens, narradora e autora representam os rastros de ancestralidade que perpassam a escrevivência.

Esses rastros de ancestralidade constituintes da escrevivência apontam para uma narradora empática que, portanto, se afasta da concepção eurocêntrica do narrar e se liga à concepção da narrativa oral da ancestralidade africana. Aproximação que a própria Evaristo afirma ao se referir à relação corpo-palavra, como opção estética que a vincula profundamente às culturas orais de matriz africana.

3 INSUBMISSAS NARRATIVAS: UMA ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO NARRATIVA DE PERSONAGENS NEGRAS EM INSUBMISSAS LÁGRIMAS DE MULHERES

A construção narrativa em *Insubmissas lágrimas* em torno de uma narradora única para todos os contos se apresenta como ferramenta utilizada por Evaristo para compor o projeto premeditado de resistência e enfrentamento de personagens femininas negras.

Uma narradora que transita por todos os contos e recolhe relatos de personagens com as quais se identifica, recorre à oralidade e à ancestralidade para construir a teia narrativa de resistência e enfrentamento das personagens femininas negras.

3.1 A narradora em *Insubmissas lágrimas de mulheres*: descentramento narrativo para o enfrentamento de opressões

No ensaio *O que é contemporâneo?*, Giorgio Agamben (2009) nos fala da atitude contemporânea do homem perante o seu tempo. Ao tratar do que chama de a experiência contemporânea, o filósofo italiano enfatiza que essa experiência se encontra além da situação cronológica no agora. Segundo Agamben (2009), o homem contemporâneo é aquele que pertence irrevogavelmente a seu tempo, e, no entanto, não se encerra nele.

Vivendo no agora, o homem contemporâneo exerce sua capacidade de se voltar para o passado numa atitude crítica, em busca do que ele chama de fraturas históricas. Do olhar para o passado à projeção desse olhar para o futuro, sem as idealizações de que como humano resolverá todos as fraturas, resulta a diacronia, marca da contemporaneidade. Para o autor:

A contemporaneidade é, portanto, uma singular relação com o próprio tempo, que adere a este e, ao mesmo tempo, dele toma distâncias [...] através de uma dissociação e de um anacronismo. Aqueles que coincidem muito plenamente com a época, que em todos os aspectos a esta aderem perfeitamente, não são contemporâneos porque, exatamente por isso, não conseguem vê-la, não conseguem manter fixo o olhar sobre ela. (AGAMBEN, 2009, p. 59)

Contemporâneo é aquele que, pertencendo a seu tempo, mantém o olhar fixo sobre ele para percebê-lo além do que se apresenta no agora. Assim, a capacidade

de interpretação do homem contemporâneo se pauta no movimento de se voltar ao passado e lançar o olhar para o futuro, a partir de uma fratura no tempo. É próprio do contemporâneo buscar nessas fraturas no tempo, nas lacunas presentes nas narrativas, o exercício de possibilidades não reveladas pela história e denunciar essas obscuridades no presente e para o futuro.

Para Agamben (2009), o contemporâneo, fixado no presente, divide e interpola o tempo, sendo, portanto, capaz de interpretá-lo e relacioná-lo a outros tempos. Desse movimento resulta a capacidade de conviver com a descontinuidade. O homem contemporâneo mantém, assim, um olhar sobre o tempo em uma atitude anacrônica, capaz de “nele ler de modo inédito a história, de citá-la segundo uma necessidade que não vem de maneira nenhuma de seu arbítrio, mas de uma exigência [...]” (AGAMBEN, 2009, p. 72).

Desse modo, a contemporaneidade é marcada pelo incômodo humano ao se perceber no presente, comprometido com o caráter reflexivo e inquieto frente a uma percepção que não coaduna com as inconsistências desse presente. Desse incômodo resulta o movimento de aderência e de distanciamento em relação ao tempo.

A narrativa de Evaristo se enquadra na contemporaneidade pelo caráter temporal, mas, sobretudo, pelo incômodo diante de um sistema literário conformado com estereótipos reprodutores de um sistema opressivo, no qual a imagem da mulher negra é construída a partir do que a autora chama de diferença negativa.

A literatura brasileira, desde a sua formação até a contemporaneidade apresenta um discurso que insiste em proclamar, em instituir uma diferença negativa para a mulher negra. A representação literária da mulher negra ainda surge ancorada nas imagens de seu passado escravo, de corpo-procriação e/ou corpo-objeto de prazer do macho senhor. Interessante observar que determinados estereótipos de negros/as, veiculados no discurso literário brasileiro, são encontrados desde o período da literatura colonial. (EVARISTO, 2004, p. 52)

Ao fazer o recorte da produção literária brasileira a partir da década de 1960, Schollammer (2009), em “O que significa literatura contemporânea?” retoma o conceito de contemporaneidade proposto por Agamben. Para o pesquisador, a literatura contemporânea é assim enquadrada, não pelo caráter temporal, mas pelo sentimento de inadequação com o presente no qual se encontra. Para Schollammer (2009), a literatura contemporânea representa a atualidade.

[...] por uma estranheza histórica, que a faz perceber as zonas marginais e obscuras do presente, que se afastam de sua lógica. Ser contemporâneo é

[...] ter coragem de se comprometer com um presente com o qual não é possível coincidir. (SCHOLLAMMER, 2009, p. 10)

Enfatiza a necessidade de o escritor contemporâneo em se relacionar com sua realidade histórica para denunciá-la. O contemporâneo tem urgência em tratar de temas silenciados, tanto pela narrativa de nação, quanto pela literatura, como mecanismo de construção dessa narrativa única. Nesse sentido, a escrita de Evaristo, que denuncia o silêncio diante de mulheres espancadas, estupradas, assediadas, abandonadas pelas famílias, e que continuaram suas histórias para construir narrativas de insubmissão, representa a um só tempo, a necessidade de denúncia de uma realidade histórica vivida por essas mulheres e a urgência em fazer com que elas ocupem seus espaços de fala e representação.

Evaristo (2014) afirma em entrevista que a escrita de *Insubmissas lágrimas* fora parte de um projeto premeditado, no sentido de salvar as personagens femininas da morte. Partindo desse sentido de premeditação da obra, chegamos à narradora como recurso narrativo por meio do qual se estabelece a teia de enfrentamento à opressão vivenciada por mulheres.

Cortázar (1993), ao falar sobre o conto a partir da produção latino-americana, destaca o que chama de aspectos estruturantes desse gênero. Ao propor uma analogia entre o conto e o romance, lembra-nos que, enquanto o romance se desenvolve no papel, e, conseqüentemente, no tempo da leitura, cabendo-lhe expandir-se ou não, por meio da criação narrativa, ao conto se impõe o limite físico e a narrativa condensada, na qual se estabelece uma tensão que lhe é própria. Nas palavras do autor, o conto se caracteriza por ser “incisivo, mordente, sem trégua desde as primeiras frases.” (CORTÁZAR, 1993, p. 152). Acerca dessas narrativas condensadas, afirma que “são aglutinantes de uma realidade infinitamente mais vasta que a do seu mero argumento, e que por isso influíram em nós com uma força que nos faria suspeitar da modéstia do seu conteúdo aparente, da brevidade do seu texto. (CORTÁZAR, 1993, p. 155).

Seja nos dados catalográficos da primeira edição, em 2011 pela Editora Nandyala, como na edição comemorativa aos 70 anos de Evaristo, em 2016, pela Malê; seja nos vários trabalhos acadêmicos, dissertações, teses e artigos publicados em revistas científicas, as narrativas que compõem a obra em análise estão enquadradas na categoria de conto. Interessa-nos a construção da narradora proposta por Evaristo, uma vez que, distintamente do que a teoria narrativa do conto

estabelece, nesta obra temos treze narrativas e apenas uma narradora, responsável por aproximar personagens de narrativas diversas. Desse modo, a narradora extrapola os limites estruturais da narrativa para compor uma contra-narrativa de enfrentamento sobre a qual trataremos detalhadamente adiante.

A narradora de *Insubmissas lágrimas* reafirma Cortázar sobre as narrativas aglutinantes de realidades muito mais vastas, como quando aponta “a história de Natalina Soledad era muito maior e, como as outras, escolhi só alguns fatos. Repito, elegi e registrei aqui somente essas passagens” (EVARISTO, 2011, p. 19). Neste conto, conhecemos a história de uma mulher que decide se autonear. Há por trás da escolha de um nome diverso daquele do batismo uma narrativa muito maior, ancorada no machismo, no patriarcalismo e na manifesta violência psicológica. Nascida a sétima filha em uma família de homens, aquela criança não foi bem recebida pelo pai, nem encontrou o carinho do colo da mãe.

O registro da filha com o nome de Troçoléia Malvina Silveira aponta para a violência psicológica com a qual a personagem conviveu e a partir da qual criou mecanismos de defesa. Exigiu que a chamassem pelo nome completo e, muito embora tivesse consciência de que poderia trocar o nome vexatório desde a maioridade, Troçoléia o manteve como forma de obrigar a família a conviver com sua presença e com o incômodo gerado. A troca de nome como argumento para a narrativa nos revela o percurso de resistência e enfrentamento percorrido pela personagem. Nas palavras da narradora, os anos se passaram “e nas diversas andanças do tempo sobre o corpo dela, muitos acontecimentos”, até que a mulher Silveirinha decidisse ir até o cartório para cumprir seu desejo de se autonear.

Ao tratar do conto como narrativa a qual se impõe o limite físico, Cortázar (1993) se refere, especificamente à extensão da narrativa que o distinguia do romance e da novela. O limite espacial da narrativa interessa a esta pesquisa para tratarmos da narradora construída por Evaristo, como elemento que extrapola a estrutura narrativa e estabelece relações entre personagens e seus relatos.

A partir de uma narradora-ouvinte, cria-se uma teia narrativa que reúne as personagens femininas. As personagens centrais das treze narrativas se conectam por meio do trânsito da narradora como, por exemplo, quando aproxima Maria do Rosário e Natalina Soledad, duas mulheres que falam de suas relações desconfortáveis com os próprios nomes. Ao chegar à casa de Maria do Rosário para escutar a história de uma mulher descontente com o próprio nome, a narradora

conecta essas duas personagens ao afirmar: “me lembrei da mulher que havia criado um nome para si própria. Tive vontade de contar a história de Natalina Soledad, mas, naquele momento, o meu prazer era o da escuta.” (EVARISTO, 2011, p. 44)

Em *O narrador na literatura brasileira contemporânea*, Ginzburg (2012) estabelece o recorte na produção literária brasileira de 1960 até a atualidade, a fim de tratar do narrador contemporâneo. Para o autor, esse narrador se encontra inserido em um contexto de criação a partir do qual novas percepções são agregadas a temas silenciados pela tradição literária.

Para falar do narrador contemporâneo e de suas estratégias, que se afastam daquele tradicional e se apresentam na multiplicidade do texto e de seus desdobramentos, Dalcastagnè afirma que:

O narrador tradicional não nos daria tanto espaço para questionamentos. Até porque sua presença no texto não estava em questão. Com visão e conhecimentos superiores, era dono absoluto do enredo e do destino das personagens. Sabia, esse era o seu poder. No entanto, cada vez mais, duvidamos [...] e reconhecemos que entre nós e o narrado, existe um intermediário, ou dois, ou vários. (DALCASTAGNÈ, 2012, p. 93)

Corroborando o pensamento de Ginzburg (2012) e Dalcastagnè (2012), ao falar de uma produção literária que desafia a historiografia e a crítica, conformadas com os valores canônicos, autoras como Evaristo.

[...] se afastam de uma tradição brasileira, no interior da qual é necessária uma presença (como personagem ou narrador) que corresponde, no todo ou em parte, aos valores da cultura patriarcal. Esse modelo prioriza homens brancos, de classe média ou alta, adeptos de uma religião legitimada socialmente, heterossexuais, adultos e aptos a dar ordens e sustentar regras. (GINZBURG, 2012, p. 200)

As Insubmissas lágrimas representam o desafio a esses valores. Ao apresentar narrativas de enfrentamento, no que diz respeito à construção das personagens femininas e, sobretudo, à narradora e ao modo como ela relaciona tais narrativas, Evaristo expõe sua escrita afastada de uma tradição ancorada nos valores da cultura patriarcal.

De acordo com Ginzburg (2012), está presente na narrativa contemporânea um movimento de desrecalque histórico, a partir do qual escritores destacam elementos narrativos para o enfrentamento ao sistema patriarcal. Nesse sentido, nos apresenta em seu texto o que ele chama de narradores descentrados.

[...] na contemporaneidade, haveria uma presença recorrente de narradores descentrados. O centro, nesse caso, é entendido como um conjunto de campos dominantes na história social – a política conservadora, a cultura patriarcal, o autoritarismo de Estado, a repressão continuada, a defesa de ideologias voltadas para o machismo, o racismo, a pureza étnica, a heteronormatividade, a desigualdade econômica, entre outros. O descentramento seria compreendido como um conjunto de forças voltadas contra a exclusão social, política e econômica. (GINSBURG, 2012, p. 201)

A narradora de *Insubmissas lágrimas* se caracteriza, assim, como descentrada, uma vez que, ao longo das narrativas, fica evidente seu percurso de enfrentamento, nas palavras de Ginzburg (2012), à cultura patriarcal e às ideologias voltadas ao machismo, ao racismo e à heteronormatividade.

Por esse descentramento, nos apresenta narrativas como a de Natalina Soledad. “Natalina Soledad, a mulher que havia criado o seu próprio nome, provocou o meu desejo de escuta, justamente pelo fato de ela ter conseguido se autoneamar.” (EVARISTO, 2011, p. 19) Inconformado por ser pai de uma mulher e assim ter quebrado a tradição de homens herdada de seus ancestrais, batizou a filha com o nome de Troçoléia Malvina Silveira.

E ele, o neto mais velho, que tanto queria retomar a façanha do avô, via agora um troço menina que vinha ser sua filha. Traição do seu corpo? Ou, quem sabe, do corpo de sua mulher? Traição, traição de primeira. De seu corpo não poderia ser, de sua rija semente, jamais brotaria uma coisa menina. Sua mulher devia ter se metido com alguém e ali estava a prova. Uma menina! Só podia ser filha de outro! (EVARISTO, 2011, p. 20)

À coisa menina foi dado o nome paterno para evitar vergonhas maiores. “Solitária, aprendera quase tudo por si mesma.” (EVARISTO, 2011, p. 21). A narradora afirma que “Cultivar um sentimento de desprezo pelos pais, na mesma proporção em que eles não lhe ofereciam nenhum abraço de resguardo, se tornou, para a menina Silveira, um modo simultâneo de ataque e de defesa” (EVARISTO, 2011, p. 22). A autoneamação de Natalina Soledad nos remete à Collins [...] e à sua leitura de como a mulher pode se valer de seu lugar exclusão para enfrentá-lo. Ao insistir em se apresentar e ser chamada pelo nome de batismo, Troçoleia Malvina Silveira, impôs aos pais “o doloroso incômodo que o nascimento dela havia causado”, sem contudo, deixar de perseguir o seu único desejo, nas palavras da narradora, que era o de se rebatizar e se autoneamar.

Na narrativa de Natalina Soledad se configura o confronto das tradições conservadoras, as quais se refere Ginzburg (2012). Para o autor, a contemporaneidade corresponde a:

[...] um período em que parte da produção literária decidiu confrontar com vigor tradições conservadoras no país, em favor de perspectivas renovadoras. A generalização, neste raciocínio, não significa de modo algum totalização, universalidade ou essencialismo. Trata-se de avaliar um processo histórico, em que a recorrência de alguns recursos de escrita pode ter um significado político, crítico e afirmativo. (GINZBURG, 2012, p. 201)

Há na construção narrativa proposta por Evaristo, o significado político, crítico e afirmativo de que fala Ginzburg (2012). Político, no sentido de que a autonegação representa a insubmissão perante o poder do patriarcado. Crítico, pois a narrativa se vale do lugar social da filha humilhada em seu registro e batismo. Afirmativo, uma vez que para alcançar o propósito de inventar outro nome para si, Natalina decide “esgotar, acabar, triturar, esfarinhar aquele que haviam lhe imposto”. (EVARISTO, 2011, p. 23).

Na narrativa em questão, desejar e conseguir a troca do nome de sentido vexatório nos aponta para o enfrentamento que perpassa o texto. O jogo de deslocamento da autoridade patriarcal, que impõe o nome humilhante à filha exclusivamente por ser mulher, revela-se no modo como essa personagem feminina se apropria daquele nome, e o transforma no incômodo aos pais, ao fazer questão de ser apresentada pelo nome de batismo. Desse jogo de resistência e enfrentamento vivido por Natalina Soledad, até o momento de troca do nome, resulta o confronto das tradições conservadoras patriarcais, representadas na atitude do pai perante a filha.

Segundo Ginzburg (2012), é a partir do descentramento dos narradores contemporâneos que as narrativas apontam para perspectivas renovadoras.

Para fazer isso, cabe examinar como temas e formas se relacionam, entendendo que o deslocamento com relação aos princípios tradicionais de autoridade social, que estruturam o patriarcado, é um movimento de escolha de temas, questões, e também de construção formal, em suma, de elaboração de linguagem. (GINZBURG, 2012, p. 201)

Nesse sentido, ainda tratando sobre descentramento dos narradores contemporâneos, em *Insubmissas lágrimas*, para confrontar as estruturas do patriarcado que violenta, invisibiliza e silencia mulheres, Evaristo cria uma narradora

única, que se afasta da narrativa eurocêntrica e se aproxima da tradição oral e da ancestralidade africana.

Em *A ascensão do romance*, Watt (2010) situa o romance no período realista e relaciona o público leitor burguês ao individualismo, que estabeleceria uma nova concepção das formas de narrar. Watt nos chama a atenção para o individualismo próprio do romance, em oposição às formas clássicas de narrativa, cujas origens remontam aos clássicos gregos. Nas palavras do autor, “O romance é a forma literária que reflete mais plenamente essa reorientação individualista e inovadora (WATT, 2010, I. 136).” Afastado dos modelos preestabelecidos, o romance se filia à originalidade e à experiência individual, como única. “Assim, o romance é o veículo literário lógico de uma cultura que, nos últimos séculos conferiu um valor sem precedentes à originalidade e à novidade.” (WATT, 2010, I. 141).

De acordo com o autor, é a partir do romance realista que se abandona a tradição coletiva pela individual; “o enredo envolveria pessoas específicas em circunstâncias específicas” (WATT, 2010, I. 183); as personagens passaram a ter nomes que lhes conferia identidade. Com a expansão desse gênero, sobretudo no século XIX, com o aumento de leitores entre a burguesia, conseqüentemente, o narrador se afasta daquele narrador das histórias recolhidas da oralidade e passa a se isolar na individualidade de sua narrativa. Surgem, então, a narrativa e o narrador burgueses. Quanto a esse narrador, se isola, não troca experiências, apenas relata os acontecimentos de modo distanciado.

Em *Insubmissas lágrimas*, Evaristo abandona esse narrador burguês em favor de uma narradora que sai à procura de histórias, como quando afirma ser “viciada em ouvir histórias alheias” (EVARISTO, 2011, p. 19). Diante de mulheres desconhecidas, a narradora se interessa em escutar seus relatos. Ficam evidentes tanto a aproximação quanto a identificação dessa narradora com as personagens. “Enquanto Lia Gabriel me narrava a história dela, a lembrança de Aramides se intrometeu entre nós duas” (EVARISTO, 2011, p. 81) Identificação revelada ao tratar as personagens como Aramides Florença como sua igual.

Essa narradora sai em busca de relatos para compor as narrativas, percorrendo cidades e lugarejos, a exemplo dos griots. Desse caminhar em busca de ouvir histórias se estabelece uma teia narrativa na qual se entrelaçam ancestralidade e escrevivência.

Ao longo das narrativas, percebe-se a recorrência a traços que remetem à ancestralidade das personagens e da própria narradora. Em Adelha Santana, a narradora recorre ao sincretismo para amalgamar a personagem às figuras de Santa Ana, avó de Jesus e Nanã, mito nagô. “Adelha Santana me causou a sensação de que já tínhamos nos encontrado um dia.” (EVARISTO, 2011, p. 32), muito embora nunca jamais tivesse saído de Córrego Feliz, a cidade onde nascera.

Misturando a fé, fiz o amálgama possível. Pisei nos dois terrenos, já que Nanã é também velha. Adelha Santana Limoeiro é Nanã, aquela que conhece o limo, a lama, o lodo, onde estão os mortos. Santana, Nanã, Limo (eiro). E depois desse reconhecimento, já é possível recontar a história que Santana me contou. (EVARISTO, 2011, p. 33)

Em Regina Anastácia, que era merecedora de toda reverência, ao se encontrar com a personagem título da narrativa, a narradora invoca a presença da Rainha Anastácia, e de outras mulheres a quem se refere como rainhas, representantes da tradição africana.

Regina Anastácia se anunciava, anunciando a presença de Rainha Anastácia frente a frente comigo.
Lembranças de outras rainhas me vieram à mente: Mãe Minininha do Gantois, Mãe Meninazinha D’Oxum, as Rainhas de Congadas [...] Toni Morrison, Nina Simone...E ainda várias mulheres, minhas irmãs do outro lado do Atlântico, que vi em Moçambique e no Senegal, pelas cidades e aldeias. (EVARISTO, 2011, p. 106-107)

Tradição que remonta à tapera onde se reuniam para cantar e dançar os homens e mulheres escravizados e que, com a assinatura da Lei Áurea, foi comprada para se transformar no “Clube Antes do sol se por”. Ao falar de sua chegada a Rios Fundos, Anastácia rememora fatos importantes ligados a este lugar de resistência. “No lugar alguns africanos e seus descendentes, ainda escravizados, se reuniam dançando e cantando.” (EVARISTO, 2011, p. 108) até antes do sol se por. Já à noite, “Zâmbi, Olorum, Exu, Ogum, Senhora do Rosário [...] dependendo da fé do fugitivo, cada um desse protetores ou todos juntos indicava qual o caminho daria na liberdade quilombola” (EVARISTO, 2011, p. 108).

Anastácia, assim como seus antepassados, vive experiências no espaço do clube e da igreja as quais considera importantes e que a mantém ligada à ancestralidade. Lá conheceu Jorge D’Antanho, com quem viveu por toda a vida e sobre quem vai falar ao longo da conversa com a narradora.

Fui coroada na capelinha, primeiro como Princesa e depois como Rainha Conga. O terreiro da Capela e do clube se misturam, é o lugar de nossas rezas, festas e danças. No mês de outubro, a festa do Rosário acontece ali.... Foi lá também que aconteceu o fato mais importante da minha vida - continuou a rainha -, que vou contar depois. (EVARISTO, 2011, p. 109)

Quanto à escrevivência, confirma-se nas palavras que finalizam a introdução do livro e que se confundem com as palavras da escritora e da narradora. “Entretanto, afirmo que, ao registrar estas histórias, continuo o premeditado ato de traçar uma escrevivência”. (EVARISTO, 2011, p. 9). Distintamente do narrador burguês, a narradora de *Insubmissas lágrimas* busca por histórias e vivências. Desse modo, a narrativa proposta por Evaristo (2011) se afasta da narrativa burguesa, centrada no narrador isolado em seu ato de narrar.

Enquanto Lia Gabriel me narrava a história dela, a lembrança de Aramides Florença se intrometeu entre nós duas. Não só a de Aramides, mas as de várias mulheres se confundiram em minha mente. por breve instante, me veio também a imagem de Mater Dolorosa e do filho de Deus pregado na cruz, ficções bíblicas a significar a fé de muitos. Outras deusas, mulheres salvadoras, procurando se desvencilhar da cruz, avultaram em minha memória, Aramides, Lia, Shirley, Isaltina, Daluz e muitas outras que desfiavam as contas de um infinito rosário de dor. (EVARISTO, 2011, p. 81)

A narradora confronta a concepção de narrador burguês ao se aproximar das personagens em busca da matéria narrativa. Por meio das lembranças dessas mulheres e, sobretudo, pela conversa compartilhada, a narradora de Evaristo retoma as tradições oral e coletiva por meio das quais, essas mulheres, suas iguais, “a partir de seus corpos mulheres concebem a sua própria ressurreição e persistem vivendo.” (EVARISTO, 2011, p. 81)

Em *Insubmissas lágrimas*, Evaristo exercita a noção de descentramento narrativo proposta por Ginzburg (2012). Ao extrapolar os limites da estrutura narrativa e aproximar personagens femininas negras por meio dos relatos de violência, fica evidente a intenção de confrontar o sistema literário, enquanto mecanismo de sustentação de tradições e de reprodução de estereótipos relativos à mulher negra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da construção narrativa da obra *Insubmissas lágrimas de mulheres* permitiu reflexões acerca do modo como se estabelece a resistência a esterótipos e o enfrentamento ao sistema patriarcal, eurocêntrico e colonial.

Ao fazer o recorte temporal, situando o feminismo como movimento político, foi estabelecido o contraponto à presença da mulher negra ao longo dos momentos. Ficou clara a tentativa, dentro do feminismo, de manutenção de mulheres negras invisibilizadas e silenciadas. Mulheres negras atuaram em todos os espaços de luta e ao longo de todo o movimento, em seus distintos momentos dentro do feminismo. Desde as lutas do operariado e pelo sufrágio universal, passando pelos debates contra a biologização da mulher e contra o binarismo, até chegar aos debates sobre a desconstrução do conceito monolítico de mulher. No entanto a crítica interna de feministas negras, quanto à invisibilidade dentro do movimento, surgido da necessidade de superação de desigualdades, trouxe à tona a agenda eurocêntrica e patriarcal de silenciamento e subalternização de corpos negros femininos.

A partir década de 1970, feministas negras reivindicam a necessidade de escreverem sobre si, uma vez que homens e mulheres brancos e homens negros cumpriam, a seu modo, nos espaços de poder, sociais e domésticos, a agenda de silenciamento e subalternização. Passam então a escrever e teorizar acerca das opressões sofridas a partir da lógica patriarcal que manteve mulheres negras invisíveis, tomadas como incapazes ou animalizadas. E o que se revela a partir de então é a atuação de mulheres negras contra as manifestações da opressão, como uma realidade obscurecida pelas narrativas históricas.

Conceição Evaristo experiencia o entrecruzamento de opressões de sexo, raça e classe. Vivencia a realidade da infância pobre da favela, onde conviveu com uma realidade de privações; enfrenta a resistência como a escritora negra, que mesmo depois de obter reconhecimento pelo público e de ganhar premiações literárias de destaque, continuou tendo que financiar parte de sua obra, a exemplo da que constitui o corpus da pesquisa.

A autora afirma que a escrita para a mulher negra significa ato de insubordinação. *Insubmissas lágrimas* é um exercício de insubordinação. Ao escolher treze personagens femininas que sobrevivem à violência e assumem o lugar de fala para denunciar os atos violentos, Evaristo subverte a lógica da opressão, uma vez que

as narrativas partem de onde inúmeras outras foram finalizadas. No texto de Evaristo, a violência é o ponto de partida para os relatos que nos apresentam mulheres insubmissas às opressões e que persistem vivendo. Revelam o enfrentamento ao padrão opressivo, que transita do mundo real para o ficcional, expondo o limite tênue entre a ficcionalidade e a realidade, característico da narrativa contemporânea.

Na apresentação do livro, a autora adverte que as histórias de Insubmissas lágrimas quase a pertencem, por se confundirem com as suas próprias. Oferece assim, uma chave de leitura para a escrevivência e coloca em evidência a autoafirmação da mulher negra na literatura. Nas insubmissas lágrimas de suas personagens, se encontra a voz de contestação, de quem, como mulher negra e periférica se encontra nas margens do campo literário e tem a legitimidade da produção estética questionada por padrões eurocêtricos, burgueses.

Com base na afirmação de que suas personagens nascem marcadas por sua condição de mulher negra, Evaristo dialoga com a necessidade de a literatura tratar das histórias locais. A partir de então o que se segue são os relatos daquelas mulheres suas iguais. Compartilham vivências e experiências de enfrentamento situadas às margens do sistema literário, responsável pela criação de estereótipos de invisibilização e silenciamento, sobretudo a partir do projeto de narrativa nacional.

Na (con) fusão das histórias das personagens com as suas próprias, Evaristo revela a premeditação do ato de tecer uma escrevivência. A partir dessa afirmação, a escrevivência se estabelece como a contranarrativa ao processo de branqueamento de personagens e ao mito da democracia racial. É pela escrevivência situada nos corpos negros, de mulheres periféricas, que a narrativa alcança a ancestralidade africana, resgatando as narrativas mantidas no espaço do não dito.

O locus enunciativo nos revela as hierarquias raciais, de classe e gênero, como ferramentas do sistema literário eurocentrado e patriarcal que, ao incidirem sobre os corpos de mulheres negras, cumprem a intenção de mantê-las subalternizadas. No entanto, em cada narrativa encontramos a resistência e o enfrentamento promovidos por personagens femininas, configurados na teia narrativa traçada desde a apresentação da obra como ato premeditado.

Em Insubmissas lágrimas evidencia-se não só o lugar social das personagens, mas também o lugar epistêmico, a partir do qual Evaristo se posiciona na contramão dos paradigmas hegemônicos do campo literário. Opta pela narradora que sai em busca de relatos orais por meio dos quais estabelece conexões com a ancestralidade

africana. Busca histórias locais de personagens a quem, tanto a autora quanto a narradora, consideram suas iguais. Extrapola os limites conceituais do gênero conto ao definir uma única narradora, que além de transitar pelas narrativas, coletando relatos, estabelece aproximações entre diversas personagens ficcionais e históricas responsáveis pelos rastros de ancestralidade na obra.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **O que é contemporâneo e outros ensaios**. Trad. Vinicius Nicastro Honesko. Chapecó-SC: Argos, 2009.
- AKOTIRENE, Carla. O que é interseccionalidade. *In*: RIBEIRO, Djamila (coord.). **Feminismos Plurais**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- BÂ, A. Hampaté. A tradição viva. KI-ZERBO, Joseph. **História geral da África, I: metodologia e pré-história da África**. 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010.
- BAROSSO, L. (Po)éticas da escrevivência. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, n. 51, p. 22-40, 7 maio 2017.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Fatos e mitos. Trad. Sérgio Milliet. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BERND, Zilé. Em busca dos rastros perdidos da memória ancestral: um estudo de um defeito de cor, de Ana Maria Gonçalves. **Estudos de literatura brasileira contemporânea**, n. 40, jul./dez. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S2316-40182012000200003&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 10 fev. 2020.
- BHABHA, H. K. **O Local da Cultura**. Trad. Miriam Avila, Eugenia Lourenço de Lima Reis, Glaucia Renata Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *In*: ASHOKA EMPREENDIMENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (org.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003.
- COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 01, p. 99-127, 2016. Disponível em: <https://goo.gl/RmjB7R>. Acesso em: 10 jan. 2019.
- COLLINS, Patrícia Hill. O que é um nome? Mulherismo feminismo negro e além disso. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 51, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/18094449201700510018>. Acesso em: 20 jan. 2010.
- CORTÁZAR, Júlio. **Valise de cronópio**. Trad. João Alexandre Barbosa, Davi Arrigucci Jr. São Paulo: Perspectiva, 1993. (Col. Debates.)

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos a gênero. **Revista Estudos feministas**, v. 10, n. 01, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2020.

DALCASTANGNÈ, Regina. Entre silêncios e estereótipos: relações raciais na literatura brasileira contemporânea. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, Brasília, n. 31, jan./jun. 2008. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9620/1/ARTIGO_SilencioEstereotiposRelacoes.pdf. Acesso em: 15 jan. 2019.

DALCASTANGNÈ, Regina. Imagens da mulher na narrativa brasileira. *In*: O eixo e a roda. **Revista de Literatura brasileira**, v. 15, 2017. Disponível em: http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/o_eixo_ea_roda/article/view/3267/3201. Acesso em: 15 mar. 2019.

DALCASTANGNÈ, Regina. **Literatura brasileira contemporânea: um território contestado**. Vinhedo: Editora Horizonte; Rio de Janeiro: Editora da Uerj, 2012.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, Raça e Classe**. Trad. Livre. [S.l.]: Plataforma Gueto, 2013.

DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Felix. **Kafka: por uma literatura menor**. Trad. Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Imago, 1977.

DICIONÁRIO Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2001.

DICIONÁRIO Priberam da Língua Portuguesa 2008-2013. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/pardo>. Acesso em: 09 maio 2019.

DUARTE, Constância Lima. **Gênero e violência na literatura afro-brasileira**. 2009. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/artigos/artigos-teorico-conceituais/47-constancia-lima-duarte-genero-e-violencia-na-literatura-afro-brasileira>. Acesso em: 10 ago. 2019.

EVARISTO, Conceição. **Da grafia-desenho de minha mãe: um dos lugares de nascimento de minha escrita**. 2005. Disponível em: <http://nossaescrivencia.blogspot.com/2012/08/da-grafia-desenho-de-minha-mae-um-dos.html>. Acesso em: 08 maio 2019.

EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. *In*: ALEXANDRE, Marcos Antônio (org.). **Representações performáticas Brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces**. Belo Horizonte: Mazza, 2007.

EVARISTO, Conceição. Conceição Evaristo por Conceição Evaristo. Depoimento concedido durante o I Colóquio de escritoras mineiras, em maio de 2009, na faculdade de Letras da UFMG. *In*: DUARTE, Eduardo Assis (coord.). **Literafro**: portal de literatura afro-brasileira. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/188-conceicao-evaristo>. Acesso em: 13 jan. 2019.

EVARISTO, Conceição. Conceição Evaristo por Conceição Evaristo. *In*: DUARTE, Constância Lima. (org.). **FALE**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

EVARISTO, Conceição. Da representação à auto-apresentação da Mulher Negra na Literatura Brasileira. **Revista Palmares**, ano 1, n. 01, p. 52–57, ago. 2005. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/sites/000/2/download/52%20a%2057.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2019.

EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma voz quilombola na literatura brasileira. *In*: PEREIRA, Edimilson de Almeida (org.). **Um tigre na floresta de signos**: estudos sobre poesia e demandas sociais no Brasil. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2010. p. 132-142.

EVARISTO, Conceição. Gênero e etnia: uma escrevivência em dupla face. *In*: MOREIRA, Nadilza Martins de Barros; SCHNEIDER, Liane (org.). **Mulheres no Mundo** – etnia, marginalidade e diáspora. João Pessoa: Idéia/Editora Universitária, 2005.

EVARISTO, Conceição. **Insubmissas lágrimas de mulheres**. 2. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2016.

EVARISTO, Conceição. Nos gritos D'Oxum quero entrelaçar minha escrevivência. *In*: DUARTE, Constância Lima; MAIA, Cláudia; ABREU, Laile Ribeiro de; BARROCA, Lara Cristina Silva; PERES, Maria de Fátima Moreira. (org.). **Arquivos femininos**: literatura, valores, sentidos. Florianópolis: Mulheres, 2014. 520 p.

EVARISTO, Conceição. **Conceição Evaristo por Conceição Evaristo**. Nossa Escrevivência. 2014. Disponível em: nossaescrevivencia.blogspot.com. Acesso em: 01 mar. 2019.

EVARISTO, Conceição. **É preciso questionar as regras que me fizeram ser reconhecida apenas aos 71 anos**. [Entrevista concedida a] Júlia Dias Carneiro. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43324948>. Acesso em: 10 mar. 2020.

EVARISTO, Conceição. **Insubmissas lágrimas de mulheres**. Belo Horizonte: Nandyala, 2011. (Col. Vozes da diáspora negra, v. 7).

EVARISTO, Conceição. Nos gritos d'Oxum quero entrelaçar a minha escrevivência. *In*: DUARTE, Constância Lima (org.). COLÓQUIO MULHERES EM LETRAS: escrituras, valores, sentidos, 5., 2013. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2013.

EVARISTO, Conceição. Literatura negra, feminismo negro e tradução: uma entrevista com Conceição Evaristo. *In: OLIVEIRA DE JESUS, Jessica F.; CASSILHAS, Fabrício Henrique Meneghelli; DOS SANTOS, Silvana Martins. Literatura negra, feminismo negro e tradução: uma entrevista com Conceição Evaristo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 26, n. 3, nov. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/57055>. Acesso em: 10 nov. 2019.*

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Movimentos feministas. *In: **Dicionário crítico do feminismo**. HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (org.). São Paulo: UNESP, 2009.*

GINZBURG, Jaime. O narrador na literatura contemporânea brasileira. *In: **Tintas: quaderni di litterature iberichi e iberoamericane**. 2012. vol 2. Disponível em: <https://riviste.unimi.it/index.php/tintas/article/viewFile/2790/2999>. Acesso em: 10 out. 2018.*

GONZALES, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. *In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 4., 1980, Rio de Janeiro. **Anais...** Grupo de trabalho Temas e Problemas da População Negra no Brasil. Rio de Janeiro: ANPOCS, 1980. p. 223 - 245.*

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**. ANPOCS, 1984. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf. Acesso em: 01 out. 2018.

HOOKS, Bell. Intelectuais negras. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 464-478, 1995.

HOOKS, Bell. **Não sou eu uma mulher**: mulheres negras e feminismo. Trad. Livre. [S./]: Plataforma Gueto. 2014.

JESUS, Jéssica Oliveira de; CASSILHAS, Fabrício Henrique Meneghelli; SANTOS, Silvana Martins dos. Literatura negra, feminismo negro e tradução: uma entrevista com Conceição Evaristo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 26, n. 03, 2018.

KATZ, Jonathan Ned. **A invenção da homossexualidade**. Trad. Clara Fernandes. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

KLINGER, Diana. A escrita de si como performance. **Revista brasileira de literatura comparada**, v.10, n. 12, 2008. Disponível em: <http://www.abralic.org.br/downloads/revistas/1415542249.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2020.

LIMA, Juliana Domingos de. Conceição Evaristo: minha escrita é contaminada pela condição de mulher negra. *In: Nexo*, maio 2017 Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2017/05/26/Concei%C3%A7%C3%A3o-Evaristo-%E2%80%98minha-escrita-%C3%A9-contaminada-pela-condi%C3%A7%C3%A3o-de-mulher-negra%E2%80%99>. Acesso em: 10 out. 2018.

MACEDO, Ana Gabriela; AMARAL, Ana Luísa (org.). **Dicionário da Crítica Feminista**. Porto: Afrontamento, 2005.

MACHADO, Bárbara Araújo. “Escre(vivência)”: a trajetória de Conceição Evaristo. **História Oral**, v. 17, n. 1, p. 243-265, jan./jun. 2014.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, jun. 1989. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278>. Acesso em: 05 fev.2020

RATTS, Alex. **Eu sou Atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Instituto Kuanza, 2007.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala**. Feminismos Plurais. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas** - Estudos gays: gêneros e sexualidades, v. 4, n. 05, 27 nov. 2012.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTIAGO, Silviano. **O narrador pós-moderno. Nas malhas das letras**: ensaios. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

SCHOLLAMMER, Karl Erik. **Ficção brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2009.

SILVA, Joselina da. **O pensamento de /por mulheres negras**. Belo Horizonte: Nandyala, 2018.

SOUZA, Livia Natália. Uma reflexão sobre os discursos menores ou a escrevivência como narrativa subalterna. **Revista Crioula**, Dossiê n. 21: cânone e silêncios: o (não) lugar das minorias na literatura. 2018. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/crioula/article/view/146551>. Acesso em: 15 jan. 2020.

TELLES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **A conquista do voto feminino no Brasil**. Série Inclusão. 2013. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2013/Abril/serie-inclusao-a-conquista-do-voto-feminino-no-brasil>. Acesso em: 15 dez. 2018.

VAZ, Sérgio. **Manifesto da antropofagia periférica**. Disponível em: <https://vermelho.org.br/prosa-poesia-arte/sergio-vaz-manifesto-da-antropofagia-periferica/>. Acesso em: 10 fev. 2020.

WATT, Ian. **A Ascensão do romance**. Estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding. Trad. Hildegard Feist. [S.l.]: Companhia de bolso, 2010.

WESCHENFELDER, Viviane Inês; SILVA, Mozart Linhares da. A cor da mestiçagem: o pardo e a produção de subjetividades negras no Brasil contemporâneo. **Anál. Social**, n. 227, p.308-330, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.31447/AS00032573.2018227.03>. Acesso em: 11 fev. 2020.

XAVIER, Elódia. **Que corpo é esse?** O corpo no imaginário feminino. Florianópolis: Mulheres, 2007.

ZIRBEL, Ilze. **Estudos Feministas e Estudos de Gênero no Brasil**: um debate. 2007. 212 f. (Dissertação)-Mestrado em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.